MANUAL OPERACIONAL
REDE DE EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE

Manual da Rede de Educação para a Diversidade
Presidência da República
Ministério da Educação
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

SUMÁRIO

I - REDE DE EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE. 6
1.1.Introdução 6
1.2.Objetivos 6
1.3.Público-Beneficiário 6
II - PROGRAMA DE FORMAÇÃO PARA A DIVERSIDADE 7
2.1.Programa 7
2.2.Execução 7
2.2.1.Das Propostas de Cursos 7
2.2.2.Das Diretrizes para a Elaboração de Propostas 8
2.2.3.Das Parcerias 8
2.2.4.Da Tutoria. 9
2.2.5.Da Construção dos Conteúdos 9
2.2.6.Do Material Didático 10
2.2.7.Da Gestão dos Cursos. 10
2.2.8.Da Avaliação 10
2.2.9.Etapas para a Implementação das Propostas. 11
2.3 Modelo para Apresentação de Propostas 12
III - CURSO DE EDUCAÇÃO PARA DIVERSIDADE 13
3.1.Apresentação 13
3.2.Contextualização 13
3.3.Objetivos. 14
3.4.Público-Beneficiário. 14
3.5.Estrutura do Curso 14
3.5.1.Metodologia 14
3.5.2.Carga-horária 15
3.5.3.Módulos e Conteúdos. 15
3.6.Certificação. 16
IV - CURSO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA DIVERSIDADE 17
4.1.Apresentação. 17
4.2.Contextualização. 17
4.3.Objetivos 17
4.4.Público-Beneficiário. 18
4.5.Abrangência. 19
4.6.Estrutura do Curso 19
4.6.1.Metodologia. 19
4.6.2.Carga-horária 20
4.6.3.Módulos e Conteúdos. 20
4.6.4.Certificação. 22
4.6.5.Material Didático Impresso e Outras Mídias 22
V - CURSO DE FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO 23
5.1.Apresentação. 23
5.2.Contextualização 23
5.3.Objetivos 23
5.4.Público-Beneficiário 24
5.5.Abrangência. 24
5.6.Estrutura do Curso 24
5.6.1.Estrutura 24
5.6.2.Metodologia 25
5.6.3.Carga-horária 25
5.6.4.Módulos e Conteúdos. 26
5.6.5.Certificação 29
5.6.6Material de Apoio Pedagógico Impresso e Outras Mídias. 29
5.7 Avaliação 30
VI - CURSO DE EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS 31
6.1.Apresentação. 31
6.2.Contextualização. 31

6.3.Objetivos. 33
6.4.Pùblico-Beneficiário. 33
6.5.Abrangência 33
6.6.Estrutura do Curso 34
6.6.1.Carga-horária. 34
6.6.2. Módulos e Conteúdos. 34
6.6.3.Construção dos Conteúdos 35
6.6.4. Material Impresso e Outras Mídias 35
VII - CURSO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. 36
7.1.Apresentação. 36
7.2.Contextualização. 36
7.3.Objetivos 38
7.4.Abrangência 38
7.5.Estrutura do Curso 39
7.5.1.Carga-horária. 39
7.5.2.Estrutura para os Módulos. 39
7.5.3.Material Impresso e Outras Mídias 39
VIII - CURSO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA 40
8.1.Apresentação 40
8.2.Contextualização 40
8.3.Objetivos. 41
8.4.Público-Beneficiário 41
8.5.Estrutura do Curso 42
8.5.1.Metodologia 42
8.5.2.Carga-horária. 42
8.6. Módulos e Conteúdos 42
8.7. Construção dos Conteúdos 43
8.8. Certificação. 44
IX - CURSO DE GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA 45
9.1.Apresentação 45
9.2.Contextualização 45
9.3.Público-Beneficiário 47
9.4.Objetivos 47
9.5.Estrutura do Curso 48
9.5.1.Carga-horária. 48
9.5.2.Organização dos Módulos. 48
X - CURSO DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS. 50
10.1. Apresentação. 50
10.2. Contextualização. 50
10.3.Público-Beneficiário 50
10.4.Objetivos 51
10.5.Estrutura da Curso 51
10.5.1.Carga-horária 51
10.5.2.Organização dos Módulos. 51
XI – CURSO DE PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA A DIVERSIDADE 55
11.1Apresentação. 55
11.2Contextualização. 55
11.3Objetivos. 56
11.4 Público-Beneficiário 57
11.5 Estrutura do Curso 57
11.5.1Metodologia. 57
11.5.2Carga-horária. 58
11.5.3Módulos e Conteúdos 58
11.6.Conteúdos 58
11.7.Material de Apoio Pedagógico Impresso e Outras Mídias. 59
XII – CURSO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE 60
12.1Apresentação. 60
12.2Contextualização. 60
12.3Objetivos. 63
12.4 Público-Beneficiário 63

12.5 Abrangência. 63
12.6 Estrutura do Curso 65
12.6.1Metodologia 65
12.6.2Carga-horária. 66
12.6.3Minuta do Curso Básico de Formação. 66
12.7.Certificação 67
12.8 Anexo I – Modelo de Capacitação para o Projeto Olhar Brasil. 68
XIII – CURSO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: ESCOLAS SUSTENTÁVEIS E COM-VIDA 70
13.1Apresentação 70
13.2Objetivos 71
13.2.1Objetivo Geral 71
13.2.2Objetivos Específicos 71
13.3 Público-Beneficiário 71
13.4 Abrangência 71
13.5 Estrutura do Curso 72
13.5.2Carga-horária 72
11.5.3Módulos e Conteúdos 72
13.6.Construção de Conteúdos 72
13.7.Material de Apoio Pedagógico Impresso e Outras Mídias. 72
XIV - CURSO DE FORMAÇÃO DE GESTORES PARA PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA 74
14.1 – Apresentação 74
14.2 Contextualização 74
14.3 Estrutura do Curso de formação para a Educação Escolar Indígena 77
14.3.1 Objetivos 77
14.3.2 Público-Beneficiário 77
14.4. Abrangência 78
14.5. Estrutura do Curso 78
14.5.1 Metodologia 78
14.5.2. Carga-Horária 78
14.5.3. Módulos e Conteúdo 78
14.5.4. Certificação 79
14.5.5. Material didático impresso e outras mídias 79
14.6 Anexos 80
XV - CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA TEMÁTICA CULTURAS E HISTÓRIA DOS POVOS INDÍGENAS. 85
15.1– Apresentação 85
15.2 Contextualização 85
15.3 Organização do Curso 86
15.3.1 Objetivos. 86
15.4 Público-Beneficiário 86
15.5 Abrangência 86
15.6 Estrutura do Curso 86
15.6.1 Metodologia 86
15.6.2 Carga-Horária 87
15.6.3. Módulos e Conteúdo 87
15.7 Certificação 88
15.8 Material didático impresso e outras mídias 88
15.9 Anexo 88
XVI - CURSO DE FORMAÇÃO DE MEDIADORES DE LEITURA 93
16.1 Introdução 93
16.2 Objetivos 93
16.2.1 Objetivo Geral 93
16.2.2 Objetivos específicos 94
16.3 Público-Alvo 94
16.4 Abrangência 94
16.5 Estrutura do Curso 94
16.5.1 Carga horária 94
16.6 Construção dos conteúdos 95
16.7 Material impresso e outras mídias 95

I – REDE DE EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE

1.1 Introdução

O Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), em parceria com a Secretaria de Educação a Distância (Seed) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (Capes), institui a Rede de Educação para a Diversidade (Rede) com ações a serem implementadas por instituições públicas de educação superior (IPES).

O objetivo da Rede de Educação para a Diversidade (Rede) é estabelecer grupo permanente de instituições públicas de educação superior dedicadas à formação continuada, semipresencial, de profissionais da rede pública da educação básica e à produção de material didático-pedagógico específico.

A implementação da Rede articula os sistemas de ensino para a inclusão dos temas da diversidade nas práticas de ensino das redes públicas estaduais e municipais de educação básica no Brasil, promovendo, ainda, em parceria com as IPES, a produção de conteúdos e o desenvolvimento de metodologias educacionais que integram as temáticas da diversidade.

As temáticas da diversidade contemplam, no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB): Educação para a Diversidade, Educação de Jovens e Adultos na Diversidade, Educação do Campo, Educação para as Relações Étnico-Raciais, Educação Ambiental, Educação Integral e Integrada, Gênero e Diversidade na Escola, Saúde na Escola, Educação para os Direitos Humanos, Produção de Material Didático para a Diversidade, Educação Escolar, Culturas e História dos Povos Indígenas e Mediadores de Leitura, temas da atualidade no cotidiano das práticas das redes de ensino pública da educação básica no Brasil.

Para tanto, com a adesão de instituições públicas de educação superior, pertencentes ao Sistema UAB, e das Secretarias de Educação dos Estados, Municípios e Distrito Federal, o MEC coordena e oferece suporte técnico e financeiro ao Programa de Formação para a Diversidade, implementando cursos por meio do Sistema Universidade Aberta – UAB/CAPES.

1.2 Objetivos

São atribuições da Rede de Educação para a Diversidade:

- ampliar as oportunidades de formação de educadores e gestores educacionais da rede pública da educação básica;
- ofertar cursos nas modalidades de extensão, aperfeiçoamento e especialização;
- elaborar metodologias e conteúdos específicos;
- fomentar a adesão e o desenvolvimento de propostas das IPES nos temas e áreas da diversidade;
- fomentar e avaliar a inserção dos temas da diversidade nos programas de educação da rede pública de ensino;
- estabelecer normas para o funcionamento e certificação dos cursos ofertados.

1.3 Público-Beneficiário

- Professores de Educação Básica e outros profissionais da educação das redes públicas de ensino;
- Pesquisadores nas áreas da diversidade;
- Gestores dos sistemas de ensino federal, estaduais e municipais.

II - PROGRAMA DE FORMAÇÃO PARA A DIVERSIDADE

2.1 Programa

Destinado a professores, gestores e demais profissionais da educação básica, o Programa de Formação para a Diversidade, oferecido na modalidade semipresencial, tem como objetivo auxiliar os educadores a vencerem os desafios do reconhecimento, da valorização e da inserção das temáticas da diversidade nas práticas pedagógicas e no cotidiano das salas de aula e atuarem, de forma adequada, conforme as especificidades, demandas e necessidades de seus alunos.
Os cursos de formação continuada podem ser desenvolvidos como cursos de aperfeiçoamento e extensão, com carga-horária mínima entre 30h, e cursos de especialização, com carga-horária igual ou superior à 360h, podendo ser composta a partir do curso básico (180h) somado a um outro curso específico (acima de 180h), conforme especificado no subitem 2.2.2 (Das diretrizes para a elaboração de propostas) deste manual.

2.2 Execução

Os programas de formação são implementados por meio de parcerias da Secad com o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes), a Secretaria de Educação à Distância (Seed) e a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR) e Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR/PR).
As instituições interessadas em participar de propostas para o Programa de Formação para a Diversidade deverão seguir os seguintes trâmites:

2.2.1 Das propostas de cursos

Uma vez cadastradas no Sistema UAB, as instituições públicas de educação superior poderão participar com uma ou mais propostas de cursos, obedecendo aos critérios estabelecidos em edital. As propostas de cursos de formação continuada a distância nas modalidades de extensão, aperfeiçoamento e especialização a serem ofertados por instituições públicas de educação superior nos pólos municipais de apoio presencial da UAB devem obedecer aos critérios estabelecidos no edital, às diretrizes do Sistema Universidade Aberta do Brasil e às diretrizes pedagógicas dos cursos, disponíveis neste documento. Serão ofertados os seguintes cursos:

a) Curso de Educação para a Diversidade, carga-horária 180h;
b) Curso de Educação de Jovens e Adultos na Diversidade, carga-horária 180h;
c) Curso de Educação do Campo A e B, carga-horária 180h (Dois cursos de 180h);
d) Curso de Educação para as Relações Étnico-Raciais, carga-horária 180h;
e) Curso de Educação Ambiental, carga-horária 180h.
f) Curso de Educação Integral e Integrada, carga-horária 220h.
g) Curso de Gênero e Diversidade na Escola, carga-horária 200h.
h) Curso de Educação em Direitos Humanos, carga-horária 200h
i) Curso de Produção de Material Didático para a Diversidade, carga-horária 180h
j) Curso de Educação e Saúde, carga-horária 180h
k) Curso de Educação Ambiental: Escolas Sustentáveis e Com-Vida, carga-horária 90h

l) Curso de Formação de Gestores para Programas de Educação Escolar Indígena, carga-horária 180h
m) Curso de Formação de Professores na Temática Culturas e História dos Povos Indígenas, carga-horária 240h
n) Curso de Formação de Mediadores de Leitura, carga-horária 90h

2.2.2 Das diretrizes para elaboração de propostas

Os projetos podem apresentar propostas para a oferta de cursos já elaborados ou a serem elaborados. Os requisitos e critérios para cada projeto de curso são específicos de cada área, entretanto, como todos os cursos fazem parte da Rede de Educação para a Diversidade (Rede), propõe-se que as IPES articulem-se entre si, por intermédio da Rede, para otimizar a oferta, ampliar a capacidade de implementação a nível nacional dos cursos, e estabelecer regras e procedimentos para reconhecimento de módulos e certificação dos cursos.
A Rede propõe o desenvolvimento de um sistema integrado de oferta no qual um Curso Básico — o Curso Educação para a Diversidade, de 180h —, pode ser considerado e reconhecido como pré-requisito para a certificação em nível de especialização para todas as áreas específicas.
Assim, a proposta de um curso de Especialização deve indicar a implementação do Curso Básico (180h) mais um Curso Específico (Educação Ambiental, Educação de Jovens e Adultos, Educação Integral e Integrada, etc). O cursista que concluir o curso de aperfeiçoamento em Educação para a Diversidade (180h) e um outro curso de aperfeiçoamento (acima de 180h) em outra área, na mesma universidade, poderá solicitar um certificado de especialização em Educação para a Diversidade com ênfase na área específica.
Devem ser incorporadas aos projetos, adequações de carga-horária e de conteúdo necessárias para atender aos requisitos legais da certificação em nível de especialização.
As IPES selecionadas serão convidadas a compor um Comitê Acadêmico da Rede para estabelecer o regimento e normas para reconhecimento e certificação no âmbito da Rede.

2.2.3 Das Parcerias

O Programa de Formação para a Diversidade no âmbito do Sistema da Universidade Aberta do Brasil conta com os seguintes parceiros:

- Fundo Nacional da Educação (FNDE),
- Instituições Públicas de Educação Superior (IPES),
- Secretaria de Educação a Distância (Seed),
- Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad),
- Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM/PR),
- Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, (SEPPIR/PR),
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes),
- Secretarias de Educação Estaduais e Municipais

Cabe ao FNDE o auxílio financeiro para pagamento das bolsas aos tutores, professores e equipe de colaboradores para o desenvolvimento dos projetos. As IPES são responsáveis pela elaboração dos conteúdos, seleção e formação dos tutores, implementação e supervisão dos cursos. Cabe à Secad e à Seed, juntamente com a

Diretoria da UAB/Capes, a inserção dos cursos da Rede de Educação para a Diversidade no Sistema Universidade Aberta (UAB). Cabe às Secretarias estaduais e municipais a identificação da demanda de formação continuada dos profissionais de educação dos sistemas de ensino público, por meio do Programa de Ações Articuladas (PAR), disponível no Portal do MEC, e sua articulação com as instituições públicas de educação superior na realização dos projetos de formação.

2.2.4 Da Tutoria

Cabe à instituição proponente realizar a seleção e o contrato de tutores para o acompanhamento e implementação dos cursos, mantendo uma média de 1 (um) tutor para cada 30 (trinta) cursistas. O número de tutores pode variar de acordo com o número de alunos. Entre as características essenciais do tutor, estão o domínio do conteúdo técnico-científico e a habilidade para estimular o interesse e iniciativa do cursista como agente de seu próprio aprendizado e ao disposto em resolução específica do FNDE.
A escolha dos tutores deve considerar a capacidade técnica do candidato, seu conhecimento sobre o tema do curso e seu domínio de informática.
A instituição deve estabelecer carga horária semanal de trabalho para a dedicação das atividades de tutoria, sem prejuízo das atividades presenciais a serem realizadas excepcionalmente aos finais de semana, conforme o cronograma e proposta pedagógica de cada curso.
As instituições proponentes deverão realizar Seminário Regional de formação dos tutores para o curso, focalizando nos conteúdos específicos e nas atividades de coordenação e tutoria EAD.

2.2.5 Da construção dos conteúdos

Para a elaboração dos cursos pelas IPES, a Secad realizará 2 (dois) seminários nacionais:

- Seminário da Rede de Educação para a Diversidade: Criação Temática e Tutorial.
- Seminário da Rede de Educação para a Diversidade: Ambiente Virtual.

Os Seminários, que contarão com a participação da Secad, Seed, UAB e outras Secretarias, pretendem:

- Consolidar as Planilhas de Custos por curso e por IPES;
- abordar os parâmetros para elaboração dos conteúdos: conceitos e temas geradores (comum para todo o território nacional) e temas específicos por região;
- discutir a plataforma Moodle e os instrumentos pedagógicos que podem ser inseridos;
- discutir os critérios de seleção de tutores e coordenadores;
- planejar o seminário de formação dos tutores;
- validar os municípios escolhidos e planejar uma comunicação oficial para os gestores municipais;
- definir os critérios para escolha dos cursistas específicos para cada curso;
- discutir as diretrizes e organizar em conjunto com as IPES uma sistemática de avaliação de cursos;
- formar Comitê Acadêmico para a certificação e o reconhecimento dos cursos.

2.2.6 Do material didático

O material didático em EAD deve ser concebido na plataforma Moodle, com base nos princípios da interação, da problematização, da resolução de problemas e da cooperação. Deve apresentar como principais características: linguagem dialógica, leve e acessível; ferramentas de interatividade, tais como *chats*, fóruns, correio eletrônico, vídeos, *links* da internet, *clips,* etc..
Para a elaboração do material didático devem ser considerados os objetivos a serem alcançados pelos cursistas. A partir dos objetivos, o material didático-pedagógico deverá ser estruturado de forma que possibilite a relação autônoma do cursista com esse material. Os objetivos e os conhecimentos prévios do público-beneficiário devem orientar a produção de textos básicos, orientar as atividades e possibilitar a avaliação de aprendizagem.
A Rede de Educação para a Diversidade fornecerá, para cada curso ofertado pelo sistema UAB, *layout* padrão e diretrizes curriculares para os módulos dos cursos a ser utilizado pelas instituições públicas de educação superior na produção do material didático-pedagógico, até que se alcance um desenho nacional a ser definido como curso padrão da Rede.

2.2.7 Da gestão dos cursos

A equipe gestora central do curso é composta pela Secad, Seed e Capes-UAB. O FNDE será responsável pela disponibilização dos recursos para o pagamento de bolsas aos tutores, professores e equipe de colaboradores por meio de descentralização dos recursos para as IPES e de convênios. Cabe às IPES o desenvolvimento do curso na plataforma Moodle, de acordo com as diretrizes pedagógicas de cada curso, a produção, reprodução e distribuição do material didático-pedagógico, a visita e o atendimento aos pólos, a seleção, a formação e o cadastramento de tutores e bolsistas no sistema UAB, a seleção, avaliação e certificação dos alunos.
Para os cursos de 180h ou mais, cada IPES será responsável pela realização de 3 (três) encontros presenciais estaduais/regionais com os cursistas.

2.2.8 Da Avaliação

As IPES selecionadas devem obrigatoriamente conduzir, no âmbito de seus cursos, um processo avaliativo com caráter pedagógico e de melhoria de qualidade da oferta e do ensino.
A Secad orientará, em conjunto com o Comitê Gestor da Rede a organização deste trabalho e disponibibilizará no Portal do MEC documentos orientadores e de subsídios para o desenvolvimento do trabalho.
O Resultado Final do Processo Avaliativo de cada IPES deverá ser sistematizado e enviado para o Ministério da Educação em forma de relatório, cuja orientação técnica, incluindo as informações sobre a forma de entrega e prazos, também será disponibilizada no Portal do MEC.

2.2.9 Etapas para a seleção e implementação das propostas

1	**Apresentação de Propostas**	Após a publicação do edital, as instituições proponentes, integradas ao Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), terão o prazo de 40 (quarenta) dias para enviarem suas propostas impressas, em conformidade às diretrizes e modelo (Item 2.3), para a Coordenação da Rede de Educação para a Diversidade, Caixa Postal **9641**, Brasília/DF e, também por meio eletrônico para o endereço: rede.diversidade@mec.gov.br
2	**Seleção de Propostas**	Os projetos são selecionados, conforme edital, e os resultados serão publicados no portal da Rede: www.mec.gov.br/secad/, no prazo de 30 (trinta) dias após o encerramento de envio de propostas, convocando as IPES a apresentarem a documentação ao Sistema UAB e FNDE.
3	**Participação no Seminário da Rede de Educação para a Diversidade**	As instituições selecionadas participarão de Seminário da Rede em Brasília com o objetivo de esclarecer dúvidas, conhecer os procedimentos da Rede, estabelecer Comissão Acadêmica e consolidar as Planilhas de Previsão Orçamentária e Memórias de Cálculo por cursos e por IPES.
4	**Apresentação de Documentação UAB/FNDE**	Após o Seminário Nacional, as instituições selecionadas encaminham documentação à Coordenação da Rede/Secad, em até 30 (trinta) dias, de acordo com modelo de planilhas de Previsão Orçamentária e Memória de Calculo, por curso e Planilha Orçamentária Consolidada, por IPES e Termos de Cooperação ao FNDE para firmar descentralização e convênios.
5	**Seleção e Cadastramento no Sistema de Bolsas do FNDE - SGB**	AS IPES devem estabelecer calendário para a seleção de tutores e equipe técnica, de acordo com os requisitos necessários, por meio de editais ou outros. Os Coordenadores UAB das instituições selecionadas devem cadastrar os tutores e professores bolsistas no Sistema de Gestão de Bolsistas da UAB, no sítio http://uab.mec.gov.br
6	**Formação de Tutores**	As IPES devem prever e realizar os cursos de formação para seus tutores, conforme orientações do Sistema UAB.
14	**Seleção e Matrícula de alunos**	As instituições proponentes selecionam e matriculam os prospectivos alunos nos cursos.
15	**Oferecimento do Curso**	As instituições selecionadas confirmam a matrícula dos cursistas e oferta do curso articulado às demandas do PAR. Durantete a implementação do curso (de 180h, 200h ou 220h), as instituições promoverão 3 (três) os seminários presenciais do curso.
16	**Avaliação**	As IPES organizam e conduzem o processo avaliativo e apresentam à Secad Relatório de Avaliação dos Cursos da Rede de Educação para a Diversidade.

2.3 Modelo Para Apresentação de Propostas

ANEXO I – MODELO DE PROPOSTA DE CURSO	
PROJETO DE CURSO NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	
PROPONENTE:	UF:
Razão Social:	
CNPJ/MF:	
Professor Coordenador do curso:	
Professor Coordenador de Núcleo UAB:	
Endereço:	
Telefone:	Fax:
e-mail	
DESCRIÇÃO DO PROJETO	
1	Curso proposto:
2	Quantitativo de vagas e Indicação do quantitativo de pólos e suas localizações:
3	Projeto pedagógico:
4	Cronograma de execução:
5	Planilhas UAB:
6	Descrição das necessidades para atendimento nos pólos:
7	Outras informações relevantes:
EVENTUAIS ANEXOS:	

III - CURSO DE EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE

3.1 Apresentação

O Curso de Educação para a Diversidade é um curso de formação continuada de professores de educação básica, com carga horária de 180h distribuído em módulos. Ofertado na modalidade semipresencial, por meio do sistema da Universidade Aberta do Brasil, o curso visa formar professores e profissionais da educação capazes de compreender os temas da diversidade, introduzí-los na prática pedagógica da escola e tentar enfrentar os preconceitos que estão arraigados à prática escolar.

3.2. Contextualização

A educação é um direito humano fundamental. O acesso ou não a esse direito atua ora como causa ora como conseqüência da pobreza e exclusão social. O Brasil apresenta uma elevada desigualdade social, com um padrão de desenvolvimento excludente histórico. Até o final do século XX, as políticas de desenvolvimento social do país, em particular aquelas da área da educação, eram direcionadas ao atendimento urbano e seguindo uma matriz cultural, política e econômica, ocasionando exclusão social de grupos específicos. Outros fatores determinantes da exclusão social de grande importância estão associados ao padrão cultural da sociedade brasileira onde prevalecem discriminações de natureza racial, étnica, de gênero e tantas outras, configurando verdadeiros obstáculos à inclusão a a processos de mobilidade social. Nessa perspectiva, é necessário constituir no ambiente escolar o enfrentamento e desconstrução do preconceito, permitindo que a escola escape da lógica reprodutivista que a orienta e transforme-se em um espaço sócio-cultural de defesa e de busca do princípio ético de respeito à diversidade humana, no qual tenta-se superar nas relações sociais a exclusão dos indivíduos, seja por questões de gênero, etnia, linguagem, classe social, origem, credo, nível de escolaridade, capacidade física, sensorial ou intelectual, dentre outras.

A Educação, como mecanismo de transmissão e reprodução do conhecimento tem um papel fundamental na socialização de práticas e informação sobre as questões tratadas pelos temas da diversidade cujo eixo fundador baseia-se na garantia dos direitos fundamentais e na dignidade humana, condições essenciais para o enfrentamento das desigualdades. Assim, o Ministério da Educação tem orientado suas políticas públicas para perceber e incluir os grupos historicamente apartados buscando a promoção dos direitos humanos e o reconhecimento dos diversos saberes das diferentes populações.

A proposta do curso de Educação para a Diversidade visa promover o debate sobre a educação como um direito fundamental, que precisa ser garantido a todos e todas sem qualquer distinção, promovendo a cidadania, a igualdade de direitos e o respeito à diversidade sociocultural, étnico-racial, etária e geracional, de gênero e orientação afetivo-sexual. A formação e a qualificação de professores para a percepção, valorização e inserção dos temas da diversidade têm como uma de suas atribuições promover, no cotidiano da prática pedagógica, temas como os direitos humanos, a educação ambiental, a diversidade étnico-racial e a demandas específicas de indígenas, afro-brasileiros, pessoas com necessidades especiais, questões de gênero e diversidade de orientação afetivo-sexual. Esses professores e profissionais da educação têm como principal desafio contribuir para, na prática, garantir a efetividade do direito à educação a todos e cada um dos brasileiros, estabelecendo e compartilhando mecanismos de

participação e controle social que assegurem aos grupos historicamente desfavorecidos condições para sua emancipação e afirmação cidadã.
O curso de formação continuada a distância, objeto dessa proposta, envolve 180h de formação distribuídas em módulos temáticos que abrangem um largo espectro dos temas da diversidade e visa formar professores e outros profissionais da educação da rede de ensino de educação básica para a promoção e compreensão da educação como direito fundamental e estratégia para a promoção do desenvolvimento humano das diversas populações, para a inclusão de saberes diversos e enfrentamento da discriminação e do preconceito. O curso propõe ainda projeto de intervenção para a discussão e compartilhamento de informações e aprendizagem sobre práticas pedagógicas inclusivas na escola.

3.3. Objetivos

• Introduzir a abordagem da Educação na diversidade com o reconhecimento e valorização das diversas populações e temáticas a serem tratadas;
• Apresentar conceitos sobre as diversas populações e temáticas da diversidade;
• Abordar as alterações da LDB que determina a inclusão de diversos aspectos da história e da cultura negra e indígena brasileira, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil;
• Desenvolver processos e metodologias de introdução desses conceitos na educação básica;
• Oferecer seminários, palestras virtuais, materiais didáticos e tecnologias sobre os temas da diversidade.
• Possibilitar a formação continuada por meio das redes de discussão dos diversos cursos de formação para a diversidade oferecidos no âmbito da Rede de Educação para a Diversidade.

3.4. Público-Beneficiário

O perfil desejado é amplo, mas focaliza nos profissionais da educação que atuam diretamente ou indiretamente com a prática educacional da escola, inclusive:
• Professores atuando na educação básica com formação mínima em nível médio;
• Outros profissionais da educação básica atuando na escola com formação mínima em nível médio.
• Gestores educacionais responsáveis por coordenação de currículos pedagógicos, formação de professores e diretores, avaliação educacional, e
• outros públicos interessados.
As instituições públicas devem observar o princípio constitucional de gratuidade e de igualdade de condições de acesso ao ensino (Art. 206, CF).

3.5. Estrutura do Curso

3.5.1. Metodologia

A metodologia será desenvolvida de forma semipresencial com encontros presenciais e a distância a partir da interatividade do tutor com os cursistas, via internet, por meio de ambiente colaborativo Moodle, tendo o Portal da Rede de Formação para a Diversidade e o Portal do Professor como referências para o desenvolvimento das atividades do curso.

O curso deve ser desenvolvido no formato modular para possibilitar a flexibilização de sua oferta em vários estados e por várias instituições, assim como, a integração de seus conteúdos com outros cursos ofertados no âmbito da Rede de Educação para a Diversidade.

O curso deve propor uma metodologia fundamentada na proposta de desenvolvimento de um percurso de aprendizagem. Este percurso se inicia com um diagnóstico da realidade onde os cursistas vivem; seguindo de aprofundamento teórico-conceitual das temáticas mencionadas até a conclusão com um projeto de intervenção local - trabalho de final de curso desenvolvido pelo cursista durante o curso.

Os trabalhos selecionados poderão ser disseminados por meio do Portal da Rede de Formação para a Diversidade e o Portal do Professor.

3.5.2. Carga-Horária

O curso poderá compor um total de 180 horas com duração média de 6 meses, sendo no mínimo de 25% da carga horária presencial.

Caso haja composição desse curso com outro para a realização de curso de especialização, será acrescido um módulo para monografia/trabalho de conclusão de curso.

3.5.3 Módulos e conteúdos

A minuta a seguir é uma sugestão temática para que possamos construir as disciplinas do curso a partir de uma discussão coletiva que contemple a discussão dos Projetos Locais, conteúdos curriculares pertinentes e formação para o reconhecimento e valorização da diversidade brasileira e superação das desigualdades.

Módulo	Qtde Horas	Sub-Módulos
Módulo 1 – Ambiente escolar	40h	- Conceitos introdutórios à aprendizagem, o direito social da aprendizagem na escola, a organização do trabalho pedagógico, inclusão social, enfrentamento do preconceito e discriminação, cooperação e solidariedade no ambiente escolar.
Módulo 2 - Públicos da desigualdade social	25h	- Jovens e adultos na educação, populações do campo, povos indígenas, remanescentes quilombolas, a questão geracional, de gênero, de orientação sexual, de pessoas com deficiências, etc.
Módulo 3 - Atualizações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	45h	- Lei 10.639: Conteúdo e operacionalização didática da lei. (15 horas)
		- Lei 11.525 Conteúdo e operacionalização didática da lei. (15 horas)
		- Lei 11.645 Conteúdo e operacionalização didática da lei. (15 horas)

Módulo 4 – Direitos Humanos	25h	Conceitos introdutórios de educação para e em direitos humanos
Módulo 5 – Meio Ambiente	25h	Educação Ambiental na prática educacional
Módulo 6 – Metodologia de Pesquisa: Projeto final de intervenção	20h	Projeto de intervenção na escola do professor: 11. Diagnóstico 12. Objetivos 13. Estratégias 14. Implementação 15. Avaliação
Total	180h	

Os tempos presenciais deverão ocorrer durante todo o curso, como espaço de reflexão sobre os conteúdos e elaboração de projetos de intervenção a serem desenvolvidos nas escolas. Os encontros presenciais serão realizados nos pólos presenciais. As horas não-presenciais podem ser redistribuídas nas disciplinas oferecidas de acordo com a necessidade e acordo entre os coordenadores das universidades e o MEC.

3.6. Certificação

Os participantes serão certificados com comprovante de Curso de Extensão, sendo possível a combinação com outros módulos para complementação como curso de especialização.
Deverá ser assegurado ao professor que assim desejar a freqüência a um ou mais módulos isoladamente, sendo garantido sua certificação.

IV - CURSO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA DIVERSIDADE

4.1 Apresentação

O Curso de Educação de Jovens e Adultos na Diversidade é um curso de formação continuada de professores de educação básica, da rede pública de ensino, com carga horária de 180h. Ofertado na modalidade a distância por meio do sistema da Universidade Aberta do Brasil, o curso possui 40h presenciais, e visa formar professores e profissionais da educação capazes de compreender os saberes e as estratégias metodológicas da educação de jovens e adultos, assim como os temas da diversidade para introduzí-los transversalmente na prática pedagógica da escola, atuando de maneira efetiva com as especificidades dos educandos jovens e adultos.

4.2 Contextualização

O curso de Educação de Jovens e Adultos na Diversidade, consideradas as especificidades da realidade brasileira, em particular no que se refere às políticas públicas educacionais de educação de jovens e adultos (EJA), propõe desenvolver um programa de formação continuada para professores e outros profissionais da educação que atuam na EJA, com o objetivo de garantir oferta qualificada de educação de jovens e adultos para atender ao preceito constitucional da educação como um direito de todo cidadão e dever do Estado (Constituição da República Federativa do Brasil).

A inscrição desse direito na Constituição foi produto dos movimentos políticos e sociais que lutaram por essa garantia constitucional e dos que entendem sua importância e necessidade no mundo contemporâneo ao considerar os impactos negativos subjetivos da educação sobre os indivíduos, quando esse direito não é garantido ou o é de modo incompleto ou irregular.

Os números da exclusão educacional de jovens e adultos demonstram que 67 milhões de brasileiros (Censo IBGE 2000) acima de 15 anos tem menos de oito anos de estudo e que destes - cerca de 14 milhões - sequer sabem ler e escrever. Entre os que se incluem na faixa etária de15 a 24 anos de idade temos 11 milhões que possuem menos de oito anos de estudos e 839 mil que não são alfabetizados.

Tendo essa realidade como pano de fundo, para o desenvolvimento de um processo educacional sistêmico e universal, é fundamental que o MEC identifique oportunidades de melhoria do ensino da EJA nas redes estaduais e municipais de educação e proponha medidas preventivas e corretivas, com vistas à consecução das metas educacionais estabelecidas no Plano Plurianual de Educação (2008-2011). Um dos problemas já detectados é a falta de formação ou a formação precária dos quadros de profissionais que atuam diretamente na educação formal, particularmente na alfabetização e na educação de jovens e adultos.

Nesse sentido, as diretrizes para o curso de Educação de Jovens e Adultos na Diversidade, a ser oferecido nos níveis de Aperfeiçoamento e Extensão, marcam uma iniciativa da SECAD, por meio da Diretoria de Políticas de Educação de Jovens e Adultos, de promover a formação continuada de professores e gestores da educação da rede pública que atuam na modalidade de EJA e de alfabetizadores populares que atuam no Programa Brasil Alfabetizado, por meio da constituição de uma Comunidade de Trabalho/Aprendizagem em Rede na Diversidade - CTARD a partir da matrícula em grupos de 2, 3 ou de 4 cursistas por escola, secretaria de educação ou instituição formadora.

O curso possibilitará aos cursistas o reconhecimento da localidade onde vivem e a partir daí elaborar um projeto de intervenção local com base nos diagnósticos produzidos em preparação à VI CONFINTEA. O projeto de intervenção local deverá também, de acordo com o nível cursado, auxiliar no aprofundamento dos conceitos pertinentes à diversidade e a interlocução pedagógica com os diversos parceiros: Secretarias Municipais de Educação; Secretarias Estaduais de Educação; Universidades; Fóruns de EJA, movimentos sociais e demais parceiros nessa demanda.
Sobre o conteúdo do curso, essas diretrizes propõem uma organização modular de conteúdos para fortalecer o conhecimento dos professores e outros profissionais de educação sobre as questões de EJA. Pretende-se, também, levar em conta as discussões relativas à economia solidária; ao desenvolvimento sustentável; aos direitos humanos; à orientação sexual e gênero, bem como às políticas voltadas às pessoas com necessidades educacionais especiais; à juventude, às políticas de leitura e inclusão digital, uma vez que essas temáticas estão transversalmente ligadas à política para educação de jovens e adultos desenvolvida pela SECAD.
O Curso de Educação de Jovens e Adultos na Diversidade será a distância e conterá 180 horas de formação distribuídas em módulos temáticos referentes à Educação de Jovens e Adultos.
O curso visa contribuir para a demanda de formação continuada de professores e gestores da educação da rede pública que atuam no sistema de EJA municipal ou Estadual e/ou alfabetização de jovens, adultos e idosos, e alfabetizadores populares que atuam no Programa Brasil Alfabetizado. Contemplará questões relevantes que, em muitos casos, não estão previstas no currículo da formação inicial.
Para o ingresso no curso de Educação de Jovens e Adultos na Diversidade, em nível de Aperfeiçoamento, será exigida conclusão de nível superior e cumprimento de 180 horas programadas. A universidade ofertante poderá apresentar proposta para a oferta do Curso de Educação na Diversidade e Cidadania, em articulação com o Curso de Educ ação de Jovens e Adultos na Diversidade, ou outro. Nesse caso, a universidade poderá propor um Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania com ênfase em Educação de Jovens e Adultos. Caso o cursista conclua mais 180 horas em outros módulos poderá solicitar certificado de Especialização.
Para professores e profissionais de educação sem curso superior completo o curso de Educação de Jovens e Adultos na Diversidade concederá certificado de Extensão. Para o ingresso nesse nível será necessário que o cursista tenha concluído o ensino fundamental.
Para execução do curso de Educação de Jovens e Adultos na Diversidade em todos os níveis, será utilizada a plataforma Moodle, a qual proporcionará um espaço de orientação acadêmica e interatividade entre cursistas, tutores e professores. A plataforma moodle utiliza a tecnologia Internet e permite a concepção, administração e desenvolvimento de cursos a distância, projetos colaborativos e outras formas de apoio a distância e ao processo ensino-aprendizagem, o que atende às especificidades propostas pelos cursos. Concomitantemente, o Portal Fóruns EJA Brasil será também referência para o acervo multimídia virtual da produção existente nas temáticas, acrescida da produção de conhecimento coletivo gerado ao longo dos cursos.

4.3 Objetivos

O Curso Educação de Jovens e Adultos na Diversidade tem como objetivo principal a formação continuada de professores e outros profissionais da educação da rede pública que atuam na Educação de Jovens e Adultos e de alfabetizadores populares que atuam

no Programa Brasil Alfabetizado, criando condições para a construção local de uma educação contextualizada de acordo com suas especificidades e constituição da Comunidade de Trabalho/Aprendizagem em rede na Diversidade -CTARD.
Essa formação visa:

- Ampliar os fundamentos teóricos e práticos que permeiam os conceitos de diversidade na Educação de Jovens e Adultos;
- Debater a Intersetorialidade da EJA
- Promover a discussão acerca das especificidades dos sujeitos da EJA;
- Discutir a EJA no Brasil e no mundo partindo do contexto histórico;
- Apresentar e discutir a legislação em vigor que normatiza a EJA;
- Discutir aspectos pedagógicos específicos da EJA no exercício da diversidade;
- Discutir as estratégias didático-pedagógicas para a EJA
- Conceber a EJA como espaço facilitador de múltiplas aprendizagens;
- Articular o debate acerca da relação EJA e o mundo do trabalho;
- Discutir o processo de desenvolvimento da leitura e da construção da escrita pelos sujeitos da EJA e das linguagens multimídia;
- Entender a EJA no Sistema Nacional de Educação: gestão, recursos e financiamento
- Apresentar e discutir os instrumentos de avaliação das políticas públicas de EJA;
- Constituir grupos permanentes de intervenção local como elos da CTARD

4.4 Público-Beneficiário

Professores, alfabetizadores, gestores e outros profissionais da educação do sistema público de ensino, que atuam na alfabetização de jovens e adultos e na Educação de Jovens e adultos.
As instituições públicas devem observar o princípio constitucional de gratuidade e de igualdade de condições de acesso ao ensino (Art. 206, CF).
Consideramos como prioritário o público-beneficiário localizado nos estados da Região Nordeste, nos estados do Acre, Pará e Tocantins (Região Norte) e no Vale do Jequitinhonha, Vale do Mucuri, norte e nordeste do estado de Minas Gerais (Região Sudeste), quando possível.

4.5 Abrangência

Prioritariamente os municípios que apresentem taxa de analfabetismo igual ou superior a 25% localizados em todos os estados da Região Nordeste, nos estados do Acre, Pará e Tocantins (Região Norte); e no Vale do Jequitinhonha, Vale do Mucuri, norte e nordeste de Minas Gerais (Região Sudeste).

4.6 Estrutura do Curso

4.6.1 Metodologia

A metodologia será desenvolvida de forma semipresencial com encontros presenciais e a distância a partir da interatividade do tutor com os cursistas, via internet, por meio de ambiente colaborativo Moodle, tendo o Portal Fóruns EJA Brasil, o Portal da Rede de Formação para a Diversidade e o Portal do Professor como referências para as atividades do curso. Os tutores acompanharão os cursistas que poderão formar grupos

de estudo a fim de facilitar a leitura, a compreensão e a elaboração de novos textos de maneira virtual na Comunidade de Trabalho e Aprendizagem em Rede na Diversidade - CTARD, buscando concretizar uma proposta de educação apoiada na pedagogia da autonomia, como defendia o educador Paulo Freire.
O curso deve propor uma metodologia fundamentada na proposta de desenvolvimento de um "per-curso" de aprendizagem. Este "per-curso" se inicia com um diagnóstico da realidade onde os cursistas vivem; seguindo de aprofundamento teórico-conceitual das temáticas mencionadas até a conclusão com um projeto de intervenção local desenvolvido pelo cursista durante o curso.

4.6.2 Carga-Horária

- Nível de Aperfeiçoamento: 180 horas (Sendo 40 horas presenciais)
- Nível de Extensão: Mínimo de 60 horas

4.6.3 Módulos e Conteúdos

Sugestão de Módulo	**Conteúdos**
Módulo 1 – 20 horas – Conceito de EAD – Ferramenta Moodle – CTAR	• Conceitual EAD •Ferramenta Moodle e Portais do Curso • CTAR – Comunidade de Trabalho-Aprendizagem em Rede
Módulo 2 – 30 horas - Educação de Jovens e Adultos na Diversidade	• Sujeitos da EJA • Cidadania - Direito de Aprender de todos e de cada um: Gênero, Raça-Etnia, Diversidade Sexual • A identidade do educador e do educando de Educação de Jovens e Adultos; • Temas da Atualidade: Educação Ambiental, Educação de Idosos, Educação Especial, Educação Patrimonial • EJA como espaço facilitador de múltiplas aprendizagens • Mudança na vida dos sujeitos após o processo de alfabetização; Experiências em EJA • Avaliação do Módulo
Módulo 3 – 35 horas - Histórico, Legislação e Políticas Públicas em EJA - Instrumentos de Avaliação das políticas públicas de EJA	• EJA no Brasil e no mundo a partir do contexto histórico • Legislação Federal • Desenvolvimento histórico das políticas públicas e educacionais no Brasil • A educação na ordem constitucional brasileira; a LDB e as políticas para a EJA • Intersetorialidade da EJA • A estrutura curricular didática e administrativa da EJA • Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA; Resoluções do CNE • EJA no Sistema Nacional de Educação: gestão, recursos e financiamento • A formação dos profissionais da educação em

Sugestão de Módulo	Conteúdos
	EJA • Avaliação do Módulo
Módulo 4 – 40 horas - Aspectos pedagógicos da EJA;	• As relações fundamentais do processo de trabalho docente: sujeito/objeto/construção de conhecimento; teoria/prática; conteúdo/forma; ensino/aprendizagem; educador/educando; educando/educando • Estratégias didático-pedagógicas para a EJA • O currículo de EJA: a proposta de ensino e aprendizagem. o registro e a avaliação da aprendizagem • A prática pedagógica escolar enquanto prática social • A organização da dinâmica da prática pedagógica: o processo do planejamento e a formação continuada em grupo • Concepções sobre alfabetização/EJA e suas respectivas metodologias • Processo de construção da língua oral e escrita na alfabetização de jovens e adultos (como os alfabetizadores e alfabetizandos ensinam e aprendem) • Metodologias de formação de leitores e práticas sociais de leitura e linguagens multimídia • Função social da leitura e da escrita da matemática e outros campos do conhecimento • Avaliação do Módulo.
Módulo 5 – 35 horas - EJA e o mundo do trabalho;	• As relações sociedade/educação/escola/trabalho • A cultura da Economia Solidária: princípios e valores • Economia Solidária: trabalho associado e geração de renda como estratégia para a inserção social, emancipação e melhoria de vida dos sujeitos de forma sustentável e solidária • Economia Solidária articulada com outras políticas públicas que tenham foco na elevação da escolaridade, alfabetização e educação de jovens e adultos • Mundo do trabalho e currículo de EJA • Mundo do trabalho como eixo gerador da produção de outros conhecimentos • Avaliação do Módulo.
Módulo 6 – 20 horas - Transformando a realidade: Projeto Integrado e Participativo em Educação na Diversidade.	• Construção de um Projeto de Intervenção Local – PIL pelos participantes, como síntese de suas aprendizagens ao longo do Curso. • Apresentação e Avaliação dos projetos elaborados

* Do total de 180 horas, as 40 horas presenciais deverão ser distribuídas entre os 6 módulos, buscando utilizar o tempo de maneira adequada para a discussão das temáticas.

4.6.4 Certificação

- **Curso de Extensão**

Para que o cursista obtenha o certificado do curso no nível de Extensão, deverá cursar os Módulo I, mais outro módulo que some 60 horas.

- **Curso de Aperfeiçoamento**

Para que o cursista obtenha o certificado do Curso no nível de Aperfeiçoamento poderá optar por módulos que somem 180 horas, sendo obrigatório cursar o Módulo 1, que é introdutório e se destina a apresentar o conceito de EAD; a Ferramenta Moodle; e a CTAR. O total mínimo de horas exigido será de 180 horas.
Serão realizados ao menos dois seminários nos pólos, onde os participantes se reunirão para a avaliação do ”per-curso”, orientação para elaboração dos Projetos de Intervenção Local (PIL) e apresentação dos projetos, possibilitando, assim, troca de informações entre os cursistas.

- **Curso de Especialização**

Para o cursista que conclua o curso de Aperfeiçoamento e mais outros módulos, por exemplo, do Curso Básico de Educação na Diversidade e Cidadania, totalizando 360 horas, poderá solicitar certificado de Especialização.

4.6.5. Material Didático impresso e outras mídias

Os professores responsáveis pela elaboração do material didático serão denominados Professores Pesquisadores.
O material proposto será composto de 6 (seis) apostilas (módulos de 1 a 6), seu conteúdo e formatação deverão ser específicos para linguagem EaD e irão relacionar teoria e prática de maneira integrada à plataforma utilizada. A linguagem e o projeto gráfico deverão ser concebidos para atrair e motivar os cursista s na utilização de diferentes mídias, o material permitirá interagir numa seqüência didática dos módulos.
Em relação a outras mídias, seu detalhamento e integração no curso se darão simultaneamente à elaboração dos conteúdos e às possibilidades tecnológicas do ambiente virtual de aprendizagem.
As apostilas serão enviadas por correio para os tutores e estes farão a distribuição aos participantes. Além das apostilas poderão ser distribuídas outras publicações da SECAD aos tutores e às bibliotecas das redes de ensino locais envolvidas.

V – CURSO DE FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

5.1 Apresentação

A formação em Educação do Campo no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB – é composta por dois cursos de formação continuada para educadores, gestores, técnicos e demais atores sociais envolvidos em educação do campo, distribuídos em 6 módulos cada curso, podendo ser oferecida nas modalidades de extensão/aperfeiçoamento e especialização.

5.2 Contextualização

As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo[1] foram aprovadas em 2001 pelo Conselho Nacional de Educação, e refletem um conjunto de preocupações conceituais e estruturais presentes historicamente nas reivindicações dos movimentos sociais do campo. Dentre elas, o reconhecimento e valorização da diversidade das populações do campo, a formação diferenciada de professores, a possibilidade de diferentes formas de organização da escola, a adequação dos conteúdos às peculiaridades locais, a utilização de práticas pedagógicas contextualizadas, da gestão democrática, de tempos pedagógicos diferenciados e a promoção, através da escola, do desenvolvimento sustentável e do acesso aos bens econômicos, sociais e culturais.

Faz-se necessário formar profissionais para responder às especificidades do campo e atender à demanda de educação básica. Segundo dados do IBGE, em 2006, existiam 31.294 milhões de pessoas vivendo no campo. No que se refere à escolaridade, enquanto na zona urbana a população de 15 anos ou mais apresenta uma escolaridade média de 7,3 anos, na zona rural esta média corresponde a 4 anos. Esta situação requer, além de política de expansão da rede de escolas públicas que ofertem todas as etapas da educação básica no campo, a correspondente oferta de trabalho docente com formação adequada.

Desta forma, o Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade, ao considerar as questões relativas à educação do campo e a situação desigual a que a população do campo historicamente tem sido submetida, propõe o desenvolvimento de formação continuada para os profissionais e demais atores sociais com atuação em Educação do Campo.

A formação busca contribuir para a melhoria da qualidade do ensino oferecido nas áreas rurais brasileiras, em consonância às necessidades culturais, aos direitos sociais e à formação integral das crianças, jovens e adultos do campo - agricultores familiares, ribeirinhos, extrativistas, pescadores artesanais, assentados de reforma agrária, acampados, caiçaras, quilombolas, dentre outros.

5.3 Objetivos

1. Ampliar o acesso à formação continuada para profissionais com atuação na educação do campo, visando contribuir para a oferta de uma educação do campo contextualizada

[1] Parecer 36/2001, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, aprovado em 04/12/2001, e Resolução CNE/CEB n° 1, de 3 de abril de 2002.

às realidades das suas populações, de qualidade e em conformidade com as Diretrizes para as Escolas do Campo.
2. Articular e consolidar parcerias entre os sistemas Federal, Estadual, Municipal e os Movimentos Sociais para o fortalecimento da Educação do Campo.

A formação visa:

- Promover formação teórica e prática sobre a educação do campo;
- Oferecer formação continuada em Educação do Campo para os profissionais da educação que atuam nos sistemas e nas escolas públicas do campo.
- Oferecer formação continuada em Educação do Campo para educadores dos Movimentos Sociais que têm experiência e/ou atuam em processos educacionais alternativos.
- Ampliar, por intermédio da EAD, o acesso às tecnologias educacionais no campo.

5.4 Público-Beneficiário

- Prioritariamente profissionais da educação dos sistemas públicos de ensino.
- Educadores que têm experiência e/ou atuam em educação do campo.
- Jovens e adultos das comunidades do campo.

Os profissionais da educação selecionados deverão estar em exercício nos sistemas públicos estaduais ou municipais, com atuação nas escolas do campo.

As instituições públicas devem observar o princípio constitucional de gratuidade e de igualdade de condições de acesso ao ensino (Art. 206, CF).

5.5 Abrangência

A formação pretende atingir:

- Redes Públicas municipal e estadual de educação que desenvolvem Educação do Campo e possibilitem algum tipo de acesso à internet banda larga, seja na própria Secretaria de Educação, em Pólos da Universidade Aberta do Brasil (UAB), Núcleos Tecnológicos de Educação (NTE) ou Pontos de Cultura com computadores disponíveis para usuários da rede de ensino durante cerca de 90 (noventa) minutos/dia;
- Prioritariamente, em municípios com menores resultados no IDEB e de Territórios da Cidadania;

5.6 Estrutura da Formação

5.6.1 Estrutura

A oferta da formação em Educação do Campo se dará na forma de extensão/aperfeiçoamento e especialização:

1. Na modalidade de extensão ou aperfeiçoamento poderão ser ofertados dois cursos: **Práticas Pedagógicas na Educação do Campo** e/ou **Gestão Democrática da Educação do Campo**.

2. Na modalidade de especialização (**Especialização em Educação do Campo**) deverão ser articulados e adequados os dois cursos de extensão, formando uma unidade, incluindo Metodologia de Pesquisa aplicada à Educação do Campo, perfazendo um total de 360h.
A Metodologia de Pesquisa aplicada à Educação do Campo deverá abordar os seguintes tópicos:

- A pesquisa como princípio formativo;
- A análise de relatos de pesquisa em Educação do Campo;
- As contribuições da pesquisa para a Educação do Campo;
- As etapas de um projeto de pesquisa (envolvimento da comunidade na construção do objeto de pesquisa);
- O compromisso social da pesquisa;
- Os métodos e técnicas de pesquisa adequados à realidade do campo;
- O conhecimento científico, socialmente produzido e o conhecimento popular.

O cursista deverá eleger sua trajetória individual de aprendizagem **no ato da inscrição,** comprometendo-se com sua escolha, sem direito à mudanças, até sua conclusão.

A somatória de dois cursos de extensão/aperfeiçoamento não configuram uma especialização, por tratar-se de formação de naturezas distintas. A especialização deverá conter os conteúdos propostos nos módulos de extensão, com as devidas modificações.

5.6.2 Metodologia

A metodologia será desenvolvida de forma semipresencial com encontros presenciais e a distância a partir da interatividade do tutor com os cursistas, via internet, na plataforma *Moodle.* O curso terá como portais de referência para o desenvolvimento das atividades, o portal da **Rede de Educação para a Diversidade e o portal do Professor.** Os tutores acompanharão os cursistas que poderão formar grupos de estudo a fim de facilitar a leitura, a compreensão e a elaboração de novos textos de maneira virtual na Comunidade de Trabalho e Aprendizagem em Rede.

O curso estará disponível também *offline* via material impresso e multimídia.

A metodologia do curso contemplará o desenvolvimento de um percurso individual de aprendizagem, no qual o **aluno opta** pela formação de extensão/aperfeiçoamento ou especialização conforme oferta da universidade, **no momento da inscrição**. Dessa forma, o aluno poderá qualificar-se em nível de extensão/aperfeiçoamento (mínimo de 180h) ou especialização (mínimo 360h).

5.6.3 Carga-Horária

As formações poderão compor um total de 180 horas com duração média de 6 meses, no caso da extensão/aperfeiçoamento, ou um total de 360 horas, com duração média de 12 meses, sendo **no mínimo 30% de cada módulo, presencial.**

Na modalidade de especialização deverá ser incluída uma carga horária de 60h com Metodologia de Pesquisa aplicada à Educação do Campo que deverá ser distribuída ao longo do curso, de maneira que o cursista inicie refletindo sobre objeto de sua pesquisa.O cursista ao final, apresentará seu trabalho de conclusão de curso no seminário de avaliação.

Os encontros presenciais serão realizados nos pólos presenciais.

5.6.4. Módulos e Conteúdos

A estrutura da formação tem os seguintes módulos e conteúdos, a serem aprofundados pelos Projetos Político-Pedagógicos de cada universidade:

Curso de extensão - A **Práticas Pedagógicas na Educação do Campo**		
Módulo	Carga-Horária	Sub-Módulos
Módulo 1 - Conceitual EAD e Ferramenta Moodle	10h	*6 horas – Presenciais: Importância de Relação EAD e Educação do Campo. Momento histórico da Educação do Campo. Aspectos básicos.
		4 horas – A distância (Moodle)
Módulo 2 – Educação do Campo	50h	Concepções e conceitos em Educação do Campo: Campo; Educação do Campo; Educação e práticas sustentáveis no campo; Trabalho, Educação e cultura;
		Características do Campo Brasileiro. Heterogeneidade e características sociais, políticas, econômicas e culturais das populações do Campo.
		Educação do Campo como direito humano, no contexto da política de desenvolvimento com igualdade social. Identidades e Interculturalidade.
		Movimentos Sociais do Campo. História e lutas pela educação do Campo (Encontros e Conferências do Campo)
		Políticas de Educação do Campo (Diretrizes e Programas em desenvolvimento).
Módulo 3 – Práticas Pedagógicas em Educação do Campo	80h	Fundamento e princípios da Educação do Campo: Trabalho como princípio educativo; Pesquisa como princípio formativo; Escola formadora do ser humano articulado com um Projeto de Emancipação humana; Construção do Projeto Político Pedagógico.

		Concepções de desenvolvimento e aprendizagem que subsidiam a Educação do Campo.
		Organização do trabalho pedagógico, práticas pedagógicas em sala de aula e na comunidade. Práticas pedagógicas em classes multisseriadas. Planejamento e avaliação.
		Organização curricular da Educação do Campo: formação por área de conhecimento e interdisciplinaridade.
Módulo 4 – Marcos Normativos e Gestão Democrática da Educação do Campo	20h	Organização da Educação Nacional. Competências e responsabilidades dos entes federados com a Educação do Campo. Fóruns e Comitês de Educação do campo. Conselhos de Educação no âmbito dos Sistemas. Gestão do Projeto Político Pedagógico. Gestão educacional: Financiamento e gestão orçamentária da educação do campo; Gestão de recursos materiais (relação da infraestrutura escolar e condições de funcionamento das escolas para a qualidade do ensino); gestão democrática; gestão pedagógica da educação escolar no campo. Gestão de pessoas nos sistemas de Ensino e nas Escolas do Campo: formação e valorização dos profissionais da Educação na LDB e nas diretrizes e metas do PNE. Avaliação de políticas educacionais no campo. Sistemas de Avaliação e Monitoramento da Educação do Campo
Módulo 5 – Transformando a realidade: Projeto Integrado e Participativo da Educação no Campo	10h	Construção de um projeto de intervenção local pelos participantes – com ênfase na prática pedagógica ou gestão.
Módulo 6 (Presencial)	10h	Seminário presencial de avaliação, com apresentação da pesquisa ao grupo e à comunidade
Total	180h	

Curso de extensão – B **Gestão Democrática da Educação do Campo**		
Módulo	Carga-Horária	Sub-Módulos
Módulo 1 - Conceitual EAD e Ferramenta Moodle	10h	*6 horas – Presenciais: Importância de Relação EAD e Educação do Campo. Momento histórico da Educação do Campo. Aspectos básicos. 4 horas – A distância (Moodle)

Módulo 2 – Educação do Campo	50h	Concepções e conceitos em Educação do Campo: Campo; Educação do Campo; Educação e práticas sustentáveis no campo; Trabalho, Educação e cultura; Características do Campo Brasileiro. Heterogeneidade e características sociais, políticas, econômicas e culturais das populações do Campo. Educação do Campo como direito humano, no contexto da política de desenvolvimento com igualdade social. Identidades e Interculturalidade. Movimentos Sociais do Campo. História e lutas pela educação do Campo (Encontros e Conferências do Campo). Políticas de Educação do Campo (Diretrizes e Programas em desenvolvimento).
Módulo 3 – Práticas Pedagógicas em Educação do Campo	20h	Fundamento e princípios da Educação do Campo: Trabalho como princípio educativo; Pesquisa como princípio formativo; Escola formadora do ser humano articulado com um Projeto de Emancipação humana; Construção do Projeto Político Pedagógico.
		Concepções de desenvolvimento e aprendizagem que subsidiam a Educação do Campo.
		Organização do trabalho pedagógico, práticas pedagógicas em sala de aula e na comunidade. Práticas pedagógicas em classes multisseriadas. Planejamento e avaliação.
		Organização curricular da Educação do Campo: formação por área de conhecimento e interdisciplinaridade.
Módulo 4 – Marcos Normativos e Gestão Democrática da Educação do Campo	80h	Organização da Educação Nacional. Competências e responsabilidades dos entes federados com a Educação do Campo. Fóruns e Comitês de Educação do campo. Conselhos de Educação no âmbito dos Sistemas.
		Políticas de Educação do Campo (Diretrizes e Programas em desenvolvimento). Gestão do Projeto Político Pedagógico.
		Gestão educacional: Financiamento e gestão orçamentária da educação do campo; Gestão de recursos materiais (relação da infraestrutura escolar e condições de funcionamento das escolas para a qualidade do ensino); gestão democrática; gestão pedagógica da educação escolar no campo.
		Gestão de pessoas nos sistemas de Ensino e nas Escolas do Campo: formação e valorização dos profissionais da Educação na LDB e nas diretrizes e metas do PNE.
		Avaliação de políticas educacionais no campo. Sistemas de Avaliação e Monitoramento da Educação do Campo

Módulo 5 – Transformando a realidade: Projeto Integrado e Participativo da Educação no Campo	10h	Construção de um projeto de intervenção local pelos participantes – com ênfase na prática pedagógica ou gestão.
Módulo 6 (Presencial)	10h	Seminário presencial de avaliação, com apresentação da pesquisa ao grupo e à comunidade
Total	180h	

5.6.5 Certificação

O cursista deverá qualificar-se para a formação em nível de extensão/ aperfeiçoamento ou especialização, segundo a legislação e normas vigentes, **conforme opção no ato da inscrição**.

O cursista deverá eleger sua trajetória individual de aprendizagem **no ato da inscrição,** comprometendo-se com sua escolha, sem direito à mudanças, até sua conclusão.

Desse modo, o cursista poderá qualificar-se para o recebimento de certificados de extensão/aperfeiçoamento em Educação do Campo nas áreas de Práticas Pedagógicas na Educação do Campo e/ou Gestão Democrática da Educação do Campo ou de especialista em Educação do Campo.

Não será permitida a soma de duas cargas horárias de 180h dos cursos de extensão, para formar/consolidar um curso de especialização.

O cursista sem formação superior poderá realizar os cursos de extensão/aperfeiçoamento, conforme oferta das universidades.

5.6.6. Material de Apoio Pedagógico Impresso e outras mídias

Os professores responsáveis pela elaboração do material apoio pedagógico serão denominados Professores Pesquisadores. O material proposto será composto pelo conteúdo dos módulos. Seu conteúdo e formatação deverão ser específicos para linguagem EaD e relacionarão teoria e prática de maneira integrada à plataforma utilizada. A linguagem e o projeto gráfico deverão ser concebidos para atrair e motivar os *cursista*s na utilização de diferentes mídias, o material permitirá interagir numa seqüência didática dos módulos.

Em relação a outras mídias, o material deve integrar os recursos das tecnologias educacionais (imagens, sons, clips, etc) seu detalhamento e integração no curso se darão simultaneamente à elaboração dos conteúdos e às possibilidades tecnológicas do ambiente virtual de aprendizagem.

As apostilas serão enviadas para os tutores e estes farão a distribuição aos participantes. Além das apostilas poderão ser distribuídas outras publicações da Secad aos tutores e às bibliotecas das redes de ensino locais envolvidas.

5.7 Avaliação

A avaliação dos projetos dar-se-ão: pela instituição ofertante, em parceria com a Secad, Seed e Capes-UAB.

VI - CURSO DE EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

6.1. Apresentação

O Curso de Educação para as Relações Étnico-Raciais visa qualificar os profissionais da educação para atender às determinações da Lei nº. 10.639/2003, Lei nº. 9.394/1996, Resolução nº. 01/2004 e Parecer 03/2004, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira".

É um curso de formação continuada de profissionais de educação básica, com carga horária de 180h distribuída em cinco módulos. Ofertado na modalidade a distância por meio do sistema da Universidade Aberta do Brasil, o curso possui 40h presenciais e 140h a distância, e visa formar professores e profissionais da educação capazes de compreender os temas das relações étnico-raciais e introduzí-los transversalmente na prática pedagógica da escola. A duração média prevista é de 5 (cinco) meses.

6.2. Contextualização

Na última década, o debate sobre a dinâmica das relações raciais na sociedade brasileira e as ações afirmativas tem se ampliado na esfera pública. Nesse sentido, o momento atual mostra-se promissor para redimensionar as ações voltadas à superação das desigualdades entre negros(as) e brancos(as) e potencializar um comprometimento manifesto do Estado brasileiro, que é signatário, desde 1968, de vários tratados e convenções internacionais voltadas para o enfrentamento e a eliminação da discriminação racial[2].

Os indicadores educacionais, em particular, expõem com nitidez a intensidade e o caráter estrutural do padrão de discriminação racial no Brasil. Ao longo do século XX observa-se um contínuo aumento dos níveis de escolaridade média dos brasileiros(as), no entanto a diferença de escolaridade média entre brancos(as) e negros(as) se mantêm perversamente estável entre as gerações. De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE, 2000), a escolaridade média de um jovem negro com 25 anos de idade gira em torno de 6,1 anos de estudo; um jovem branco da mesma idade tem cerca de 8,4 anos de estudo. O diferencial é de 2,3 anos. Apesar da escolaridade de brancos e negros crescer de forma contínua ao longo do século, a diferença de 2,3 anos de estudo entre jovens brancos e negros de 25 anos de idade é a mesma observada entre os pais desses jovens. E, de forma assustadoramente natural, 2,3 anos de estudo é a diferença entre os avós desses jovens.

A ausência da cultura afro-brasileira, africana e indígena nos currículos escolares marca seu comprometimento com uma cultura e ideologia homogeinizadora, que tem historicamente negado e/ou reprimido os valores e as tradições dos afro-brasileiros e

---

[2] Os Tratados de Direitos Humanos garantem direitos aos indivíduos; estabelecem as obrigações do Estado em relação aos direitos; criam mecanismos para monitorar a observância dos Estados em relação às suas obrigações e permitem que os indivíduos busquem compensações pela violação dos seus direitos. O Brasil é signatário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, Convenção da ONU sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (l968), Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (1966), Convenção III da OIT sobre Discriminação no Emprego e na Profissão (1968) e, mais recentemente, da Carta da III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas (2001).

dos demais grupos discriminados da sociedade brasileira. É uma engrenagem a serviço da manutenção das estruturas vigentes, constituindo-se, desse modo, em um terreno fértil para que os/as estudantes brancos/as, negros/as e indígenas, homens e mulheres, adultos e crianças reforcem preconceitos e ideologias racistas adquiridos na escola e em outras instituições socializadoras, como a família.

No intuito de trabalhar para a concretização de ações voltadas à superação das desigualdades entre negros e brancos, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96) foi alterada pela Lei 10.639/2003, que instituiu como obrigatório o ensino da história e cultura da África e dos afro-brasileiros, reforçando a função da escola de promover o respeito e a valorização da diversidade brasileira.

A formação continuada visa capacitar professores e gestores do Sistema de Ensino de Educação Básica Brasileira para atender às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, contidos no Parecer 003/2004, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), que regulamenta a alteração trazida pela Lei 10.639/2003 à Lei 9.394/1996, nos seus artigos 26A e 79B. O citado Parecer 003/2004 buscou traçar orientações curriculares nacionais para os diversos níveis da educação brasileira. A pluralidade cultural é um dos temas transversais sugeridos por esse material, que representou, à época, uma tentativa de evidenciar as diferenças culturais e raciais, com a perspectiva de integrá-las ao currículo, dialogando com as antigas reivindicações do movimento negro.

Segundo o Decreto 2.494/98, a Educação a distância é uma forma de ensino que possibilita a auto-aprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação. O aprendizado em EaD envolve comprometimento, argumentação e busca. Vale ressaltar que é preciso ter continuidade nesse tipo de aperfeiçoamento, ocorrendo dessa forma a agregação de novos conteúdos, o que leva a uma atualização dos professores.

A EaD apresenta algumas vantagens organizacionais, tais como:
•o aumento da capacidade de vagas para atender a um número muito maior de pessoas,
•rapidez na atualização de currículos para atender a uma demanda crescente de novos conhecimentos e tecnologias,
•redução na alocação de recursos financeiros.

Para os cursistas também existem algumas vantagens em oferecer cursos de formação de professores na modalidade EaD, pois este possui um processo de aprendizagem mais flexível, onde o cursista pode estudar em sua própria casa ou na própria escola que leciona. O curso EaD também possibilita maior interação com colegas de outras cidades e estados do país por meio da viabilização de redes de professores que discutem os temas estudados.
Devemos levar ainda em consideração, o tamanho da demanda por esse tipo de formação que só poderá ser atendida com a conjunção de várias metodologias e estratégias de formação. A modalidade EaD apresenta um potencial enorme estimado de atendimento à 70% da demanda nacional.

6.3. Objetivos

Realizar formação continuada a distância para capacitação de professores e gestores em educação do Sistema de Educação Básica Brasileira, para atendimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira.

Essa formação visa:
• Introduzir e aprofundar a discussão da temática da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER);
• Capacitar gestores e professores nos conteúdos das Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira.
• Qualificar gestores para incluir a temática das relações étnico-raciais (cultura afro-brasileira e africana) nos programas de formação da educação estadual;
• Qualificar gestores e professores para inclusão da temática nos projetos político-pedagógicos das escolas;
• Proporcionar a inclusão digital de gestores e professores.

6.4. Público-Beneficiário

Preferencialmente, 2.000 gestores e potencialmente 160 mil (cento e sessenta mil) professores do Ensino Fundamental (1ª a 9ª séries e Ensino Médio) dos sistemas de ensino.
A proposta é trabalhar com as IPES parceiras,prioritariamente selecionadas para atender as regiões do país, quando possível.

As instituições públicas devem observar o princípio constitucional de gratuidade e de igualdade de condições de acesso ao ensino (Art. 206, CF).

6.5. Abrangência

O curso pretende alcançar gestores das secretarias estaduais e municipais (109 maiores municípios brasileiros e os prioritários do IDEB) e de no mínimo 3 (três) professores de cada escola selecionada de acordo com as seguintes condições:
• Escolas cujos entes federados tenham manifestado adesão ao “Compromisso Todos pela
Educação”.
• 60% do total das escolas devem estar localizadas na capital e 40% no interior, prioritariamente, em municípios de baixo IDEB (olhar Quadro 2).

Os professores selecionados deverão ter algum tipo de acesso à internet banda larga, seja na própria escola, em Pólos da Universidade Aberta do Brasil (UAB), Núcleos Tecnológicos de Educação (NTE) ou Pontos de Cultura com computadores disponíveis para usuários da rede de ensino durante cerca de 90 (noventa) minutos/dia (ver Quadro 2).

Essas condições foram colocadas para que se pudessem priorizar aquelas escolas que estão participando do Plano de Ações Articuladas (PAR).

A definição de matrícula de três profissionais da educação por escola visa criar um grupo de trabalho em cada escola que possa ativamente participar da Comunidade de Aprendizagem do curso e estabelecer mecanismos para disseminação e integração da escola como um todo no processo de aprendizagem das temáticas da ERER.

6.6. Estrutura do Curso

6.6.1. Carga horária

O curso está planejado para ter um total de 180 horas, sendo 40 horas presenciais e 140 horas na modalidade EaD com duração média de 5 meses numa distribuição de 36 horas-aula/mês que resulta em uma dedicação média de 90 minutos/dia.

6.6.2 Módulos e Conteúdos

A estrutura do curso é dividida nos seguintes módulos:

Módulo	Qtde Horas	Submódulos/Conteúdos
Módulo 1 – Conceitual EAD e Ferramenta Moodle	20 horas	• 8 horas – Presencial (Moodle) • 8 horas – Presenciais (EAD + ERER - A Lei 10.639/03 e a diversidade na escola brasileira) • 4 horas – A distância (EAD + ERER + Lei 10.639/03 e a diversidade na escola brasileira)
Módulo 2 – Introdução Conceitual para ERER	48 horas	• 16 horas – A LDB, a Lei 10.639/03, o Parecer 03/2004 e a Resolução 01/2004 do CNE; Discriminação, preconceito racial e comportamento social. • 16 horas – Histórico do Movimento Negro no Brasil, da Declaração de Durban até a Lei 10.639/03; a dívida social do Brasil com a população negra após o 13 de maio. • 16 horas – Relações raciais n escola; Currículo e responsabilidades; Fiscalizando a tv, o livro didático e escola: a mensagem oculta do racismo
Módulo 3 – O Ensino de História da África em debate	48 horas	• 12 horas - A África como berço da humanidade • 12 horas - A Geografia Africana: diversidade regional e correntes migratórias • 12 horas – A presença mulçumuna e européia no continente: aspectos gerais • 12 horas – Presencial (Avaliação Formativa)
Módulo 4 – História e Cultura Afro-brasileira	48 horas	• 16 horas – A participação africana na formação sociocultural brasileira • 16 horas – A resistência negra: os quilombos e a regionalidade; a saúde da população negra • 16 horas – O papel dos africanos na construção socioeconômica do Brasil
Módulo 05 – Avaliação (Presencial)	16 horas	• Seminários locais presenciais nos pólos regionais
TOTAL	180 horas	(48 horas presenciais e 136 horas a distância)

Os Seminários Locais para Avaliação – Módulo 5 – serão realizados nos pólos onde os participantes se reunirão para a apresentação de projetos desenvolvidos nas escolas, que devem ser em forma de planos de curso, atividades interdisciplinares e planos de unidades temáticas.

Os seminários devem possibilitar a troca de informações entre os projetos desenvolvidos. Além da avaliação dos participantes, será realizada uma avaliação de resultado, quando será aplicado um questionário para verificar o grau de satisfação e aceitabilidade do cursista em relação ao curso.

6.6.3 Construção dos Conteúdos

Os conteúdos dos blocos serão discutidos juntamente com Instituições Superiores de Ensino parceiras, a Seed e a Secad em um seminário de desenvolvimento do curso a distância que chamaremos de Seminário da Rede de Educação para a Diversidade com número de participantes definidos a partir de 02 profissionais da IPES selecionada e 01 profissional da área de Educação para as relações étnico-raciais de cada IPES parceiras, 1 (um) profissional da área tecnológica e os demais integrantes da equipe de coordenação da Secad.
Nesse seminário, pretende-se:
• Abordar os parâmetros conceituais e temas geradores (comum para todo o território nacional) para elaboração dos conteúdos, assim como os temas específicos por região;
• Definir o formato das apostilas EaD;
• Conhecer a plataforma Moodle e os instrumentos pedagógicos que podem ser inseridos;
• Discutir os critérios de seleção de tutores e coordenadores;
• Planejar o seminário de formação dos tutores;
• Validar os municípios escolhidos, a escola como unidade de análise e planejar uma comunicação oficial para todos os diretores;
• Definir os critérios para escolha dos cursistas (professores e gestores);
• Definir um sistema de monitoramento e avaliação único para todos os estados.

6.6.4 Material Impresso e Outras Mídias

Os professores responsáveis pela elaboração do material didático serão denominados de Professores Conteudistas.

Nas 5 (cinco) apostilas (módulos de 1 a 5), os conteúdos e formatação específica para linguagem EaD, irão relacionar teoria e prática de maneira integrada à plataforma utilizada. A linguagem e o projeto gráfico serão concebidos para atrair e motivar o aluno e, na utilização de diferentes mídias, o material deverá permitir a interação numa seqüência didática dos módulos.

O detalhamento e integração de outras mídias no curso se darão simultaneamente à elaboração dos conteúdos e às possibilidades tecnológicas do ambiente virtual de aprendizagem. As apostilas serão enviadas por correio para os tutores e estes farão a distribuição aos participantes. Além das apostilas, poderão ser distribuídas outras publicações da Secad aos tutores e às bibliotecas das escolas envolvidas, funcionando como complementares ao curso e servindo de referências para trabalhar os conteúdos.

VII - CURSO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

7.1 Apresentação

O Curso de Educação Ambiental é um curso de formação continuada de professores de educação básica, com carga horária de 180h distribuídas em 5 módulos. Ofertado na modalidade a distância, por meio do sistema da Universidade Aberta do Brasil, o curso possui 32 presenciais, e visa formar professores e profissionais da educação capazes de compreender os temas da educação ambiental e introduzi-los transversalmente na prática pedagógica da escola.

7.2 Contextualização

O programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas é a política de Educação Ambiental do Ministério da Educação implementada pela Coordenação-Geral de Educação Ambiental da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (CGEA/DEDC/SECAD). Iniciada em 2004, essa política parte de uma visão sistêmica baseada em um círculo virtuoso que contém quatro ações estruturantes para Educação Ambiental numa perspectiva de prática pedagógica integrada, contínua, permanente e transversal a todas as disciplinas, nas diversas modalidades de ensino, conforme figura seguir.



Esse processo começou em 2003 com a I Conferência Nacional Infanto-Juvenil para o Meio Ambiente (CNIJMA) coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente em parceria com o Ministério da Educação, considerado o início das ações dessa política. Como ação difusa, a I CNJMA teve como público preferencial alunos do segundo ciclo do

Ensino Fundamental e jovens de movimentos sociais de meio ambiente. Em 2004, a nova gestão da CGEA deu continuidade a este percurso retribuindo às escolas que participaram da I CNIJMA um curso de formação continuada para professores e alunos, numa abordagem de Educação Formativa na modalidade presencial. Nesses cursos, foram focadas as estratégias estrurantes dessa política como a formação de Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (Com-Vidas) nas escolas, exercícios de elaboração de projetos de trabalho com temas socioambientais nas escolas que agreguem a comunidade e uma linha de fomento para implantar projetos com estas características denominado Projeto Chico Mendes. Além de adensar conteúdos, o sistema de Educação Ambiental prevê a inserção tecnológica de alunos e professores, sendo designado aos primeiros o programa Ciências de Pés no Chão e aos segundos, a formação na modalidade de Educação a Distância (EaD).

Entre 2004 e 2005, O Processo Formativo do Programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas, formou cerca de 2.686 (dois mil seiscentos e oitenta e seis) profissionais de secretarias de Educação estaduais (SEDUCs) e municipais (SEMEDs), ONGs, universidades, coletivos jovens (CJ) e do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA). Para trabalhar com professores de 4.000 (quatro mil) municípios de todos os estados, regiões, biomas e estratos sociais do País, foi adotado o livro Consumo Sustentável: manual de educação3, sendo um programa interdisciplinar e transversal em relação ao currículo escolar. Para trabalhar com os alunos, os jovens formadores dos coletivos jovens (CJ) utilizaram a publicação Formando Com-vida e Construindo a Agenda 214, praticando a metodologia de Oficinas de Futuro para a construção da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (Com-Vida). Em 2005, estas escolas foram estimuladas a participar do processo da II CNIJMA e do Projeto Chico Mendes.

A Rede de Educação para a Diversidade é uma iniciativa do Ministério da Educação que visa criar uma rede nacional de instituições de educação superior dedicadas à disseminação dos temas da diversidade nas redes de ensino públicas e privadas de educação básica no País por meio de formação continuada pelos cursos do Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. A Formação Continuada de Professores, quando proposta regional e desenvolvida conjuntamente por grupos diversificados da sociedade, como Organizações Não-Governamentais (ONGs), universidades e secretarias de educação, empodera os atores sociais, fortalecendo, assim, políticas locais de educação ambiental.

Com o apoio de uma educação ambiental crítica, participativa e emancipatória, possibilitamos o empoderamento das comunidades locais e propiciamos também subsídios para o sempre falado, mas tão difícil, exercício da transversalidade, da inter e transdisciplinaridade, das questões ambientais nas disciplinas escolares. Pode-se assim gerar uma atitude responsável e comprometida da comunidade escolar com as questões socioambientais locais e globais, bem como enfatizar a melhoria da relação ensino-aprendizagem.

Com esse processo em mente é que se detalha neste documento as diretrizes do curso de formação em Educação Ambiental para professores e outros profissionais da educação que nesse ano será na modalidade à distância (EaD). A EaD apresenta maneiras próprias de execução, porém obedece à concepção geral de educação que se transforma à medida que se modificam as visões humanas no mundo. Com esse tipo de metodologia educacional, atende-se um maior número de professores que se encontram distantes geográfica e temporalmente, além de também responder às demandas de um novo perfil de professor que exige modificações no ambiente educacional.

Segundo o decreto n. 2494/98, a Educação a distância é uma forma de ensino que possibilita a auto-aprendizagem, com a mediação de recursos didáticos

sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação. O aprendizado em EaD envolve comprometimento, argumentação e busca. Vale ressaltar que é preciso ter continuidade nesse tipo de aperfeiçoamento, ocorrendo dessa forma a agregação de novos conteúdos, o que leva a uma atualização dos professores.

A EaD apresenta algumas vantagens organizacionais, tais como:

• o aumento da capacidade de vagas para atender a um número muito maior de pessoas;

• rapidez na atualização de currículos para atender a uma demanda crescente de novos conhecimentos e tecnologias;

• redução na alocação de recursos financeiros;

• Já para os cursistas existem algumas vantagens em oferecer cursos de formação de professores na modalidade EaD;

• processo de aprendizagem é mais flexível;

• o cursista pode estudar em sua própria casa ou na própria escola que leciona;

• maior interação com colegas de outras cidades e estados do país.

Mesmo sendo um curso a distância, não será possível atingir todos os professores do quadro, sendo dessa forma interessante que o curso de educação ambiental constitua parte dos cursos da Rede de Formação para a Diversidade possibilitanto, assim, sua replicação em outras oportunidades para que mais professores possam estar participando desse tipo de formação em Educação Ambiental.

7.3 Objetivos

Realizar uma formação continuada em Educação Ambiental para professores do segundo ciclo do Ensino Fundamental (5a a 8a séries) e outros profissionais de educação.

Essa formação visa:

• Adensar conteúdos de Educação Ambiental;

• Proporcionar a inclusão digital de professores e jovens;

• Estimular as escolas para participar das estratégias estruturantes das políticas de educação ambiental do MEC (III CNIJMA e Projeto Chico Mendes).

Público-Beneficiário

• Formação de 20.000 (vinte mil) professores do segundo ciclo do Ensino Fundamental (5a a 8a séries) da rede pública estadual e municipal em aproximadamente 6.600 (seis mil e seiscentas) escolas (aproximadamente 3 professores de cada escola);

• outros públicos interessados.

As instituições públicas devem observar o princípio constitucional de gratuidade e de igualdade de condições de acesso ao ensino (Art. 206, CF).

7.4 Abrangência

O curso pretende beneficiar entre 2 (dois) e 3 (três) professores de aproximadamente 6.600 (seis mil e seiscentas) escolas que tenham o segundo ciclo do Ensino Fundamental completo de acordo com as seguintes condições:

- Escolas cujos entes federados tenham manifestado adesão ao "Compromisso Todos pela Educação";
- Escolas situadas em Municípios que tenham aderido a formação continuada de professores em Educação Ambiental no Plano de Ações Articuladas (PAR);

Os professores selecionados deverão ter algum tipo de acesso à internet banda larga, seja na própria escola ou em Pólos da Universidade Aberta do Brasil (UAB) com computadores disponíveis para usuários da rede de ensino durante cerca de 90 (noventa) minutos/dia.

7.5 Estrutura do Curso

7.5.1 Carga horária

O curso está planejado para ter um total de 180 horas, sendo 32 horas presencias e 148 horas na a distância com duração média de 5 meses numa distribuição de 36 horas-aula/mês que resulta numa dedicação média de 90 minutos/dia. O curso deverá conferir um certificado de aperfeiçoamento em educação ambiental para participantes portadores de diploma de ensino superior, e certificado de extensão para participantes com nível médio completo.

7.5.2 Estrutura para os Módulos

A estrutura do curso é dividida com os seguintes módulos:

Módulo	Qtde Horas	Submódulos/Conteúdos
Módulo 1 – Conceitual EAD e Ferramenta Moodle	24 horas	• 16 horas – Presenciais (EAD + EA) • 8 – A distância (Moodle)
Módulo 2 – Educação Ambiental	32 horas 4 horas - Reflexão	• 16 horas – Políticas estruturantes de Educação Ambiental • 16 horas – Um olhar sobre a Educação Ambiental no Brasil • Texto que faça a transição entre o conceitual e os temas geradores: Mudanças Ambientais Globais
Módulo 3 – Temas Geradores de Mudanças Ambientais Globais	64 horas	● 16 horas – Água ● 16 horas – Mudanças climáticas ● 16 horas – Biodiversidade ● 16 horas – Energia e Mobilidade
Módulo 4 A – Projetos de Pesquisa Módulo 4B – Gestão dos Movimentos de Juventude	40 horas	● 20 horas – Elaboração de Projetos de Pesquisa ● 20 horas – Com-Vidas, Coletivos Jovens e Rejuma
Módulo 5 – Avaliação Presencial	16 horas	● Seminários Locais

Os Seminários Locais para Avaliação (Módulo 5) serão realizados nos pólos UAB do curso. Os participantes se reunirão para a apresentação dos projetos desenvolvidos nas escolas. Os seminários devem possibilitar a troca de informações. Além da avaliação dos participantes, será realizada uma avaliação de resultado, quando será aplicado um questionário para verificar o grau de satisfação e aceitabilidade do cursista em relação ao curso.

7.5.3 Material impresso e outras mídias:

As IPES receberão recurso para a impressão do material didático. Em relação a outras mídias, seu detalhamento e integração no curso se darão simultaneamente à elaboração dos conteúdos e às possibilidades tecnológicas do ambiente virtual de aprendizagem.

VIII - CURSO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA

8.1 Apresentação

O Curso de Educação Integral e Integrada é um curso de formação continuada de professores e demais profissionais da educação básica, com carga horária total de 220h distribuída em 10 módulos, abrangendo desde histórico, conceitos e definições sobre o tema até instrumentos para uma formação específica para os conteúdos e aportes de políticas públicas voltadas à implementação da educação integral e integrada no país. Ofertado na modalidade a distância por meio do sistema da Universidade Aberta do Brasil, o curso semipresencial com atividades desenvolvidas nos pólos de apoio presenciais da UAB, tem como objetivo formar professores e profissionais da educação capazes de compreender e implementar programas de educação integral e integrada nas práticas pedagógicas das escolas de educação básica da rede pública de ensino.

8.2 Contextualização

Um dos desafios atuais da educação brasileira é a ampliação do tempo, dos territórios e das oportunidades educacionais para garantir e qualificar a aprendizagem dos alunos na perspectiva da Educação Integral/Integrada. Nesse sentido, as atividades para além das 4 horas diárias previstas no ensino regular devem se articular com o projeto pedagógico das escolas e atender aos múltiplos aspectos da educação integral, tais como as ações complementares à escola, ações comunitárias, arte e educação, esporte e educação, atendimento individualizado a cada aluno, atendimento a crianças em situação de risco, entre outras.

A Lei 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), determina a obrigatoriedade do ensino fundamental gratuito e o aumento progressivo da jornada escolar para o regime de tempo integral (artigos 34 e 87): “A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola. [...] § 2º. O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino”; ao mesmo tempo que reconhece e valoriza iniciativas de instituições que desenvolvem, em conjunto com as escolas, experiências extra-escolares (LDB, art. 3, item 10) e também o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, julho de 1990) que enfatiza de forma exemplar o direito da criança e do adolescente à proteção e desenvolvimento integral.

O ensino em dois turnos também integra as ações previstas no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o qual prevê que a formação do estudante seja feita, além da escola, com a participação da família e da comunidade. O PDE tem cerca de 30 ações, que se subdividem em mais de 72 atividades, todas voltadas à melhoria da qualidade da educação básica.

O novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) atende toda a educação básica, da creche ao ensino médio. Esse Fundo garante um aporte de recursos para sistemas de ensino que implementem a educação em tempo integral. Para o ensino fundamental em tempo integral, o sistema receberá 25% a mais de recursos do que receberia para o ensino fundamental regular, e 30% a mais para o ensino médio em tempo integral.

Outro marco legal para a implementação de ações no âmbito da educação integral encontra-se na Portaria Normativa Interministerial nº 17 (abril, 2007), a qual instituiu o Programa Mais Educação com o objetivo de fomentar a educação integral de crianças,

adolescentes e jovens, por meio de atividades e ações conjuntas interministeriais articuladas ao projeto de aprendizagem desenvolvido pela escola nas áreas de educação ambiental, esportes, cultura e lazer.
No Brasil, a formulação de uma concepção sobre a educação integral acontece desde o início do século XX, como conseqüência de uma reestruturação da escola para responder aos desafios da sociedade moderna e democrática.
As primeiras propostas de escola de tempo integral foram aquelas de Anísio Teixeira e de outros educadores de sua geração, especialmente nas décadas de 1950 e 1960. Na década de 1980, retoma-se a discussão em torno do tema a partir da implantação dos CIEPs (Centros Integrados de Educação Pública) no estado do Rio de Janeiro. O conceito tradicional encontrado para a educação integral considera o sujeito em sua condição multidimensional, não apenas na sua dimensão cognitiva, como também na compreensão de um sujeito em sua dimensão biopsicossocial, isto é, que é um ser corpóreo e está inserido num contexto de relações político-sociais e ambientais. A aprendizagem acontece ao longo de toda a vida em diferentes contextos: na família, na escola, na cidade; em espaços formais e informais.
Falar sobre uma escola de tempo integral implica considerar a questão da variável tempo, com relação à ampliação da jornada escolar, e a variável espaço, na perspectiva da relação da escola com outras instituições, equipamentos públicos e políticas sociais para a construção de territórios educadores para além dos muros escolares. No entanto, é preciso entender, também, que tempo e espaços escolares devem ser pensados com novas oportunidades para a aprendizagem e a reapropriação de espaços de sociabilidade e diálogo com a comunidade local, regional e global.

8.3 Objetivos

O curso objetiva formar gestores e professores do Ensino Básico nos pressupostos teóricos e práticos da Educação integral/Integrada, alunos dos cursos de graduação e outros profissionais de educação, para o desenvolvimento e implementação de programas de educação integral nas escolas.
A formação visa:

- promover a discussão sobre Educação Integral/Integrada nos ambientes escolares;
- incorporar conteúdos de Educação Integral/Integrada nos currículos universitários;
- estimular as escolas e demais profissionais da educação para participar da construção de estratégias pedagógicas e de gestão intersetorial para a implementação da Educação Integral e Integrada;
- promover e estimular pesquisas e produção de novas tecnologias e materiais didáticos para a implementação da Educação Integral/Integrada;
- preparar os profissionais da educação nos conteúdos e instrumentos de execução de políticas públicas, programas e ações governamentais de educação integral e integrada.

8.4 Público-Beneficiário

Preferencialmente, professores da rede pública do Ensino Básico atuantes em escolas municipais e estaduais, observadas as demandas articuladas ao Programa de Ações Articuladas (PAR); alunos de graduação na área de educação; gestores (municipais e

estaduais) da área de educação e outras áreas afins e demais profissionais da educação (diretores, coordenadores, agentes sociais não governamentais, voluntários, etc.).
As instituições públicas devem observar o princípio constitucional de gratuidade e de igualdade de condições de acesso ao ensino (Art. 206, CF).

8.5 Estrutura do Curso

8.5.1. Metodologia

A metodologia será desenvolvida de forma semipresencial com encontros presenciais e a distância a partir da interatividade do tutor com os cursistas, via internet, na plataforma Moodle.
Os tutores acompanharão os cursistas que poderão formar grupos de estudo a fim de facilitar a leitura, a compreensão e a elaboração de novos textos de maneira virtual na Comunidade de Trabalho e Aprendizagem em Rede.
O curso estará disponível também *offline* via material impresso e multimídia. A metodologia do curso contemplará o desenvolvimento de um percurso individual de aprendizagem, no qual o aluno compõe a sua trajetória mediante atividades e/ou avaliações referentes a cada módulo da formação.
Os encontros presenciais locais serão realizados nos pólos da Universidade Aberta onde os participantes se reunirão para a apresentação do curso, para a orientação de elaboração de projetos de intervenção pedagógica nas escolas e/ou comunidades locais para a apresentação do relatório final (Avaliação Final do Curso), quando será aplicado um questionário para verificar o grau de satisfação e aceitabilidade do cursista em relação ao curso.

8.5.2 Carga-horária

O curso de educação integral e integrada está planejado para ter um total de 220 (duzentas e vinte) horas/aula, distribuídas em 10 (dez) módulos de 20 a 36 horas de trabalho a distancia ou presencial nos pólos (incluídas as horas destinadas às avaliações presenciais ou a distância). O curso poderá ter a duração de até 12 meses, sugerindo-se uma distribuição de 20 horas-aula/mês, o que resulta em uma dedicação média de 40 minutos/dia.

8.6. Módulos e Conteúdos

Os quadros a seguir apresentam a sugestão de distribuição de módulos, carga-horária e conteúdo a ser trabalhado por módulo:

Quadro Estrutural do Curso (Por Módulos)

MÓDULO	SUB-MÓDULOS	Carga Horária Presencial	Carga Horária a Distância	Carga Horária Total
I - Conceitual: EAD e Ferramenta Moodle	Educação à Distância	16 horas		16 horas
	Moodle		4 horas	4 horas
	Comunidade Virtual de Aprendizagem		4 horas	4 horas
	TOTAL	**16 horas**	**8 horas**	**24 horas**
II – Desenvolvimento da Educação Integral na	– Contextualização Histórica, Conceitos e Definições	2 horas	8 horas	10 horas

	– Marcos Legais e Legislação do Magistério	2 horas	6 horas	8 horas
	– Avaliação on line		2 horas	2 horas
	TOTAL	**4 horas**	**16 horas**	**20 horas**
III - Educação Integral e Integrada: Reflexões e Apontamentos	– O Paradigma Contemporâneo da Educação Integral no Brasil	2 horas	8 horas	10 horas
	– Experiências, Programas e Políticas da Educação Básica Brasileira	2 horas	6 horas	8 horas
	– Avaliação on line		2 horas	2 horas
	TOTAL	**4 horas**	**16 horas**	**20 horas**
IV - Políticas Pedagógicas	– Educação Integral e a Escola	2 horas	8 horas	10 horas
	– Novos Saberes	2 horas	6 horas	8 horas
	– Avaliação on line		2 horas	2 horas
	TOTAL	**4 horas**	**16 horas**	**20 horas**
V - Políticas Públicas	– Gestão de Políticas Públicas e Intersetorialidade	8 horas	10 horas	18 horas
	– Avaliação on line		2 horas	2 horas
	TOTAL	**8 horas**	**12 horas**	**20 horas**
VI – Cidades Educadoras	- A Escola e a Cidade: Ampliando espaços e oportunidades educacionais	8 horas	10 horas	18 horas
	Avaliação on line		2 horas	2 horas
	TOTAL	**8 horas**	**12 horas**	**20 horas**
VI - Educação Integral como Arranjo Educativo Local	– A Formação de Redes Sociais em Função dos Processos Educativos	2 horas	8 horas	10 horas
	– Experiências Exitosas	2 horas	6 horas	8 horas
	– Avaliação on line		2 horas	2 horas
	TOTAL	**4 horas**	**16 horas**	**20 horas**
VIII – Projeto de Intervenção Pedagógica	– Metodologia do Projeto de Intervenção Pedagógica	6 horas	14 horas	20 horas
	– Aplicação, Desenvolvimento e Avaliação do Projeto de Intervenção Pedagógica	2 horas	14 horas	16 horas
	TOTAL	**8 horas**	**28 horas**	**36 horas**
IX – Fundamentos da Educação Integral	Cognição, Ensino e Aprendizagem (6 a 12 anos)	3 horas	6 horas	9 horas
	Psicologia do Desenvolvimento	3 horas	6 horas	9 horas
	Avaliação Presencial		2 horas	2 horas
	TOTAL	**6 horas**	**14 horas**	**20 horas**
X - Práticas Pedagógicas Enquanto Práticas Sociais	Ensino e Aprendizagem voltados para a Inclusão, Diversidade e Direitos Humanos	2 horas	8 horas	10 horas
	Inter e Multidisciplinaridade	2 horas	6 horas	8 horas
	- Avaliação on line		2 horas	2 horas
	TOTAL	**4 horas**	**16 horas**	**20 horas**
	TOTAL GERAL	**66 horas**	**154 horas**	**220 horas**

8.7. Construção dos conteúdos

Caberá a cada proponente a construção específica dos conteúdos de cada módulo. Uma vez elaborado o curso, as instituições de educação superior participantes do processo de elaboração ofertarão o curso para atender a demanda de formação nos temas da educação integral e integrada.

Os professores conteudistas, responsáveis pela elaboração do material didático, de acordo com a divisão de módulos do curso, poderão desenvolver seus trabalhos individualmente ou em conjunto com especialistas na área. O conteúdo e formatação

devem ser específicos para linguagem EaD e deverão relacionar teoria e prática de maneira integrada à plataforma utilizada. A linguagem e o projeto gráfico deve ser concebida de forma a atrair e motivar o aluno na utilização de diferentes mídias, permitindo a interação didática entre os módulos.
Poderão ser utilizadas outras mídias e seu detalhamento e adequação ao curso se darão simultaneamente à elaboração dos conteúdos e às possibilidades tecnológicas do ambiente virtual de aprendizagem.
O material didático deverá estar disponível na plataforma. Podendo ser impresso e distribuído aos participantes do curso.
A Descrição do curso com todos os componentes curriculares, respectivos ementários e demais materiais pedagógicos, recursos, bem como a indicação do quantitativo de vagas a serem oferecidas, cronograma completo de execução do curso, etapas de seleção de alunos, início e término do curso e calendário, métodos e critérios de avaliação e certificação, devem ser disponibilizados aos alunos em um Guia do Aluno de responsabilidade de cada instituição proponente.

8.8 Certificação

a) Curso de Extensão
Para que o cursista obtenha o certificado do curso no nível de Extensão, deverá cursar obrigatoriamente o Módulo I (24h), mais outros módulos de no mínimo 40h, perfazendo um total de 64h.
b) Curso de Aperfeiçoamento.
Para que o cursista obtenha o certificado do Curso no nível de aperfeiçoamento deverá cursar obrigatoriamente o Módulo I (24h) e no mínimo 180 horas do curso, perfazendo um total de 204 horas.

IX - CURSO DE GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA

9.1 Apresentação

O curso Gênero e Diversidade na Escola foi ofertado pela primeira vez em um projeto piloto em 2006. O curso teve como objetivo de capacitar professores das escolas públicas para lidar com a diversidade nas salas de aula, enfrentando atitudes e comportamentos preconceituosos em relação a gênero, raça e às diversas orientações sexuais. Essa ação foi resultado de uma parceria da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) com o Ministério da Educação, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), o British Council e o Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/UERJ).

Em 2008, o curso foi ofertado no âmbito da Rede de Educação para a Diversidade, mantendo a articulação entre esses ministérios.

Em 2009, o Ministério da Educação está recebendo propostas de instituições para a oferta de novas turmas para o curso de Gênero e Diversidade na Escola. O material do curso está disponível no sítio eletrônico www.presidencia.gov.br/spmulheres.

O curso apresenta carga horária de 200h distribuída em cinco módulos, da seguinte forma: Módulo I - 25 horas-aula; os módulos II, III e IV - 35 horas-aula cada; o Módulo V - 30 horas-aula. Além dessas 160 horas-aula on-line, serão considerados também 40 horas de atividades presenciais, que serão desenvolvidas em três encontros. Os módulos, com exceção do último, estão organizados em unidades.

9.2 Contextualização

Nos últimos anos, o Estado brasileiro tem promovido uma série de medidas visando ao enfrentamento, por meio da educação, de todas as formas de discriminação e à constituição de uma cultura dos direitos humanos. Educar para a diversidade não significa apenas reconhecer as diferenças, mas refletir sobre as relações e os direitos de todos/as.

O objetivo principal do curso Gênero e Diversidade é oferecer aos profissionais da rede pública de Educação Básica conhecimentos acerca da promoção, respeito e valorização da diversidade étnico-racial, de orientação sexual e identidade de gênero, colaborando para o enfrentamento da violência sexista, étnico-racial e homofóbica no âmbito das escolas.

A escolha dos temas específicos a serem trabalhados - gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais, bem como a decisão de tratamento conjunto desses temas, parte do entendimento de que os fenômenos se relacionam de maneira complexa.

De modo mais geral, as metas que orientam este curso são expressas nos seguintes documentos:

I - Programa Nacional de Educação em Direitos Humanos (2006);

II - Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, de 2003;

III- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.294/1996), em específico seu artigo 26-A, que determina a obrigatoriedade

do ensino da História e da Cultura Afro-brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica (Lei nº 10.639/2003);

IV - Lei nº 11.525/2007, que modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), ao acrescentar o § 5º ao seu art. 32, tornando obrigatória a inclusão do conteúdo relativo aos direitos das crianças e dos adolescentes no currículo do ensino fundamental, tendo como diretriz o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei nº 8.069/90);

V - II Plano Nacional de Política para as Mulheres (2008);

VI - Programa Brasil sem Homofobia, Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT e Promoção da Cidadania Homossexual, de março de 2004;

VII - Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (adotada - por unanimidade - pelas Nações Unidas em 20 de novembro de 1989, e promulgada pelo governo brasileiro pelo Decreto n° 99.710, em 21 de novembro de 1990);

VIII - Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948;

IX - Declaração e do Programa de Ação da Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Discriminações Correlatas (Durban, África do Sul, 2001);

X - Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – CEDAW.

O Ministério da Educação, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), ambas da Presidência da República, parceiros neste projeto atuam também em parceria com estados, municípios e a sociedade civil.

A oferta do curso enquadra-se em uma ação de política pública voltada para a formação de profissionais da rede pública de Educação Básica.

Todos os documentos acima mencionados partem da concepção de que não bastam normas que visem à promoção, proteção e defesa de direitos, fazem-se necessárias ações no campo da educação formal e não formal. A implementação de políticas educacionais públicas de enfrentamento ao preconceito e à discriminação demanda, de um lado, medidas de ampliação do acesso e melhoria da qualidade do atendimento aos grupos historicamente discriminados – negros, indígenas, mulheres, homossexuais, entre outros. De outro, são necessárias ações que visem educar a sociedade para o respeito e a valorização da diversidade e para o combate à discriminação.

Ao participarem deste curso de formação nas temáticas de gênero, relações étnico-raciais e orientação sexual, os/as profissionais da educação obterão instrumentos para refletir a respeito desses temas e incorporar em suas práticas pedagógicas ações que também levem a comunidade escolar a uma reflexão acerca da diversidade, bem como constituir possibilidades para o enfrentamento da discriminação.

A escola é o espaço sócio-cultural em que as diferentes identidades se encontram, se constituem, se formam e se produzem. Portanto, é um dos lugares mais importantes para promover uma educação visando o respeito à diferença.

9.3 Público-Beneficiado

Professores/as e outros profissionais da educação, e outros públicos interessados.

Entende-se por profissionais da educação gestores/as da educação dos níveis federal, estadual e municipal, professores/as, orientadores/as pedagógicos/as, entre outros/as profissionais envolvidos/as na gestão e na docência, nas redes públicas de educação básica.

9.4 Objetivos

Realizar uma formação continuada em gênero, raça/etnia e orientação sexual para professores/as da Educação Básica e outros profissionais de educação.

O curso visa também:

- Contribuir para a promoção da inclusão digital por intermédio de conteúdos transformadores das culturas discriminatórias de gênero, étnica-racial e de orientação sexual no país;
- Desenvolver a capacidade dos/as professores/as da Educação Básica da rede pública de compreender e posicionar-se diante das transformações políticas, econômicas e socioculturais que requerem o reconhecimento e o respeito à diversidade sociocultural do povo brasileiro e dos povos de todo o mundo – o reconhecimento de que negros e negras, índios e índias, mulheres e homossexuais, entre outros grupos discriminados, devem ser respeitados/as em suas identidades, diferenças e especificidades, porque tal respeito é um direito social inalienável;
- Contribuir para a formação de profissionais em educação, em especial professores/as da Educação Básica, capazes de produzir e estimular a produção dos alunos e de alunas nas diferentes situações do cotidiano escolar, de forma articulada à proposta pedagógica e a uma concepção interacionista de aprendizagem;
- Elaborar propostas concretas para utilização dos acervos culturais existentes nos diferentes contextos escolares no desenvolvimento de atividades curriculares nas diferentes áreas do conhecimento;
- Desenvolver estratégias de formação do/a professor/a, de autoria e de leitura crítica no aproveitamento dos diferentes recursos pedagógicos, das diferentes mídias;
- Incentivar a produção de materiais didáticos de apoio pelos próprios alunos/as dos cursos e o intercâmbio de tais materiais e experiências bem sucedidas, (bem como dificuldades enfrentadas) entre os cursistas.

9.5 Estrutura do Curso

9.5.1 Carga Horária

O curso apresenta carga horária de 200 h distribuída em cinco módulos. Para efeito de determinação de carga-horária, o Módulo I equivale a 25 horas-aula; os módulos II, III e IV, a 35 horas-aula cada; e o Módulo V a 30 horas-aula. Além do total dessas 140 horas aula on-line, serão considerados também 40 horas de atividades presenciais, que serão desenvolvidas em três etapas. Os módulos, com exceção do último são subdesenvolvidos em unidades.

9.5.2. Organização dos Módulos

O curso Gênero e Diversidade na Escola foi desenvolvido de modo a permitir o debate transversal sobre as temáticas de gênero, sexualidade e orientação sexual e relações étnico-raciais. Para tanto, foi estruturado em cinco módulos, quatro deles temáticos, possibilitando ao cursista a correlação entre temas abordados.

O curso foi estruturado nos Módulos e Unidades a seguir destacadas:

Módulo	Sub-Módulos/Conteúdos
Módulo 1 - Abertura	UNIDADE 1: ORIENTAÇÕES •Projeto •Metodologia •Cronograma •Avaliação •Ambiente e-ProInfo UNIDADE 2: DIVERSIDADE •Apresentação •Uma definição de cultura •A diversidade cultural •Etnocentrismo, estereótipo e preconceito •Dinâmica cultural e respeito e valorização da diversidade •O ambiente escolar em face dos temas tratados
Módulo 2 - Gênero	UNIDADE 1: GÊNERO: UM CONCEITO IMPORTANTE PARA O CONHECIMENTO DO MUNDO SOCIAL •Apropriação cultural da diferença sexual •Importância da socialização na família e na escola •Construção social da identidade adolescente/juvenil e suas marcas de gênero •Diferenças de gênero na organização social da vida pública e privada UNIDADE 2: A IMPORTÂNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA LUTA CONTRA AS DESIGUALDADES DE GÊNERO •Discriminação de gênero no contexto da desigualdade social e étnico-racial •A importância dos movimentos sociais •A contribuição dos estudos de gênero •A permanência da violência de gênero •Participação feminina no mercado de trabalho: indicador preciso da desigualdade de gênero UNIDADE 3: GÊNERO NO COTIDIANO ESCOLAR •Escola como espaço de eqüidade de gênero •O gênero na docência •Diferenças de gênero no cotidiano escolar

Módulo	Sub-Módulos/Conteúdos
	•Sucesso e fracasso escolar através de um enfoque de gênero •Práticas esportivas construindo o gênero •Gênero no currículo escolar
Módulo 3 Sexualidade e Orientação Sexual	UNIDADE 1: SEXUALIDADE: DIMENSÃO CONCEITUAL, DIVERSIDADE, DISCRIMINAÇÃO •Sexualidade, sociedade e política •A noção moderna de sexualidade •O corpo e a sexualidade •Identidade de gênero e orientação sexual •Orientação sexual: desejos, comportamentos e identidades sexuais •O combate à discriminação sexual UNIDADE 2: SAÚDE, SEXUALIDADE E REPRODUÇÂO •As experiências e as visões dos/as jovens sobre saúde, sexualidade e temas afins, como diversidade sexual, direitos sexuais e reprodutivos, gravidez, desejo, prazer, afeto, Aids e drogas, a partir do recorte de gênero, étnico-racial e de classe. •Os limites e as possibilidades das propostas educativas no âmbito escolar focadas na saúde, na reprodução e na sexualidade •A importância de ações conjuntas de diferentes instituições do governo, de empresas e da sociedade civil na construção de ações educativas e assistenciais relativas à saúde, à sexualidade e à reprodução UNIDADE 3: SEXUALIDADE NO COTIDIANO ESCOLAR •Diversidade sexual na escola •Controle sobre o gênero e a sexualidade a partir de jogos e brincadeiras •Espaços formais de educação sexual na escola •Diferentes fontes de informação sobre sexualidade
Módulo 4 Relações Étnico-Raciais	UNIDADE 1: NOÇÕES DE RAÇA, RACISMO E ETNICIDADE •Os conceitos de raça, racismo e etnicidade •Sistemas de classificação de cor e raça em uma perspectiva comparada: as diferenças nas classificações raciais entre Brasil e Estados Unidos •A relação entre as classificações raciais e as formas de racismo •A inter-relação entre raça, sexualidade, etnia e gênero UNIDADE 2: DESIGUALDADE RACIAL •Raça, gênero e desigualdades: alguns dados •As especificidades da desigualdade étnico-racial no cenário das desigualdades no Brasil • Estereótipos, preconceito e discriminação racial UNIDADE 3: IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL TAMBÉM SE APRENDE NA ESCOLA • “Escola Sem Cor” em um país de diferentes raças e etnias •Estereótipos e preconceitos étnico-raciais no currículo escolar •Do combate ao racismo à promoção da igualdade étnico-racial •O que muda com a Lei n° 10.639/2003 •As Diretrizes Curriculares para a educação das relações étnico-raciais
Módulo 5 Avaliação	•Elaboração do Memorial •Produção e apresentação do trabalho final •Realização da auto-avaliação

X - CURSO DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

10.1 Apresentação

A Educação em Direitos Humanos (EDH) no âmbito do Ministério da Educação (MEC), e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) é concebida e definida pelos Planos Nacionais de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) de 2003 e 2006, que se fundamentam nos documentos internacionais, em particular nas recomendações formuladas no Congresso de Viena (1993) e as propostas do Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (PMEDH).

A linha política prioritária da EDH da SECAD/MEC é aquela afirmada no PNEDH de 2003:

> *"Neste governo, é prioridade e eixo fundamental das políticas públicas a educação em direitos humanos. (...) A construção do Sistema Nacional de Proteção dos Direitos humanos, fortalecimento dos canais de participação popular, combate ao trabalho escravo, proteção aos direitos das crianças, adolescentes, homossexuais, afrodescendentes, mulheres, idosos e pessoas com deficiência, bem como o aperfeiçoamento dos meios para a apresentação das denúncias de violação aos direitos humanos, são eixos principais de atuação".*

A concepção de educação em direitos humanos encontra-se igualmente definida no PNEDH:

> "*Educar em direitos humanos é fomentar processos de educação formal e não-formal, de modo a contribuir para a construção da cidadania, o conhecimento dos direitos fundamentais, o respeito à pluralidade e à diversidade sexual, étnica, racial, cultural, de gênero e de crenças religiosas".*

O curso apresenta uma carga horária de 200h distribuída em sete módulos.

10.2 Contextualização

O MEC, por meio da SECAD, desenvolve atualmente programas que objetivam apoiar e fortalecer ações e atividades sobre educação em direitos humanos. Os programas representam propostas de políticas públicas de Estado, e objetivam desencadear processos permanentes de EDH, incentivando instituições no âmbito das unidades federadas, dentro das propostas do Programa Mundial de EDH, que indica a descentralização como passo estratégico.

10.3 Público-Beneficiário

- Sistemas de Ensino: profissionais da educação básica.

* Institucionais: lideranças comunitárias, membros de Comitês ou Conselhos Estaduais de Educação em Direitos Humanos e profissionais ligados/as às áreas do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (mídia, educação não-formal e justiça e segurança).

10.4 Objetivos

O Curso de Educação em Direitos Humanos visa apoiar a formação de profissionais da educação básica da rede pública de ensino na área de educação em direitos humanos; a produção e publicação de materiais didáticos especializados em direitos humanos para professores/as e estudantes; além da criação de atividades educativas por meio eletrônico utilizando a educação à distância.

10.5 Estrutura do Curso

10.5.1 Carga Horária

O curso deve ser desenvolvido para 200 horas em sete módulos. Além disso, contamos com 24 horas-aula presenciais previstas no Manual.

10.5.2 Organização dos Módulos

As atividades deverão visar um enfoque inter, multi ou transdisciplinar, por meio de abordagens abrangentes e transversais. Por essa via, deverão ensejar trocas de experiências e reflexões acerca das temáticas relativas aos direitos humanos, considerando as linhas de pesquisa de cada universidade, além das especificidades geográficas e culturas locais. As temáticas destacadas em cada módulo (Formação Inicial e continuada; Materiais didáticos; Currículo; Projeto Político-Pedagógico; Ambiente escolar; Plano de Intervenção Educacional e Avaliação) devem obrigatoriamente ser ministradas; já o detalhamento dos conteúdos listados são sugestões de reflexões que podem ser desenvolvidas no curso.

O curso foi estruturado nos Módulos a seguir com duração de seis meses:

Módulo I - Orientações	15 horas	• Projeto • Metodologia • Cronograma • Avaliação Ambiente Virtual
Módulo II – Direitos Humanos na Formação Inicial e Continuada	45 horas	**Direitos Humanos:** • História e Gênese dos Direitos Humanos no Mundo e no Brasil • Concepção integral e multidimensional dos direitos: contextualização histórica, social e política e marcos jurídicos, políticos e filosóficos • Conceitos centrais para a prática de Direitos Humanos: dignidade humana, direitos humanos, direitos das crianças e adolescentes, sociedade e cultura, identidade cultural, igualdade e não discriminação, democracia e convivência democrática • A educação como instrumento privilegiado para difusão, promoção e garantia de direitos • Direitos Humanos e transversalidade: identidade e diferença na discussão das políticas educacionais contemporâneas: cultura e diversidade como elementos mediadores da ação docente.

		A formação docente e os Direitos Humanos ● As Diretrizes Curriculares para a formação docente, os Direitos Humanos e os referenciais curriculares nacionais (PCNs): limites e possibilidades para a construção dos conhecimentos necessários ao saber docente em Direitos Humanos ● Racionalização, organização e coordenação da ação docente: atividade escolar e as problemáticas contemporâneas ● A reflexão sobre a prática pedagógica de professores desde uma perspectiva dos Direitos Humanos: participação, autonomia e co-responsabilidade na práxis docente ● Mediação pedagógica na prática docente em e para os Direitos Humanos: igualdade, diferença e diversidade: elementos constituintes de uma prática docente em Direitos Humanos ● Reflexão sobre os saberes, as práticas educativas e as metodologias para a ação docente no campo dos Direitos Humanos: saberes docentes do educador/a em Direitos Humanos ● Estratégias pedagógicas para articulação dos conteúdos curriculares à transversalidade dos Direitos Humanos ● Educar em Direitos Humanos: do que estamos falando? ● Conceitos educacionais contemporâneos e os Direitos Humanos: competências, habilidades, valores e atitudes em e para os Direitos Humanos
Módulo III – Direitos Humanos e os Materiais Didáticos	20 horas	**Ética, etnocentrismo e Direitos Humanos:** ● Coexistência com as diferenças e superação de fronteiras identitárias: a dimensão e as imagens do outro nos materiais didáticos ● Reflexão sobre os mecanismos de produção e reprodução de preconceitos e violação de direitos nos materiais didáticos ● Princípios éticos necessários à construção da cidadania e promoção e valorização dos Direitos Humanos nos livros didáticos ● Percepção das diversidades e veiculação de estereótipos e preconceitos nas imagens, ilustrações e textos: como se materializa a violação de Direitos Humanos Programa Nacional do Livro Didático: ● Estratégias e recursos para a articulação de conteúdos à transversalidade dos Direitos Humanos ● Avaliação pedagógica das obras e os Direitos Humanos: limites e possibilidades
Módulo IV – Direitos Humanos e Currículo	20 horas	**Diversidade cultural, Direitos Humanos e visão planetária:** ● Experiências de aprendizagem oferecidas na escola: reprodução ou emancipação? **Currículo e práticas pedagógicas:** ● Objetivos éticos, críticos e políticos na aprendizagem em e para os Direitos Humanos

		● Transversalidade cidadã: educadores e educandos como sujeitos do ato educativo ● Temas geradores e os contextos geradores no currículo de uma educação em e para os Direitos Humanos ● Saberes necessários para a prática pedagógica em Direitos Humanos: saberes teóricos e ligados à prática ● Metodologia de projetos e os Direitos Humanos: possibilidade concreta? **Currículo formal, currículo em ação e Direitos Humanos:** ● Intencionalidade educativa enunciada e o subliminar no ato educativo: aprendizagens relevante para promoção ou negação de direitos ● Tranversalidade e complexidade do real ● A divisão social do conhecimento, a hierarquia de saberes e a natureza seletiva da escola ● Os limites e as possibilidades de propostas educativas focadas nos Direitos Humanos C**oncepção emancipadora de currículo:** ● Conhecimentos a serem ensinados, o que deve ser ensinado e por que ensinar este ou aquele conhecimento: espaços tempos de vivência e realização de Direitos Humanos ● Identidade, alteridade, diferença, subjetividade, saber-poder, representação e multiculturalismo: categorias centrais para um currículo em e para os Direitos Humanos ● Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade na prática de Direitos Humanos: possibilidades cognitivas para compreensão e realização dos direitos e práxis pedagógica
Módulo V – Direitos Humanos e o Projeto Político-Pedagógico	20 horas	**Democracia, Direitos Humanos , Cidadania e comunidade escolar:** ● Princípios norteadores de um planejamento dialógico. Mecanismos de participação efetiva dos segmentos escolares na construção do projeto ● A gestão democrática da escola e as experiências de produção coletiva: a participação democrática na instituição educacional ● Convivência democrática e respeitosa entre os sujeitos e prevenção às violações dos Direitos Humanos **Projeto Político-Pedagógico:** ● Implicações dos temas e práticas de Direitos Humanos e a construção do projeto político pedagógico: afirmação de conceitos relacionados à qualidade de escola, concepção de homem e de sociedade e formas de avaliação. O PPP na perspectiva de uma educação para os Direitos Humanos e a cidadania.
Módulo VI – Direitos Humanos e	45 horas	**Diferença, desigualdade e diversidade na escola - produção do fracasso e do sucesso:** ● A dimensão pedagógica, comunitária, administrativa e

Ambiente Escolar		financeira da escola e os Direitos Humanos ● Dinâmica escolar: respeito e valorização das diferenças e combate ao preconceito e à discriminação com base na raça/etnia, relações de gênero, linguagem, religião, política ou opinião, origem nacional, geracionais, condições físicas ou mentais, entre outras. ● A experiência individual como possibilidade educativa: valores, crenças e atitudes **Escola, participação e emancipação social:** ● Escola como tempo e espaço de realização de Direitos Humanos e de promoção e valorização da diversidade ● Relações pedagógicas participativas **Possibilidades concretas da práxis de Direitos Humanos nas escola -: estratégias para introdução e gestão das questões de Direitos Humanos:** ● Temas, conteúdos, metodologias, recursos materiais e didáticos, segundo os níveis e modalidades da educação brasileira. ● Estruturando aulas ● Atividades artístico-culturais ● Oficinas pedagógicas de Direitos Humanos ● Abordagens lúdico-pedagógicas dos Direitos Humanos ● Linhas de ação, atividades permanentes e orientações pautadas por princípios e práticas de Direitos Humanos: seleção de atividades, organização dos espaços e tempos, apropriação de recursos e materiais didáticos e articulação com outras instituições e equipamentos sócio-culturais da cidade ● Possibilidades educativas para Direitos Humanos: teatro, música, poesia, dança, passeios dirigidos e outras manifestações articuladoras das questões de Direitos Humanos: agir, pensar e sentir
Módulo VII – Plano de Ação Educacional e Avaliação	35 horas	● Plano de Ação Educacional (trabalho final de curso para certificação do/a cursista com proposta de aplicação no ambiente escolar). ● Banco de experiências para a sala de aula e outras atividades educativas (de referências bibliográficas e de outros materiais que serviram para a elaboração do Plano de Ação Educacional)

XI – CURSO DE PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA A DIVERSIDADE

11.1 Apresentação

O Curso de Produção Material Didático para a Diversidade é um curso de formação continuada de professores de educação básica, com carga horária de 180h. Ofertado na modalidade à distância por meio do sistema da Universidade Aberta do Brasil, o curso possui 40h presenciais, e visa formar professores e profissionais da educação para avaliar materiais didáticos existentes, realizar projetos de produção de recursos didáticos e elaborar estratégias metodológicas para o uso de diferentes materiais didáticos para os temas da diversidade, em particular tendo em conta as características locais e regionais e as especificidades dos educandos e os temas: cidadania, direitos humanos, gênero e relações étnico-raciais.

11.2 Contextualização

O curso de Curso de Produção de Material Didático para a Diversidade consideradas as especificidades da realidade brasileira, em particular no que se refere a escassez de materiais didáticos para as temáticas da diversidade propõe desenvolver um programa de formação continuada para professores e outros profissionais da educação que atuam na Educação Básica, com o objetivo de garantir oferta qualificada de educação para atender ao preceito constitucional da educação como um *direito de todo cidadão* e *dever do Estado (Constituição da República Federativa do Brasil).*

A Constituição de 1988 tornou a educação um princípio e uma exigência tão básica para a vida cidadã e a vida ativa que ela se tornou direito do cidadão e dever do Estado. Tal direito, o primeiro dos listados no art. 6º da Constituição, é um direito social, civil e político, consignado ainda no art. 4º da Lei de Diretrizes e Bases, que ressalta o dever do Estado em oferecer ao cidadão uma educação básica de qualidade, nas três etapas que a constituem: a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Por outro lado avança a percepção de que os direitos de todos são também o direito de cada um nas diferenças e singularidades que conformam o respeito à diversidade.

A implementação de uma política pública de atendimento a diversidade, incorporada às políticas educacionais do país, pode se tornar um importante instrumento da promoção do desenvolvimento sustentável com igualdade. Para tanto, um conjunto de investimentos parece imprescindível dentre os quais se destacam os processos de formação inicial e continuada para os profissionais de ensino, a elaboração de materiais didáticos próprios para a diversidade, publicação e divulgação de material de leitura adequado às novas temáticas, criação de acervos para temas da diversidade, entre outros.

Nesse sentido, é importante registrar que, historicamente, verifica-se uma escassez de materiais didáticos e de formação de professores específicos para o trato com temas da diversidade tais como: cidadania, direitos humanos, gênero, e relações étnico-raciais, exigindo que o Ministério desenvolva ações que venham a responder às demandas e atender as necessidades pedagógicas dos educadores que atuam na Educação Básica. Assim, por meio do presente curso, propõe-se a formação de professores e profissionais da educação, com conhecimento pedagógico específico para a elaboração,

desenvolvimento e a implantação de projetos de produção de materiais didático-pedagógicos para os temas da diversidade.
Nesse sentido, essas diretrizes para o Curso de Produção de Material Didático para a Diversidade nos níveis de Aperfeiçoamento e Extensão, marcam uma iniciativa da SECAD, de promover a formação continuada de professores da educação da rede pública que atuam na Educação Básica. O curso oportunizará aos cursistas tomar conhecimento de critérios e procedimentos para a avaliação de materiais didáticos, permitirá o desenvolvimento de projetos de produção de materiais didáticos que atendam as características dos educandos nas diversas realidades locais e regionais, e possibilitará a intervenção nas práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula.

Sobre o conteúdo do curso, essas diretrizes propõem uma organização modular de conteúdos para fortalecer o conhecimento dos professores e outros profissionais de educação sobre as questões relativas aos temas da diversidade em sua relação com os materiais didáticos. Pretende-se, também, levar em conta as discussões relativas às temáticas da diversidade, concepções de materiais didáticos, questões relativas à análise e avaliação de recursos didáticos, projetos de produção de materiais didáticos e avaliação da recepção ou participação dos alunos diante dos recursos ou do processo de produção de materiais. O Curso Produção de Material Didático para a Diversidade será a distância e conterá 180 horas de formação distribuídas em módulos temáticos referentes à temas da Diversidade, Materiais Didáticos e Projetos de Produção e Utilização de recursos didáticos.

O curso visa contribuir para a demanda de formação continuada de professores e profissionais da educação das redes pública que atuam no sistema municipal ou Estadual e/ou alfabetização de jovens, adultos e idosos, e alfabetizadores populares que atuam no Programa Brasil Alfabetizado. Contemplará questões relevantes que, em muitos casos, não estão previstas no currículo da formação inicial.

Para o ingresso no Curso de Produção de Material Didático, em nível de Aperfeiçoamento, será exigida conclusão de nível superior e cumprimento de 180 horas programadas. Para professores e profissionais de educação sem curso superior completo o Curso de Produção de Material Didático concederá certificado de Extensão. Para o ingresso nesse nível será necessário que o cursista tenha concluído o ensino fundamental.

Para execução do Curso de Produção de Material Didático em todos os níveis, será utilizada a plataforma Moodle, a qual proporcionará um espaço de orientação acadêmica e interatividade entre cursistas-tutores-professores. A plataforma Moodle utiliza a tecnologia Internet e permite a concepção, administração e desenvolvimento de cursos a distância, projetos colaborativos e outras formas de apoio a distância e ao processo ensino-aprendizagem, o que atende às especificidades propostas pelos cursos. Concomitantemente, o Portal do Professor será também referência para o acervo multimídia virtual da produção existente nas temáticas, acrescida da produção de conhecimento coletivo gerado ao longo dos cursos.

11.3 Objetivos

O Curso de Produção de Material Didático tem como objetivo principal a formação continuada de professores e outros profissionais da educação das redes pública que

atuam na Educação Básica para avaliar, elaborar projetos de produção de materiais didáticos sobre temas da diversidade: cidadania, direitos humanos, gênero e relações étnico-raciais e realizar intervenções e avaliações sobre a recepção e participação dos alunos no processo.

Essa formação visa:

- analisar criticamente diferentes recursos didáticos quanto aos temas da diversidade;
- valorizar as diferente funções dos recursos didáticos;
- identificar as potencialidades didáticas das linguagens e recursos para contextos específicos abordando temas da diversidade;
- dominar metodologia de coleta, seleção, organização e análise de materiais visando a a produção de materiais didáticos para temas da diversidade;
- valorizar o trabalho com as temáticas da diversidade;
- organizar projeto pedagógico com tema da diversidade;
- produzir recursos didáticos sobre temas da diversidade;
- avaliar a recepção e/ou participação dos educandos em processo de produção de materiais didáticos sobre os temas da diversidade.

11.4 Público-Beneficiário

O focaliza nos profissionais da educação que atuam diretamente ou indiretamente com a prática educacional da escola, inclusive:
• Professores atuando na educação básica com formação mínima em nível médio;
• profissionais da educação responsáveis por coordenação pedagógica, formação de professores e diretores, avaliação educacional, e
• outros públicos interessados.

As instituições públicas devem observar o princípio constitucional de gratuidade e de igualdade de condições de acesso ao ensino (Art. 206, CF).

11.5 Estrutura do Curso

11.5.1 Metodologia

A metodologia será desenvolvida de forma semipresencial com encontros presenciais e a distância a partir da interatividade do tutor com os cursistas, via internet, por meio de ambiente colaborativo Moodle, tendo o Portal da Rede de Formação para a Diversidade e o Portal do Professor como referências para o desenvolvimento das atividades do curso. O curso deve ser desenvolvido no formato modular para possibilitar a flexibilização de sua oferta em vários estados e por várias instituições, assim como, a integração de seus conteúdos com outros cursos ofertados no âmbito da Rede de Educação para a Diversidade. O curso deve propor o desenvolvimento de uma Comunidade de Trabalho e Aprendizagem em Rede – CTAR. Essa comunidade deve ser gerenciada por meio da liderança e motivação dos tutores e/ou coordenadores de curso. Os tutores acompanharão os cursistas que poderão formar grupos de estudo a fim de facilitar a leitura, a compreensão e a elaboração de novos textos de maneira virtual na

Comunidade de Trabalho e Aprendizagem em Rede. O curso deve propor uma metodologia fundamentada na proposta de desenvolvimento de um percurso de aprendizagem. Este percurso se inicia com um diagnóstico da realidade onde os cursistas vivem; seguido de aprofundamento teórico-conceitual das temáticas mencionadas até a conclusão com um projeto de intervenção local ou trabalho de final de curso desenvolvido pelo cursista durante o curso.
Os trabalhos selecionados poderão ser disseminados por meio do Portal da Rede de Formação para a Diversidade e o Portal do Professor.

11.5.2. Carga-Horária

Nível de Aperfeiçoamento: 180 horas
Nível de Extensão: Mínimo de 40 horas

11.5.3. Módulos e Conteúdos

Sugestão de Módulos	*Carga Horária*	*Conteúdos*
Módulo 1: Concepções e análise de materiais didáticos na perspectiva da diversidade.	40h	16. Conceitos e agrupamentos de materiais didáticos 17. Análise de materiais didáticos
Módulo 2: Uso de linguagens no ensino de temas da diversidade.	40h	Temas da diversidade e música Temas da diversidade e cinema Temas da diversidade e literatura Temas da diversidade e televisão
Módulo 3: Produções didáticas sobre Temas da Diversidade.	60h	• Diálogos entre temas da diversidade, linguagens e suportes dos materiais didáticos • Dossiês • Estudo do Meio • Hemerotecas • Livros Coletivos • Cartazes • Pranchas • Vídeos • Sítios eletrônicos
Módulo 4: Utilização e avaliação da recepção dos materiais didáticos sobre Temas da Diversidade	40h	• Apresentação dos materiais didáticos elaborados • Avaliação do uso e recepção dos materiais elaborados

11.6. Conteúdos

Os conteúdos dos módulos serão discutidos juntamente com as IPES proponetes em parceiras com a Secad e a Seed em um seminário de desenvolvimento do curso a distância com número de participantes definidos a partir de:

• 02 profissionais da IPES selecionada;
• 01 profissional da área de Produção de Material Didático de cada uma das IPES parceiras, 1 (um) profissional da área tecnológica e os demais integrantes da equipe de coordenação da SECAD.

Os conteúdos dos módulos, construídos em parceria entre a SECAD e IPES, serão disponibilizados aos proponentes em momento oportuno.

11.7 Material de apoio pedagógico impresso e outras mídias

Os professores responsáveis pela elaboração do material apoio pedagógico serão denominados Professores Pesquisadores. O material proposto será composto pelo conteúdo dos módulos. Seu conteúdo e formatação deverão ser específicos para linguagem EaD e relacionarão teoria e prática de maneira integrada à plataforma utilizada. A linguagem e o projeto gráfico deverão ser concebidos para atrair e motivar os *cursista*s na utilização de diferentes mídias, o material permitirá interagir numa seqüência didática dos módulos.

Em relação a outras mídias, o material deve integrar os recursos das tecnologias educacionais (imagens, sons, *clips*, etc) seu detalhamento e integração no curso se darão simultaneamente à elaboração dos conteúdos e às possibilidades tecnológicas do ambiente virtual de aprendizagem.

As apostilas serão enviadas para os tutores e estes farão a distribuição aos participantes. Além das apostilas poderão ser distribuídas outras publicações da Secad aos tutores e às bibliotecas das redes de ensino locais envolvidas.

XII - CURSO DE FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO E SAÚDE

12. 1 Apresentação

O Curso de Formação em Educação e Saúde do Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB - é um curso de formação continuada para professores, gestores e profissionais da Estratégia Saúde da Família que atuam no Programa Saúde na Escola (PSE). A carga horária total é de 180 horas, distribuída em 6 módulos, nesta não computado o tempo de estudo individual ou em grupo, sem assistência docente.

12. 2 Contextualização

No sistema de ensino brasileiro estão matriculados mais de 7 milhões de crianças na Educação Infantil; mais de 33 milhões de crianças no Ensino Fundamental; mais de 8 milhões de adolescentes e jovens no Ensino Médio; perto de 750 mil jovens e adultos na Educação Profissional e aproximadamente 5,6 milhões de jovens e adultos na Educação de Jovens e Adultos (EJA), o que representa, aproximadamente, 26% da população brasileira. Não obstante sua grande relevância para o País, essas parcelas expressivas da população estão expostas a riscos e relações de vulnerabilidade de caráter estrutural a serem superadas de forma premente.

Elementos da saúde e da educação estão presentes durante todo o desenvolvimento humano de maneira muito expressiva. São importantes no desenvolvimento biopsicossocial e na formação dos sujeitos sociais e políticos. As ações setoriais nesses campos têm mútuas repercussões e, assim sendo, a construção de políticas públicas integradas é condição indispensável para atualizar e renovar, de forma permanente, os significados fundamentais da educação e da saúde, com vistas à integralidade.

Educação e Saúde são direitos sociais estatuídos pela Constituição Federal de 1988, de acordo com o Artigo 6º. Ambas são, igualmente, direito de todos e dever do Estado, conforme preconizam os artigos 196 e 205 da mesma Constituição. Tais preceitos constitucionais encontram ressonância na legislação educacional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/1996 (LDB), dispõe, no Artigo 2º, entre os direitos fundamentais da criança e do adolescente, o direito à vida e à saúde. A garantia aos mesmos direitos é preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8.069, de 13 de julho de 1990), que, ademais, dispõe em detalhe acerca do atendimento necessário à mãe gestante, à parturiente, à criança e ao adolescente, definindo obrigações para o poder público e o Sistema Único de Saúde - SUS, entre outros agentes.

A saúde como necessidade é uma produção social que está relacionada com as condições de vida das pessoas, as tradições históricas, os hábitos e as representações de corpo, saúde e doença. Para a implantação de um modelo de atenção centrado nos interesses dos usuários e que seja capaz de satisfazer suas necessidades é fundamental a garantia dos espaços de trocas de saberes e de construção coletiva.

O Ministério da Saúde, em conjunto com as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, firmou o Pacto de Gestão, pela Vida e em Defesa do SUS, aprovado pelo Conselho Nacional de Saúde - CNS, acordando as responsabilidades entre as três esferas de gestão do SUS, com base nas seguintes diretrizes: descentralização,

regionalização, financiamento, planejamento e programação pactuada e integrada, regulação, participação e controle social e trabalho e educação na saúde, e tem priorizado as Políticas Nacionais de Atenção Básica, de Promoção da Saúde, de Alimentação e Nutrição, de Saúde Bucal, de Educação Permanente em Saúde, de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências, de Redução do Consumo do Álcool, de Saúde Sexual e Reprodutiva, o Programa Nacional de Controle do Tabagismo e Outros Fatores de Risco de Câncer, além de tratados internacionais de saúde pública como a Estratégia Global para Alimentação, Atividade Física e Saúde, entre outros, reconhecendo a importância de se trabalhar com equipamentos sociais existentes no território e com a participação comunitária.

As políticas de saúde reconhecem o espaço escolar como espaço privilegiado para práticas promotoras da saúde, preventivas e de educação para saúde. A articulação entre escola e unidade de saúde também é recomendada e se configura uma importante demanda da comunidade escolar.

As práticas de educação em saúde devem considerar os diversos contextos com o objetivo de realizar construções compartilhadas de saberes sustentados pelas histórias individuais e coletivas, produzindo aprendizagens significativas e ratificando uma ética inclusiva. Desse modo, dimensionando a participação ativa de diversos interlocutores/sujeitos em práticas cotidianas, é possível vislumbrar uma escola que forma cidadãos críticos e informados, com habilidades para agir em defesa da vida e sua qualidade. Os temas relevantes à saúde devem ser prioritariamente incluídos nos projetos político-pedagógicos das escolas.

No âmbito do SUS, a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) considera a Saúde da Família como estratégia prioritária para reorganização da atenção básica e define como áreas prioritárias para atuação: a eliminação da desnutrição infantil, a saúde da criança, dos adolescentes e jovens, a saúde bucal e a promoção da saúde. São consideradas características do processo de trabalho das equipes de Atenção Básica *"o desenvolvimento de ações intersetoriais, integrando projetos sociais e setores afins, voltados para a promoção da saúde"* e *"apoio a estratégias de fortalecimento da gestão local e do controle social",* entre outras.

Entre as especificidades da estratégia de Saúde da Família destacam-se: *"buscar a integração com instituições e organizações sociais, em especial em sua área de abrangência, para o desenvolvimento de parcerias e ser um espaço da construção da cidadania"*.

A estratégia Saúde da Família (SF) tem contribuído com o fortalecimento das redes sociais de apoio às comunidades. Nesse contexto, a escola se apresenta como espaço privilegiado para o encontro dos diversos atores e para a construção coletiva de um ambiente saudável, por meio de trocas e produções compartilhadas de saberes e práticas. A partir de ações conjugadas com as diretrizes de descentralização, territorialização, intersetorialidade, integralidade e controle social, a SF colabora com a conformação dos Sistemas Locais de Saúde. Em outra dimensão, a SF prevê um investimento em ações coletivas e a reconstrução das práticas de saúde a partir da interdisciplinaridade e do trabalho em equipe, em um dado território.

O território é espaço de produção da vida e, portanto, da saúde, e pode ser definido como espaço geográfico, histórico, cultural, social e econômico, sendo coletivamente construído e constituído. Considerando sua dinamicidade, observa-se a necessidade da análise de situação de saúde e a elaboração de um projeto de intervenção que articule os vários equipamentos sociais e demais recursos presentes no território, uma vez que ali se encontram os problemas de saúde e uma parcela das soluções.

Da mesma forma que as questões de saúde, as questões educacionais se relacionam com todas as demais esferas da vida do indivíduo e da comunidade. A política educacional recente tem se pautado pelo fortalecimento dos vínculos entre a escola, seus profissionais, os estudantes e a comunidade, a partir da compreensão de que a qualidade da educação nacional só melhorará se forem restabelecidos os laços entre esses diferentes agentes, se for fortalecido o sentimento de pertencimento e participação de todos na escola, como espaço público e democrático. Vale ressaltar que a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) é clara quando estabelece que, respeitada as normas comuns e as do seu sistema de ensino, os estabelecimentos de ensino terão a incumbência de, entre outras, *articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola* (Art. 12).

As políticas educacionais e de saúde compartilham a perspectiva segundo a qual crianças, adolescentes e jovens, suas famílias e comunidades devem ser vistos como seres integrais, sendo papel do Estado garantir a todos e todas oportunidades para seu pleno desenvolvimento pessoal e social.

O **Programa Saúde na Escola** é uma política contínua e sustentada, de articulação e integração entre as ações desenvolvidas nas escolas e nas Unidades Básicas de Saúde, em especial aquelas organizadas por meio da estratégia Saúde da Família. Foi instituído por decreto presidencial Nº.6.286, de 5 de dezembro de 2007, resulta do trabalho integrado entre o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação, na perspectiva de ampliar as ações específicas de saúde aos alunos e alunas da Rede Pública de Ensino: Educação infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Rede federal de educação profissional e tecnológica), Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Esta proposta pretende contribuir para o fortalecimento de ações na perspectiva da formação integral que proporcionem à comunidade escolar a participação em programas e projetos que articulem saúde e educação para o enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens brasileiros.

Esta iniciativa reconhece as ações já existentes e que têm impactado positivamente na qualidade de vida dos brasileiros, procurando contribuir para a definição de diretrizes e ações de integração entre saúde e educação.

Para o alcance dos objetivos e sucesso do Programa Saúde na Escola é de fundamental importância o compromisso entre os entes federados, de acordo com as pactuações já existentes, em um processo progressivo de articulação intersetorial. Para tanto, o programa está organizado em cinco grandes componentes de atuação, entre eles, o eixo de formação dos profissionais e jovens protagonistas que implementarão ações em educação e saúde no âmbito dos sistemas de ensino, estendendo-se aos espaços sociais educativos.

12.3 Objetivos

Realizar formação continuada em *Educação e Saúde* para professores, gestores e profissionais da Estratégia Saúde da Família que atuam no Programa Saúde na Escola (PSE), bem como fomentar condições para a constituição de arranjos educativos locais integrados e sustentáveis, e seus respectivos planos de ação, para implementação nos Territórios de Responsabilidade estabelecidos no PSE.

A formação visa:

- Promover formação conceitual teórica e prática para a inserção da promoção e prevenção em saúde no currículo escolar, incluindo conteúdos sobre fazeres pedagógicos e potencialização de interface entre educação e saúde, contextualizada nas realidades locais;

- Qualificar os profissionais de educação e saúde para o desenvolvimento de estratégias intersetoriais de promoção e prevenção em saúde, no âmbito do PSE;

- Constituir redes educativas locais integradas e sustentáveis por meio da elaboração de seus respectivos planos de ação nos *Territórios de Responsabilidade* estabelecidos segundo a área de abrangência da Estratégia Saúde da Família .

- Constituir Rede Social Integral e Sustentável por intermédio da formação de agentes promotores da educação e saúde integral dos(as) educandos e do ambiente saudável.

12.4 Público-Beneficiário

Professores, gestores e profissionais da Estratégia de Saúde da Família que atuam no Programa Saúde na Escola (PSE). As propostas de curso podem propor o atendimento à demanda de formação em escala nacional ou à demanda regional/estadual, por Territórios de Responsabilidade.

12.5 Abrangência

O curso pretende atingir:

18. Todas as prefeituras municipais que aderirem ao Programa Saúde na Escola que possibilitarem algum tipo de acesso à internet banda larga, seja na própria Secretaria de Educação, em Pólos da Universidade Aberta do Brasil (UAB), com computadores disponíveis para usuários da rede de ensino e profissionais da ESF;

19. Prioritariamente, os municípios com IDEB igual ou abaixo de 2,69 e/ou pertencentes aos 54 do Programa Mais Educação com 100% de cobertura das Equipes de Saúde na Família;

20. Os professores e técnicos selecionados deverão estar em exercício nos sistemas públicos estaduais ou municipais e ligados ao Projeto Local dos territórios de responsabilidade do Programa Saúde na Escola.

21. As instituições colaboradoras deverão destinar 70% de suas vagas para inscrições de x participantes por Planos de Ação Local *do respectivo território de responsabilidade*, definido segundo a área de abrangência da Estratégia Saúde da Família.

22. Os participantes de cada *Plano de Ação Local*, por território de responsabilidade, deverão contemplar a intersetorialidade das áreas que compõem o PSE (saúde, educação, assistência social, meio ambiente, outros).

23. Os outros 30% poderão ser destinados à livre demanda, destinada a gestores e outros parceiros/colaboradores do programa.

MATRIZ LÓGICA DAS AÇÕES DO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA

COMPONENTES	AÇÃO PROPOSTA
1. AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE SAÚDE	● 1. Avaliação Clínica e Psicossocial (1.1.1. Atualização do Calendário Vacinal; 1.1.2. Detecção Precoce da Hipertensão Arterial Sistêmica; 1.1.3. Avaliação Oftalmológica / Olhar Brasil; 1.1.4. Avaliação Auditiva)
	1.2. Avaliação Nutricional
	● Avaliação da Saúde Bucal
2. PROMOÇÃO DA SAÚDE E PREVENÇÃO	● **1. Ações de Segurança Alimentar e Promoção da Alimentação Saudável (**Promoção da Alimentação Saudável; Alimentação Escolar Saudável).
	2.2. Promoção das Práticas Corporais e Atividade Física nas Escolas
	2.3. Educação para a Saúde Sexual, Saúde Reprodutiva e Prevenção das DST/AIDS (Saúde e Prevenção nas Escolas)
	2.4. Prevenção ao Uso de Álcool, Tabaco e Outras Drogas
	2.5. Promoção da Cultura de Paz e Prevenção das Violências
3. EDUCAÇÃO PERMANENTE E CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E DA SAÚDE E DE JOVENS PARA O PSE	● Realização de educação permanente de Jovens para Promoção da Saúde ● Educação permanente e capacitação de profissionais da educação nos temas da saúde e constituição das equipes de saúde que atuarão nos Territórios do Programa Saúde na Escola
4. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA SAÚDE DOS ESTUDANTES	**4.1. Estudos para Monitoramento e Avaliação da Situação de Saúde dos Estudantes** (Encarte Saúde no Censo Escolar (INEP/MEC); Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE/SVS/MS); Sistema de Monitoramento do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (PN-DST/AIDS e UNESCO); Pesquisa

	Nacional do Perfil Nutricional e Consumo Alimentar dos Escolares)
5. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE NAS ESCOLAS	5.1. Estudos para Monitoramento e Avaliação do Programa

12.6 Estrutura do Curso

12. 6.1 Metodologia

A metodologia será desenvolvida de forma semipresencial com encontros presenciais e a distância a partir da interatividade do tutor com os cursistas, via internet, na plataforma *Moodle.*

Os tutores acompanharão os cursistas para formar grupos de estudo a fim de facilitar a leitura e compreensão dos temas de interface entre educação e saúde de maneira virtual na Comunidade de Trabalho e Aprendizagem em Rede.

A metodologia do curso e os conteúdos propostos deverão contemplar o desenvolvimento de um percurso individual de aprendizagem aliado a um processo crítico-reflexivo coletivo de acompanhamento da elaboração e implementação dos *Planos de Ação Local*, a serem desenvolvidos pelo conjunto de escolas integrantes de cada *território de responsabilidade* do Programa Saúde na Escola.

O curso de Formação em Educação e Saúde se dará em seis módulos que poderão ser organizados em diferentes disciplinas, desde que ressalvada a discussão do Programa Saúde na Escola e os conteúdos mínimos das temáticas relevantes da interface educação e saúde.

Em relação a outras mídias, o material deve integrar os recursos das tecnologias educacionais (imagens, sons, vídeos, *clips* etc) e seu detalhamento e integração no curso se darão simultaneamente à elaboração dos conteúdos e às possibilidades tecnológicas do ambiente virtual e presencial de aprendizagem.

Os tempos presenciais deverão ocorrer durante todo o curso, como espaço de reflexão sobre os conteúdos e elaboração dos *Planos de Ação Local*, a serem desenvolvidos pelo conjunto de escolas integrantes de cada *território de responsabilidade*, do Programa Saúde na Escola.

Os encontros presenciais serão realizados nos pólos presenciais. As horas não-presenciais podem ser redistribuídas nas disciplinas oferecidas de acordo com a necessidade e acordo entre os coordenadores das universidades e o MEC.

A Capacitação para o Projeto Olhar Brasil deverá ser realizada de acordo com o Manual de Orientação do referido projeto. O material didático será disponibilizado para a formação dos cursistas.

12.6.2 Carga-Horária

O curso terá um total de 180h. Desse total, 65 horas serão presenciais e ministradas nos pólos de acordo com a distribuição nas disciplinas do curso. As outras 115 serão não-presencias e divididas conforme demanda das disciplinas.

A estrutura do curso compõe-se pelos seguintes módulos e sugestão de conteúdos:

12.6.3 Minuta do Curso Básico de Formação

A minuta a seguir é uma sugestão temática para que possamos construir as disciplinas do curso a partir de uma discussão coletiva que contemple a discussão dos Projetos Locais, conteúdos curriculares pertinentes e formação para o Projeto Olhar Brasil com todos os coordenadores nas Universidades colaboradoras.

Quadro 1 Estrutura do Curso - Ciclo obrigatório		
Módulo	Qtde Horas	Sub-Módulos/Conteúdos
Módulo 1 – Apresentação do PSE e Metodologia EAD	16 horas Presenciais	● Introdução ao Programa Saúde na Escola ● Introdução ao conceito ampliado de saúde, integralidade em saúde; educação integral; intersetorialidade e territorialidade ● Metodologia EAD ● Ferramenta Moodle
Módulo 2 – Bases conceituais de Educação e Saúde	32 horas não-presenciais	● Saúde da Família e atenção integral à saúde;Educação integral, intersetorialidade e territorialidade; ● Campo de interseção Educação e Saúde na escola; ● Temas transversais e práticas pedagógicas em saúde no currículo escolar.
Módulo 3 - Construção do campo de interseção Educação e Saúde na Avaliação das condições de saúde dos educandos (Componente I do PSE)	24 horas Presenciais	• O papel do educador e do profissional de saúde no planejamento da atividade de avaliação das condições de saúde e aplicabilidade dessas temáticas na prática pedagógica; • Referencial teórico-metodológico da avaliação das condições de saúde dos educandos: identificação de situações de vulnerabilidade, condições sócio-epidemiológicas da realidade local; outros. • O papel do educador e do profissional de saúde como agentes de promoção da saúde, proteção e acompanhamento da infância e adolescência nos territórios locais.

Módulo 4 – Ações de Promoção da Saúde e Prevenção	40 horas não-presenciais	• Alimentação Saudável / Alimentação Escolar Saudável; • Saúde Bucal; • Práticas corporais e educação do movimento; • Educação para a Saúde Sexual, Saúde Reprodutiva e Prevenção das DST/AIDS; • Prevenção ao Uso de Álcool, Tabaco e Outras Drogas; • Saúde Ambiental; • Promoção da Cultura de Paz e prevenção das violências e acidentes • Criação de estratégias de promoção e prevenção em saúde a partir do estudo dos principais problemas de saúde da região: dengue, febre amarela, malária, hanseníase, doença falciforme, outros. • Promoção e prevenção em saúde no currículo escolar e na formação permanente do educador.
Módulo 5 – Ferramentas para a construção do Plano de Ação Local Intersetorial	25 horas não-presenciais	• Tecnologias Sociais Participativas • Protagonismo na diversidade; • Mapeamento de dificuldades/potencialidades das redes locais para o enfrentamento coletivo dos desafios e fatores de risco à saúde: equipamentos públicos, parcerias comunitárias, políticas públicas e atores sociais; • Gestão compartilhada e Planejamento intersetorial integrado em promoção da saúde e prevenção;
Módulo 6 – Consolidação do Plano de Ação Local e Avaliação do Processo	25 horas presenciais (Território deResponsabilidade)	• Consolidação do Plano de Ação Local na perspectiva do desenvolvimento de cidades educadoras e saudáveis; • Avaliação de processos e resultados
Total	16 horas não-presenciais 180 horas	Capacitação para o Projeto Olhar Brasil (Conforme anexo 1)

12.7 Certificação

Os participantes serão certificados com comprovante de Curso de Aperfeiçoamento, sendo possível a combinação com outros módulos para complementação como curso de especialização.

12.8 Anexo I - Modelo de Capacitação para o Projeto Olhar Brasil

Módulo 1 – Ciclo Complementar
Seqüência de atividades didático-pedagógicas

Seqüências de atividades	Orientação para monitor/facilitador	Carga-horária por atividade
Projeto Olhar Brasil **1** Conhecer o projeto, sua abrangência, seus objetivos, diretrizes e a quem se destina. • Caracterizar a sua participação no projeto (ACS, professores do ensino fundamental e alfabetizadores do Programa Brasil Alfabetizado). • Identificar as parcerias governamentais e não governamentais envolvidas no projeto.	**1.** Apresentação dos principais aspectos do **Projeto Olhar Brasil,** as parcerias definidas para sua operacionalização, acompanhando as discussões/comentários do grupo, destacando as atribuições dos profissionais participantes do Projeto (ACS, professores, alfabetizadores).	2h, à distância
2. Ler e discutir a portaria da SAS e a portaria interministerial MS/MEC, utilizando roteiro de discussão para: • identificar as áreas de atuação, as parcerias e o público alvo do Projeto; • conhecer as etapas de operacionalização do Projeto.	**2.** Esclarecer as dúvidas, ajudando a sistematizar as discussões, seguindo roteiro, procurando levar o grupo a identificar suas áreas de atuação e/ou ação e como operacionalizá-las seguindo as diretrizes do projeto.	2h, à distância
3. Ler e discutir as orientações para o desenvolvimento da Triagem fazendo relação com: • as possíveis estratégias de abordagem e de sensibilização do público alvo, com vistas à participação das pessoas no Projeto Olhar Brasil; e • a finalidade e as etapas da "Triagem".	**3.** Orientar a discussão sobre a Triagem questionando a respeito de: • possíveis estratégias de abordagem e de sensibilização do público alvo; e • finalidade e etapas da "Triagem".	1h30min, à distância
4. Sistematizar os procedimentos utilizados para a triagem.	**4.** Orientar a sistematização dos procedimentos utilizados para a Triagem.	30min, à distância
Saúde Ocular **5.** Ler e discutir os temas apresentados deste Manual sobre: • A anatomia e fisiologia do olho; • As doenças que levam ao erro de refração; • Outros temas podem ser abordados neste momento se avaliados como necessários à construção do conhecimento.	**5.** Orientar a leitura esclarecendo as dúvidas, ajudando a sistematizar as discussões. (Inserir textos complementares se necessário.)	2h, à distância
6. Iniciar a atividade 06 fazendo a revisão dos	6. Solicitar dos participantes uma	1h30min,

temas abordados na atividade 05. • Apresentar síntese enfatizando os seguintes aspectos: • anatomia e fisiologia do olho; • doenças relacionadas aos problemas de refração.	síntese com seguintes aspectos: anatomia e fisiologia do olho; doenças relacionadas aos problemas de refração.	à distância
7.Triagem 7.1. Ler e discutir deste Manual sobre a técnica de medida da acuidade visual (teste), • identificando os instrumentos de aferição da acuidade que compõem o Kit a ser utilizado na triagem. 7.2. Discutir sobre a importância do registro dos resultados encontrados no teste e exercitar o registro na ficha apropriada. 7.3. Aplicar entre os participantes a técnica de medida da acuidade visual adotada pelo Projeto, utilizando a escala de Snellen.	7.1. Dirigir a leitura das páginas deste Manual sobre a técnica de acuidade visual (teste) solicitando, • a identificação dos instrumentos compõem o Kit a ser utilizado na triagem. 7.2. Estimular a discussão a respeito da importância de registrar os achados no teste de acuidade visual e solicitar o registro na ficha apropriada. 7.3. Solicitar a aplicação da técnica de medida da acuidade visual, em sala de aula, entre os participantes da capacitação, acompanhando o desempenho de cada um no exercício do teste, assim como no procedimento de registro.	4h30min, à distância
8. Sistematizar os procedimentos a serem utilizados na triagem com: • identificação dos instrumentos de acuidade visual que • roteiro de trabalho, considerando os três públicos alvos do projeto e suas especificidades	**8.** Solicitar a sistematização dos procedimentos a serem utilizados na triagem, com: • identificação dos instrumentos para medição da acuidade visual que compõem o Kit. • roteiro de trabalho, considerando os três públicos alvos do projeto e suas especificidades	30min, à distância
9. Relacionar as etapas do projeto após a realização da triagem detalhando os fluxos de atendimento, referência (encaminhamentos para consulta e aquisição de óculos). **9.1** Apresentar os formulários para o encaminhamento à consulta	**9.** Apresentar e discutir os fluxos de atendimento definidos nos projetos de adesão dos gestores (estadual e/ou municipal), os instrumentos/formulários de registro da triagem e instrumentos/formulários de registro para encaminhamento á consulta com o oftalmologista.	1h30min, à distância

XIII – CURSO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: ESCOLAS SUSTENTÁVEIS E COM-VIDA

13.1. Apresentação

O conjunto de ações denominado *Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas* faz parte da política de Educação Ambiental do Ministério da Educação implementada pela Coordenação-Geral de Educação Ambiental da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (CGEA/DEDC/SECAD). Iniciada em 2004, essa política parte de uma visão sistêmica baseada em um círculo virtuoso que contém quatro ações estruturantes para Educação Ambiental numa perspectiva de prática pedagógica integrada, contínua, permanente e transversal a todas as disciplinas, nas diversas modalidades de ensino.

Esse processo começou em 2003 com a I Conferência Nacional Infanto-Juvenil para o Meio Ambiente (CNIJMA) coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente em parceria com o Ministério da Educação, considerado o início das ações dessa política. Como ação difusa, a I CNJMA teve como público preferencial alunos do segundo ciclo do Ensino Fundamental e jovens de movimentos sociais de meio ambiente. Em 2004, a nova gestão da CGEA deu continuidade a este percurso retribuindo às escolas que participaram da I CNIJMA um curso de formação continuada para professores e alunos, numa abordagem de Educação Formativa na modalidade presencial. Nesses cursos, foram focadas as estratégias estrurantes dessa política como a instituição de Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (Com-Vidas) nas escolas, exercícios de elaboração de projetos de trabalho com temas socioambientais nas escolas que agreguem a comunidade e uma linha de fomento para implantar projetos com estas características denominado Projeto Chico Mendes. Além de adensar conteúdos, o sistema de Educação Ambiental prevê a inserção tecnológica de alunos e professores.

Entre 2004 e 2005, o *Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas*, formou cerca de 2.686 (dois mil seiscentos e oitenta e seis) profissionais de secretarias de Educação estaduais (SEDUCs) e municipais (SEMEDs), ONGs, universidades, coletivos jovens (CJ) e do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA). Para trabalhar com professores de 4.000 (quatro mil) municípios de todos os estados, regiões, biomas e estratos sociais do País, foi adotado o livro *Consumo Sustentável: manual de educação*[3], sendo um programa interdisciplinar e transversal em relação ao currículo escolar. Para trabalhar com os alunos, os jovens formadores dos coletivos jovens (CJ) utilizaram a publicação *Formando COM-VIDA e Construindo a Agenda 21*[4]*,* praticando a metodologia de *Oficinas de Futuro* para a construção da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (Com-Vida). Em 2005, estas escolas foram estimuladas a participar do processo da II CNIJMA e do Projeto Chico Mendes.

Neste ano, acontece a III CNIJMA, que pretende reunir aproximadamente 670 adolescentes de 11 a 14 anos representantes de 11.600 escolas de todos os estados brasileiros e Distrito Federal, além de 100 acompanhantes desses adolescentes. Os acompanhantes são em sua maioria gestores e professores da rede pública de ensino. Dando continuidade ao processo de conferência e visando atender uma demanda do Plano de Ações Articuladas (PAR), foi proposto um curso de formação de Com-Vidas e Escolas Sustentáveis. O curso tem por objetivo informar a respeito do que são Escolas

---

[3] Consumo Sustentável: Manual de Educação. Brasília: Consumers International/ MEC/MMA/Idec. 2005, 160p.

[4] Maiores informações acesse o sítio do Ministério da Educação – www.mec.gov.br – Seção de Educação Ambiental.

sustentáveis e como podemos construi-las nas comunidades, além de realizar a formação de Com-Vidas nas escolas.
Com o apoio de uma educação ambiental crítica, participativa e emancipatória, possibilitamos o empoderamento das comunidades locais e propiciamos também subsídios para o sempre falado, mas tão difícil, exercício da transversalidade, da inter e transdisciplinaridade, das questões ambientais nas disciplinas escolares. Pode-se assim gerar uma atitude responsável e comprometida da comunidade escolar com as questões socioambientais locais e globais, bem como enfatizar a melhoria da relação ensino-aprendizagem.
Com esse processo em mente é que se detalha neste documento a proposta do curso de formação de Com-Vidas e Escolas Sustentáveis que será ofertada prioritariamente nos municípios que requisitaram a oferta do mesmo pelo PAR. O curso será ofertado na modalidade a distância pois é uma forma de ampliar a oferta uma vez que a demanda é grande e abrange todo o país.

13.2 Objetivos

13.2.1 Objetivo Geral

Realizar formação para professores, alunos e membros da direção de escolas do segundo ciclo do Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries) voltada para a reflexão sobre Escolas Sustentáveis e para a implementação Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (Com-Vidas) nas escolas.

13.2.2 Objetivos específicos

- Proporcionar a inclusão digital a professores e jovens
- Realizar a implantação de Com-Vidas nas escolas.
- Formar Escolas Sustentáveis

13.3 Público- Beneficiário

Formação de 72.000 (setenta e duas mil) cursistas (professor, aluno e membro da direção) do segundo ciclo do Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries) da rede pública estadual e municipal em aproximadamente 24.000 (vinte e quatro mil) escolas do Brasil.

13.4 Abrangência

O curso pretende atingir 3 (três) integrantes de cada uma das escolas inscritas que tenham o segundo ciclo do Ensino Fundamental completo de acordo com as seguintes condições:

- Escolas cujos entes federados tenham manifestado adesão ao “Compromisso Todos pela Educação”.
- Estar situada em município que tenha solicitado o curso de formação de Com-Vidas pelo PAR.
- Preferencialmente escolas que tenham participado dos processos da III CNIJMA.

13. 5 Estrutura do Curso

13. 5.1 Carga horária

O curso está planejado para ter um total de 90 horas, em dois módulos, com duração média de 3 meses numa distribuição de 30 horas-aula/mês que resulta numa dedicação média de 60 minutos/dia. A estrutura do curso é dívida com os seguintes módulos:

Quadro 1. Estrutura dos Módulos

Módulo	Qtde Horas	Sub-Módulos
Módulo 1 – EAD e Ferramenta Moodle	10 horas	- Conceitual EAD - CTAR – Comunidade de Trabalho-Aprendizagem em Rede
Módulo 2 - Escolas Sustentáveis	60 horas	20 horas – Sociedades Sustentáveis Sustentabilidade e Escola 40 horas – Sustentabilidade no: • Currículo • Espaço • Gestão
Módulo 3 - Formação de Com-Vidas e Agenda 21	20 horas	15 horas - Com-Vidas 5 horas - Agenda 21

13.5.2 Construção dos conteúdos

Os conteúdos dos blocos serão construídos juntamente com Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) parceiras (selecionadas no Edital) e a SECAD. Esse material deverá ser desenvolvido em liguagem apropriada para o ensino a distância (EAD) e deverá ser único. A proposta é trabalhar com IPES parceiras, sendo elas responsáveis por atingir as 5 (cinco) regiões do país.

Será elaborado um conteúdo Nacional (com carga horária maior) e um conteúdo local que deverá focar situações específicas que ocorrem em cada região. Como metodologia da construção do conhecimento sobre a realidade local, e como instrumento de avaliação, será realizado no Módulo 2 um Diagnóstico de Sustentabilidade da Escola e, no Módulo 3, o acompanhamento da implantação da Com-Vida.

Representantes das IPES parceiras virão a Brasília para um encontro onde serão discutidas as diretrizes básicas do material didático, assim como será dividido o conteúdo que cada IPES ficará responsável por elaborar e os prazos que deverá cumprir para a entrega desse material.

13. 6 Material impresso e outras mídias

Os professores responsáveis pela elaboração do material didático serão denominados de Professores Conteudistas. As normas para pagamento de bolsas a esses professores segue a Resolução FNDE nº 044/2006.

Num total de 3 (três) apostilas (módulos de 1, 2 e 3), seu conteúdo e formatação são específicos para linguagem EaD e irão relacionar teoria e prática de maneira integrada à plataforma utilizada. A linguagem e o projeto gráfico deverão ser concebidos para atrair e motivar o aluno e, na utilização de diferentes mídias, o material permite interagir numa seqüência didática dos módulos.

Em relação a outras mídias, seu detalhamento e integração no curso se darão simultaneamente à elaboração dos conteúdos e às possibilidades tecnológicas do ambiente virtual de aprendizagem.

As apostilas serão enviadas pelo correio para os tutores e estes farão a distribuição aos participantes (alunos, professores da rede e membros da direção)

.

XIV - CURSO DE FORMAÇÃO DE GESTORES PARA PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

14.1 – Apresentação

Os novos parâmetros que orientam os Sistemas de Ensino na oferta da educação escolar nos Territórios Indígenas se configuram como uma ação voltada para a garantia de direitos e representam uma inovação na educação pública brasileira, historicamente caracterizada por perspectivas homogeneizantes, tendo a promoção do uso exclusivo da língua portuguesa e a referência às matrizes culturais e epistemológicas de origem européia como modelos de sua organização e estrutura.

Em função disso, para a efetividade dos direitos educacionais dos povos indígenas torna-se imprescindível, como ação estruturante para as modificações que se pretendem alcançar, em uma perspectiva mais ampla de fomentar uma sociedade fundamentada na pluralidade cultural e no multilingüismo, promover a formação continuada dos atores dos sistemas de ensino para a reflexão e apropriação de novos referenciais legais, antropológicos, lingüísticos, pedagógicos e curriculares concernentes às práticas educacionais em contexto de diversidade sociocultural.

Desta forma, o Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade, ao considerar as questões relativas à educação escolar indígena e à situação desigual a que os povos indígenas têm sido submetidos pela desconsideração do valor social das diferenças culturais, propõe o desenvolvimento de um curso de Formação de Gestores para Programas de Educação Escolar Indígena, com carga horária total de 180 horas, distribuídas em 6 módulos, voltado à formação continuada de profissionais e técnicos que atuam nas Secretarias Estaduais de Educação. O Curso com atuação em educação escolar indígena.

14.2 Contextualização

A Educação Escolar Indígena é uma modalidade de educação criada a partir da definição dos direitos dos povos indígenas na Constituição Federal. As concepções do texto constitucional inauguram o paradigma do reconhecimento da diversidade sociocultural representada pela existência demais de 225 povos indígenas no Brasil, vivendo diversas realidades concernentes às relações interétnicas que geram dinâmicas sócio-políticas em que as diferenças culturais nos projetos socioetários sobressaem. A partir dos marcos constitucionais, o Estado brasileiro deve transformar suas relações com os povos indígenas, pautadas não mais por perspectivas assimilacionistas ou integracionistas, mas por princípios do reconhecimento, valorização e proteção do patrimônio territorial e cultural dessas comunidades.

Os direitos lingüísticos e educacionais dos povos indígenas prevêem que o ensino escolarizado deve ser desenvolvido com o uso das línguas indígenas, juntamente com a língua portuguesa, e com o concurso dos processos próprios de aprendizagem que os povos indígenas dispõem ao promover a socialização e transmissão das tradições, cultura e conhecimentos para as novas gerações.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional regulamenta esses direitos, explicitando nos Artigo 78 e 79 como os Sistemas de Ensino devem abordar a sociodiversidade indígena nas atividades educacionais:

Art. 78 - O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de

ensino e pesquisas, para oferta de Educação escolar bilíngüe e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:
I - proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;
II - garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias.
Art. 79 - A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa.
§ 1º- Os programas serão planejados com audiência das comunidades indígenas.
§ 2º- Os programas a que se refere este artigo, incluídos nos Planos Nacionais de Educação, terão os seguintes objetivos:
- fortalecer as práticas socioculturais e a língua materna de cada comunidade indígena;
- manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas;
- desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades;

24. elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado.

O Artigo 32, § 3º, replica o tratamento da diversidade lingüística no ensino escolarizado: "O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem".

A LDBEN estende o reconhecimento e a valorização da diversidade sociocultural para todas as escolas brasileiras, indicando diretrizes para a abordagem curricular das manifestações culturais dos povos indígenas, das matrizes africanas e de outros segmentos que participaram da formação da nação:
Art. 26 - Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.
§ 4º - O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígenas, africana e européia.

O Plano Nacional de Educação - LEI 10.172/2001 contem um capítulo específico para a Educação Escolar Indígena, identificando metas e objetivos para seu desenvolvimento. Existem Metas/Objetivos voltados para as especificidades da educação escolar indígena, como reproduzido abaixo.
1. **Universalizar imediatamente a adoção das diretrizes para a política nacional de educação escolar indígena e os parâmetros curriculares estabelecidos pelo Conselho Nacional de Educação e pelo Ministério da Educação**[5].
6. **Criar, dentro de um ano, a categoria oficial de "escola indígena" para que a especificidade do modelo de educação intercultural e bilíngüe seja assegurada.**
7. **Proceder, dentro de dois anos, ao reconhecimento oficial e à regularização legal de todos os estabelecimentos de ensino localizados no interior das terras indígenas**

[5] As Metas/Objetivos marcados em negrito são de responsabilidade de União.

e em outras áreas assim como a constituição de um cadastro nacional de escolas indígenas.

8. Assegurar a autonomia das escolas indígenas, tanto no que se refere ao projeto pedagógico quanto ao uso de recursos financeiros públicos para a manutenção do cotidiano escolar, garantindo a plena participação de cada comunidade indígena nas decisões relativas ao funcionamento da escola.

9. **Estabelecer, dentro de um ano, padrões mínimos mais flexíveis de infra-estrutura escolar para esses estabelecimentos, que garantam a adaptação às condições climáticas da região e, sempre que possível, as técnicas de edificação próprias do grupo, de acordo com o uso social e concepções do espaço próprias de cada comunidade indígena, além de condições sanitárias e de higiene.**

13. **Criar, tanto no Ministério da Educação como nos órgãos estaduais de educação, programas voltados à produção e publicação de materiais didáticos e pedagógicos específicos para os grupos indígenas, incluindo livros, vídeos, dicionários e outros, elaborados por professores indígenas juntamente com os seus alunos e assessores.**

14. **Implantar, dentro de um ano, as diretrizes curriculares nacionais e os parâmetros curriculares e universalizar, em cinco anos, a aplicação pelas escolas indígenas na formulação do seu projeto pedagógico.**

15. Instituir e regulamentar, nos sistemas estaduais de ensino, a profissionalização e reconhecimento público do magistério indígena, com a criação da categoria de professores indígenas como carreira específica do magistério, com concurso de provas e títulos adequados às particularidades lingüísticas e culturais das sociedades indígenas, garantindo a esses professores os mesmos direitos atribuídos aos demais do mesmo sistema de ensino, com níveis de remuneração correspondentes ao seu nível de qualificação profissional.

16. **Estabelecer e assegurar a qualidade de programas contínuos de formação sistemática do professorado indígena, especialmente no que diz respeito aos conhecimentos relativos aos processos escolares de ensino-aprendizagem, à alfabetização, à construção coletiva de conhecimentos na escola e à valorização do patrimônio cultural da população atendida.**

17. Formular, em dois anos, um plano para a implementação de programas especiais para a formação de professores indígenas em nível superior, através da colaboração das universidades e de instituições de nível equivalente.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena foram lançadas em 1999 pelo Conselho Nacional de Educação e normatizam o conjunto de dispositivos legais que versam sobre os direitos educacionais dos povos indígenas. O Parecer 14/CEB–CNE desenvolve diretrizes e princípios que tratam da operacionalização e efetivação desses direitos pelos Sistemas de Ensino na oferta da educação básica intercultural indígena. A Resolução 03/CEB–CNE apresenta essa argumentação na forma de instrumento com força legal e normativa para orientação dos sistemas de ensino quanto ao tratamento da diversidade sociocultural no âmbito das ações educativas. Destacamos como foco das diretrizes os objetivos educacionais das escolas indígenas, a formação de docentes indígenas em programas específicos, a produção de material didático que expresse valores e perspectivas socioculturais dos povos indígenas, a estrutura e organização das escolas indígenas como categoria específica de estabelecimento de ensino, as responsabilidades das esferas de governo – União, Estados e Municípios – na oferta da educação intercultural indígena.

Em 2004, por meio do Decreto 5.051, o estado brasileiro promulgou a Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais da Organização Internacional do

Trabalho/OIT que fortalece e amplia um princípio presente na legislação indigenista brasileira sobre a consulta prévia e informada aos povos indígenas com relação a projetos do poder executivo ou legislativo que venham a afetar as comunidades na sua execução. Este dispositivo institucionaliza a ética do diálogo intercultural entre agentes do governo e representantes dos povos indígenas para a busca de consensos entre perspectivas culturais diferentes. Desse modo o Ministério da Educação têm instado, com adesão do CONSED, os gestores dos sistemas de ensino para a criação de instâncias que promovam a participação na definição, o acompanhamento e a avaliação das politicas, programas e ações desenvolvidas no âmbito educacional.

14.3 Estrutura do Curso de formação para a Educação Escolar Indígena

14.3.1 Objetivos

Curso de Educação Escolar Indígena busca contribuir para a melhoria da qualidade do ensino oferecido nos Territórios Etnoeducacionais[6], em consonância aos interesses e necessidades educacionais, aos direitos dos povos indígenas e às Diretrizes do Conselho Nacional de Educação.
O Curso pretende ainda:

I Ampliar o acesso à formação continuada para profissionais com atuação na educação escolar indígena, visando contribuir para a efetividade dos direitos educacionais dos povos indígenas na oferta de uma educação intercultural, referenciada em seus projetos societários e na gestão democrática do ensino.
II Promover a formação teórica e prática para a gestão da educação escolar indígena;
III Oferecer formação continuada em educação escolar indígena para o conjunto de técnicos e gestores que atuam nos sistemas públicos de ensino,
IV Ampliar, por intermédio da EAD, o acesso às tecnologias educacionais para a educação escolar indígena.

14.3.2 Público-Beneficiário

Preferencialmente técnicos e gestores dos sistemas de ensino, que atuam na educação escolar indígena.

As propostas devem responder a toda a demanda ou a demanda regional/estadual, do Território Etnoeducacional (Ver Anexo). O público a ser considerado está descrito no quadro abaixo:

As instituições públicas devem observar o princípio constitucional de gratuidade e de igualdade de condições de acesso ao ensino (Art. 206, CF).

Instâncias	**Número**	**Descrição**	**Cursistas**
Municípios	180	3 Gestores	540
Estados	24	10 Técnicos	240

[6] Território Etnoeducacional é uma proposta de modelo de reorganização do regime de colaboração a partir da consideração da territorialidade dos povos indígenas que não coincide com as divisões político-administrativas do Estado brasileiro.

Conselhos Estaduais	24	1 Representante	24
Conselhos Municipais	(a definir)	1 Representante	(a definir)

14.4. Abrangência

O Curso pretende atingir:
1. Todas as prefeituras/secretarias municipais e secretarias estaduais que possuem escolas indígenas em sua rede (Ver Anexo), nos Pólos da Universidade Aberta do Brasil (UAB), prioritariamente, em municípios nos Territórios Etnoeducacionais;
2. Gestores e técnicos selecionados deverão estar em exercício nos sistemas públicos estaduais ou municipais.

14.5. Estrutura do Curso

14.5.1 Metodologia

A metodologia será desenvolvida de forma semipresencial, com encontros presenciais e atividades a distância a partir da plataforma Moodle. Os tutores acompanharão os cursistas que poderão formar grupos de estudo a fim de facilitar a leitura, a compreensão e a elaboração de novos textos de maneira virtual na Comunidade de Trabalho e Aprendizagem em Rede.

O curso estará disponível também *offline*, por meio de material impresso e multimídia. A metodologia do curso contemplará o desenvolvimento de um percurso individual de aprendizagem, no qual o aluno compõe a sua trajetória mediante opção pelos módulos da formação. Dessa forma, o aluno poderá qualificar-se em nível de extensão e/ou aperfeiçoamento (mínimo de 180h).

14.5.2. Carga-Horária

O curso poderá compor um total de 180 horas com duração média de 06 meses, com, no mínimo, 30% da carga horária de cada módulo presencial.

14.5.3. Módulos e Conteúdo

A estrutura do curso compõe-se pelos seguintes módulos e sugestão de conteúdos:

Módulo	**Qtde Horas**	**Sub-Módulos**
Módulo 1 - Conceitual EAD e Ferramenta Moodle	20 hs	*16 horas – Presenciais (EAD + Introdução à Educação para Diversidade)
		4 horas – A distância (Moodle)
Módulo 2 – Introdução à Educação Escolar Indígena	50hs	Análise das concepções e pré-conceitos referentes aos povos indígenas – noções errôneas mais comuns atinentes ao conhecimento do senso comum ; a imagem do *índio amazônico*
		A sociodiversidade indígena no Brasil: Conceitos de cultura, diferenças culturais, dinamismo cultural; sociedades plurais / multiculturais
		Povos Indígenas e Estado brasileiro – Movimentos

		sociais e políticas indigenistas
		Direitos culturais, educacionais e linguísticos dos povos indígenas
Módulo 3 – Práticas Pedagógicas em Educação Escolar Indígena	40h	Fundamentos pedagógicos da Educação Escolar Indígena
		Diversidade lingüística. Conceitos de bilinguismo, línguas em contato, impacto dos usos lingüísticos no desempenho escolar
		Organização do trabalho pedagógico, práticas pedagógicas em sala de aula e na comunidade - Pesquisa como princípio pedagógico e formativo; interculturalidade; interdisciplinaridade/transdisciplinaridade
Módulo 4 – Gestão de Programas de Educação Escolar Indígena	30h	Sistemas de Ensino - Competências e responsabilidades dos entes federados com a Educação Escolar Indígena – regime de colaboração
		Territórios Etnoeducacionais e Regime de Colaboração
		Políticas de Educação Escolar Indígena - Diretrizes e Programas em andamento
		Gestão educacional: Financiamento e gestão orçamentária da educação escolar indígena
		Gestão democrática e participativa - Convenção 169/OIT
Módulo 5 – Transformando a realidade: Projeto Integrado e Participativo da Educação Escolar Indigena	20hs	Construção de um projeto de intervenção local pelos participantes, trabalho de final de curso
Módulo 6 (Presencial)	20hs	Seminários Locais de avaliação ao longo do curso
Total 180hs		

Obs: O módulo 2 é pré-requisito para os outros módulos. Os tempos presenciais deverão ocorrer durante todo o curso, como espaço de reflexão sobre os conteúdos e elaboração de projetos de pesquisa a serem desenvolvidos nas escolas.
Os módulos 5 e 6 serão realizados com o objetivo de orientar os projetos de intervenção local (trabalho de final de curso) e a avaliação dos educandos.

14.5.4. Certificação

O cursista deverá se qualificar para a formação em nível de extensão ou aperfeiçoamento, segundo a legislação e normas vigentes.
O cursista poderá compor a sua trajetória individual de aprendizagem escolhendo os módulos de focalização—Introdução à Educação Escolar Indígena; Práticas Pedagógicas ou Gestão Educacional—, complementando a carga-horária com os módulos obrigatórios 1, 5 e 6, com direito ao certificado em Gestão da Educação Escolar Indígena.

14.5.5. Material didático impresso e outras mídias

O material proposto será composto de 6 (seis) apostilas (módulos 1 a 6). Seu conteúdo e formatação deverão ser específicos para linguagem EaD e relacionar teoria e prática de maneira integrada à plataforma utilizada. A linguagem e o projeto gráfico deverão ser concebidos para atrair e motivar os cursistas na utilização de diferentes mídias, seguindo o padrão da Rede de Educação para a Diversidade.

Em relação a outras mídias, o material deve integrar os recursos das tecnologias educacionais (imagens, sons, clips, etc) e seu detalhamento e integração no curso se darão simultaneamente à elaboração dos conteúdos e às possibilidades tecnológicas do ambiente virtual de aprendizagem.

14. 6 Anexos

I - Relação de Secretarias Estaduais com escolas indígenas em suas redes

SEDUC	Escolas Indígenas	Rede Estadual	Alunos Indígenas	Rede Estadual	FUNDEB/INDÍGENA	
					Per Capita	Total
Acre	147	105	5.417	3.810	R$ 2.369,80	R$ 9.028.938,00
Amapá	56	54	3.115	3.061	R$ 2.468,46	R$ 7.555.956,06
Amazonas	848	15	54.514	9.030	R$ 1.364,76	R$ 12.323.782,80
Pará	123	7	10.408	517	R$ 1.364,76	R$ 705.580,92
Rondônia	71	66	2.744	2.482	R$ 1.845,72	R$ 4.581.077,04
Roraima	237	195	12.796	10.869	R$ 3.087,27	R$ 33.555.537,63
Tocantins	89	89	4.629	4.629	R$ 2.060,83	R$ 9.539.582,97
Maranhão	246	238	10.689	10.465	R$ 1.364,76	R$ 14.282.213,40
Bahia	53	7	6.054	1.914	R$ 1.364,76	R$ 2.612.150,64
Ceará	38	33	5.045	4.796	R$ 1.364,76	R$ 6.545.388,96
Alagoas	12	12	1.761	1.761	R$ 1.364,76	R$ 2.403.342,36
Paraíba	28	6	4.100	1.398	R$ 1.364,76	R$ 1.907.934,48
Pernambuco	119	116	8.346	8.270	R$ 1.364,76	R$ 11.286.565,20
Sergipe	1	1	128	128	R$ 1.703,83	R$ 218.090,24
Mato Grosso	190	48	13.911	6.937	R$ 1.891,58	R$ 13.121.890,46
Mato Grosso do Sul	55	14	16.958	2.324	R$ 2.146,31	R$ 4.988.024,44
Goiás	2	2	60	60	R$ 1.675,87	R$ 100.552,20
Minas Gerais	10	10	3.039	3.039	R$ 1.700,51	R$ 5.167.849,89
Espírito Santo	7	0	742	0	0	0
Rio de Janeiro	3	3	210	210	R$ 1.614,95	R$ 339.139,50
São Paulo	29	25	1.055	657	R$ 2.468,02	R$ 1.621.489,14
Paraná	30	8	2.764	612	R$ 1.620,74	R$ 991.892,88
Santa Catarina	33	30	2.406	2.258	R$ 1.876,65	R$ 4.237.475,70
Rio Grande do Sul	53	49	5.823	5.486	R$ 2.021,46	R$ 25.930,44
Total	**2.480**	**1.133**	**176.714**	**84.713**		**R$ 147.140.384,45**

II Escolas Indígenas nas Secretarias Municipais

UF	MUNICÍPIO	PAR	ALUNOS	ESCOLAS
AC	JORDAO		510	19
AC	SANTA ROSA DO PURUS		763	16
AC	MARECHAL THAUMATURGO		343	7
AM	ENVIRA	SIM	234	4
AM	ATALAIA DO NORTE	SIM	1851	32
AM	AMATURÁ	SIM	832	13
AM	JURUA		411	4
AM	ALVARÃES		510	7
AM	SANTO ANTONIO DO ICA	SIM	566	4
AM	PAUINI		391	22
AM	FONTE BOA	SIM	114	2
AM	LABREA		823	33
AM	EIRUNEPE	SIM	628	16
AM	IPIXUNA	SIM	527	5
AM	ALTAZES	SIM	1230	10
AM	BENJAMIN CONSTANT	SIM	3941	21
AM	TABATINGA	SIM	5372	42
AM	TAPAUA		500	23
AM	HUMAITA	SIM	383	11
AM	ANAMÃ		59	2
AM	COARI		209	5
AM	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	SIM	9117	214
AM	PARINTINS	SIM	108	5
AM	CAREIRO	SIM	80	3
AM	BORBA	SIM	1279	44
AM	MANAUS	SIM	85	2
AM	MANAQUIRI	SIM	177	5
AM	ITAMARATI		353	5
AM	BARCELOS	SIM	50	1
AM	BARREIRINHA	SIM	1631	37
AM	IRANDUBA	SIM	19	1
AM	BERURI		544	13
AM	NHAMUNDA		264	9
AM	CARAUARI		46	2
AM	TEFE		371	4
AM	MANACAPURU		28	2
AM	SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	SIM	1038	24
AM	MAUÉS	SIM	1728	33
AM	BOCA DO ACRE		191	8
AM	JUTAI	SIM	1501	38
AM	UARINI		364	2
AM	MARAA		666	10
AM	TONANTINS	SIM	1116	20
AM	CAREIRO DA VARZEA	SIM	143	6
AM	JAPURA		348	4
AM	MANICORE	SIM	603	27
AM	SAO PAULO DE OLIVENCA	SIM	4279	39
AP	OIAPOQUE		54	2
BA	SERRA DO RAMALHO	SIM	136	1
BA	BANZAE	SIM	612	13
BA	MUQUEM DE SAO FRANCISCO	SIM	63	1

BA	CURACA	SIM	86	2
BA	EUCLIDES DA CUNHA	SIM	46	2
BA	CAMACAN	SIM	31	2
BA	BELMONTE		25	1
BA	ANJICAL		35	1
BA	ABARE	SIM	213	1
BA	ITAMARAJU		72	1
BA	CAMAMU	SIM	17	1
BA	BELMONTE		25	1
BA	PORTO SEGURO		1538	12
BA	IBOTIRAMA	SIM	66	1
BA	SANTA CRUZ CABRALIA		837	2
BA	GLORIA	SIM	363	6
CE	CANINDE	SIM	13	1
CE	MARACANAU		186	1
CE	CAUCAIA		750	3
ES	ARACRUZ		742	7
PB	MARCACAO	SIM	3303	11
PB	RIO TINTO	SIM	112	1
PB	BAIA DA TRAICAO	SIM	1287	10
MT	SAPEZAL		31	4
MT	CAMPINAPOLIS		1153	33
MT	NOVA NAZARE		266	9
MT	GUARANTA DO NORTE	SIM	577	3
MT	POXOREO		76	3
MT	PARANATINGA		240	8
MT	NOVO SAO JOAQUIM		23	1
MT	NOBRES	SIM	55	1
MT	CANARANA		515	4
MT	BARRA DO BUGRES		155	1
MT	NOVA LACERDA		17	1
MT	BRASNORTE		341	10
MT	BARRA DO GARCAS		587	9
MT	FELIZ NATAL		126	5
MT	CAMPO NOVO DO PARECIS		42	3
MT	JUARA		99	2
MT	TANGARA DA SERRA		372	14
MT	COMODORO		347	2
MT	CONFRESA	SIM	262	1
MT	GENERAL CARNEIRO		110	7
MT	RONDONOPOLIS		68	2
MT	CONQUISTA D'OESTE		101	4
MT	SANTO ANTONIO DO LESTE		75	1
MT	AGUA BOA		75	2
MT	RONDOLANDIA	SIM	488	6
MT	BARÃO DE MELGAÇO	SIM	5	1
MT	NOVA XAVANTINA		473	1
MT	PEIXOTO DE AZEVEDO	SIM	190	1
MS	ELDORADO	SIM	143	1
MS	ARAL MOREIRA		76	1
MS	JUTI	SIM	97	1
MS	ANTONIO JOAO		300	1
MS	BELA VISTA	SIM	66	1
MS	MIRANDA		1721	3

MS	AQUIDAUANA		1469	5
MS	NIOAQUE	SIM	348	1
MS	JAPORA	SIM	631	1
MS	AMAMBAI		1971	3
MS	DOIS IRMAOS DO BURITI	SIM	535	2
MS	PORTO MURTINHO		408	2
MS	CORONEL SAPUCAIA		572	1
MS	CAARAPO	SIM	976	1
MS	PARANHOS		903	2
MS	PONTA PORA		52	2
MS	DOURADINA	SIM	137	1
MS	TACURU	SIM	766	1
MS	BRASILANDIA	SIM	7	1
MS	LAGUNA CARAPA		119	2
MS	DOURADOS	SIM	2969	5
MS	SIDROLANDIA	SIM	291	1
PA	CUMARU DO NORTE	SIM	174	1
PA	MOJU	SIM	69	1
PA	ITUPIRANGA	SIM	35	2
PA	JACAREACANGA	SIM	3431	42
PA	SAO FELIX DO XINGU		572	5
PA	ITAITUBA	SIM	149	4
PA	OURILANDIA DO NORTE		283	4
PA	PARAGOMINAS	SIM	10	480
PA	AVEIRO	SIM	98	1
PA	JACUNDA		22	1
PA	PAU D'ARCO	SIM	94	1
PA	ORIXIMINA	SIM	786	1
PA	SANTA MARIA DAS BARREIRAS	SIM	30	2
PA	TUCURUI		102	1
PA	NOVO PROGRESSO	SIM	61	1
PA	PARAUAPEBAS	SIM	449	2
PA	ALTAMIRA	SIM	815	13
PA	TOMÉ AÇU	SIM	88	8
PA	GOIANÉSIA DO PARÁ		17	1
PA	SANTAREM	SIM	1978	17
MA	GRAJAU		66	3
MA	BOM JESUS DAS SELVAS		23	1
MA	SANTA LUZIA		135	4
PE	POCAO		19	1
PE	OROCO	SIM	34	1
PE	CARNAUBEIRA DA PENHA	SIM	23	1
RR	NORMANDIA	SIM	347	11
RR	BONFIM	SIM	600	5
RR	PACARAIMA	SIM	74	1
RR	UIRAMUTA	SIM	557	16
RR	BOA VISTA		193	3
RR	SAO LUIZ	SIM	54	1
RR	AMAJARI		24	2
RR	ALTO ALEGRE		18	2
RO	ALTO ALEGRE DOS PARECIS		11	1
RO	CHUPINGUAIA		72	2
RO	PORTO VELHO	SIM	110	1
RO	NOVA MAMORE	SIM	69	1

PR	SAO JERONIMO DA SERRA		168	3
PR	PALMAS		122	1
PR	SANTA AMELIA		60	1
PR	TURVO		118	1
PR	MANGUEIRINHA		209	1
PR	NOVA LARANJEIRAS	SIM	313	5
PR	MANOEL RIBAS	SIM	342	1
PR	ESPIGAO ALTO DO IGUACU	SIM	88	1
PR	CANDIDO DE ABREU	SIM	127	1
PR	TOMAZINA		10	1
PR	PARANAGUA		23	1
PR	CHOPINZINHO		146	2
PR	SAO MIGUEL DO IGUACU		123	1
PR	LONDRINA		303	2
SP	BERTIOGA		63	1
SP	SAO PAULO		335	3
SC	IPUACU	SIM	74	1
SC	CHAPECO		74	2
RS	VIAMÃO		218	1
RS	RIO DOS INDIOS		36	1
RS	TRES PALMEIRAS	SIM	83	2
			46711	938

XV - CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA TEMÁTICA CULTURAS E HISTÓRIA DOS POVOS INDÍGENAS

15.1– Apresentação

O tratamento das temáticas das culturas e história dos povos indígenas afirma alguns marcos conceituais, como os conceitos de sociodiversidade indígena que toma por referência os projetos societários e identitários construídos autonomamente por cada povo indígena, mudanças sociais, diferenças culturais, relações interétnicas assimétricas, territorialidade e sustentabilidade socioambiental e diferentes conceitos de cultura e suas implicações nas idéias construídas socialmente sobre povos indígenas.

Uma das idéias-chave para o tratamento das temáticas é o reconhecimento da multietnicidade e da pluralidade. No Brasil contemporâneo existem mais de 225 povos indígenas1 que, cultural e lingüisticamente, representam uma magnífica soma de experiências históricas e sociais diversificadas, de elaborados saberes e criações, de arte, de música, de conhecimentos, de filosofias originais, construídos ao longo de milênios pela pesquisa, reflexão, criatividade, inteligência e sensibilidade de seus membros. (...) Sua variedade e sua originalidade são um patrimônio importante na apenas para eles próprios e para o Brasil, mas, de fato, para toda a humanidade.2

Os povos indígenas vêm sendo concebidos indistintamente, a partir da perspectiva do índio genérico, sem contemplar especificidades em termos culturais, lingüísticos, de histórias de contato com a sociedade nacional, de projetos de futuro e de presente.

Desta forma, o Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade, ao considerar os dispositivos legais relativos à disseminação valor social da diversidade sociocultural dos povos indígenas, propõe o desenvolvimento do Curso de Formação de Professores para a Temática das Culturas e História dos Povos Indígena, visando à implementação da Lei 11.645/2008, é um curso de formação continuada, com carga horária total de 240 horas, distribuídas em 6 módulos.

15.2 Contextualização

As concepções presentes na Constituição Federal de 1988 inauguram o paradigma do reconhecimento da diversidade sociocultural representada pela existência de mais de 225 povos indígenas no Brasil vivendo diversas realidades que concernem às relações interétnicas geradoras de dinâmicas sociopolíticas em que as diferenças culturais nos projetos socioetários desses povos sobressaem. A partir desses marcos constitucionais, o Estado e a sociedade brasileira devem transformar suas relações com os povos indígenas, pautadas não mais por perspectivas assimilacionistas ou integracionistas, mas por princípios do reconhecimento, valorização e proteção do patrimônio territorial e cultural dessas comunidades.

Em 2008, com a sanção da Lei 11.645 pelo Presidente da República, a LDBEN é alterada, tornando-se obrigatória a inclusão das temáticas das Culturas e História dos Povos Indígenas nos currículos de todas as escolas brasileiras. A implementação desse novo dispositivo legal torna prioritária a formação de professores para o tratamento qualificado dessas temáticas, reconhecendo e superando concepções discriminatórias presentes no senso comum a respeito dos povos indígenas, das diferenças culturais e das relações interétnicas, como meio de combater o desconhecimento, a intolerância e o preconceito em relação a essas populações.

15.3 Organização do Curso

15.3.1 Objetivos

Formar professores das redes das escolas municipais com vistas à qualificar a abordagem das temáticas das culturas e história dos povos indígenas nas propostas pedagógicas e curriculares, visando a contribuir para a implementação qualificada da Lei 11.645/2008.

O Curso pretende ainda:

- Promover a formação teórica para a abordagem qualificada das realidades contemporâneas dos povos indígenas no Brasil nas propostas pedagógicas das escolas;
- Oferecer formação para apropriação de referenciais conceituais para conhecimento da sociodiversidade indígena;
- Ampliar, por intermédio da EAD, o acesso às tecnologias educacionais para a formação docente.

15.4 Público-Beneficiário

Professores e professoras das escolas das redes municipais de ensino básico. As propostas devem, a princípio, responder às demandas por formação de professores, por meio do Programa de Ações Articuladas – PAR, no âmbito do previsto na Lei 11.645/2008, dependendo da capacidade institucional da instituição proponente. O público a ser considerado está descrito no quadro abaixo.

Instância	**Número**	**Descrição**	**Cursistas**
Municípios	Municípios que apresentaram demanda no PAR	professores	165.000

As instituições públicas devem observar o princípio constitucional de gratuidade e de igualdade de condições de acesso ao ensino (Art. 206, CF).

15.5 Abrangência

O Curso pretende atingir:
1. As prefeituras/secretarias municipais que apresentam demanda por essa formação no PAR em Pólos da Universidade Aberta do Brasil (UAB);
3. Professores em exercício nos sistemas públicos, estaduais ou municipais, do ensino básico.

15.6 Estrutura do Curso

15.6.1 Metodologia

A metodologia será desenvolvida de forma semipresencial com encontros presenciais e a distância a partir da interatividade do tutor com os cursistas, via internet, na plataforma Moodle. O curso terá como portais de referência para o desenvolvimento das atividades, o portal da Rede de Educação para a Diversidade e o portal do Professor. Os tutores acompanharão os cursistas que poderão formar grupos de estudo a fim de

facilitar a leitura, a compreensão e a elaboração de novos textos de maneira virtual na Comunidade de Trabalho e Aprendizagem em Rede.

O curso estará disponível também *offline*, por meio de material impresso e multimídia. A metodologia do curso contemplará o desenvolvimento de um percurso individual de aprendizagem, no qual o aluno compõe a sua trajetória mediante opção pelos módulos da formação. Dessa forma, o aluno poderá qualificar-se em nível de aperfeiçoamento (mínimo de 180h).

15.6.2 Carga-Horária

O curso poderá compor um total de 240 horas com duração média de 6 meses, sendo no mínimo 30% da carga horária presencial.

15.6.3 Módulos e Conteúdo

A estrutura do curso compõe-se pelos seguintes módulos e sugestão de conteúdos:

Módulo	**Qtde Horas**	**Sub-Módulos**
Módulo 1 - Conceitual EAD e Ferramenta Moodle	20 hs	*16 horas – Presenciais (EAD + Introdução à Educação para a Diversidade)
		4 horas – A distância (Moodle)
Módulo 2 – Conhecendo os povos indígenas no Brasil Contemporâneo	80hs	A sociodiversidade indígena no Brasil - onde estão e quais são os povos indígenas
		Territorialidade e povos indígenas - Dados gerais sobre a demografia indígena
		Classificação dos povos indígenas pela diversidade lingüística - troncos e famílias lingüísticas
		Direitos dos povos indígenas
Módulo 3 - Reconhecendo preconceitos sobre os povos indígenas	30 hs	Análise das concepções e pré-conceitos referentes aos povos indígenas – noções errôneas do senso comum sobre a diversidade sociocultural; imaginário do *índio amazônico*
		Terminologias utilizadas para conhecer os povos indígenas - *povos / tribos / comunidades / etnia; primitivo / aculturado / integrado; branco / índio puro / índio misturado etc.*
Módulo 4-Marcos conceituais referentes à diversidade sociocultural	70 hs	Conceitos de cultura - dinâmicas sociais em contexto de relações interétnicas
		Poder e desigualdade - assimetria nas relações interétnicas
		História e Histórias dos Povos Indígenas
		Movimentos Indígena e Indigenista - lutas dos povos indígenas na defesas dos seus direitos
		Práticas socioculturais dos povos indígenas - processos próprios de aprendizagem; a oralidade como recursos de transmissão, produção / reprodução cultural; organização social e práticas socioculturais
Módulo 5 – Transformando	20h	Construção de um projeto pedagógico sobre os conteúdos

a realidade: Projeto Pedagógico de Abordagem das Culturas e História dos Povos Indígenas		do curso pelos participantes
Módulo 6 (Presencial)	20h	Seminários Locais de avaliação ao longo do curso
Total 240h		

Obs.: O Módulo 2 é pré-requisito para os outros módulos.

Os tempos presenciais deverão ocorrer durante todo o curso, como espaço de reflexão sobre os conteúdos e elaboração de projetos de pesquisa a serem desenvolvidos nas escolas.

Os módulos 5 e 6 serão realizados com o objetivo de orientar os projetos de intervenção local (trabalho de final de curso) e a avaliação dos educandos.

15.7 Certificação

O cursista poderá se qualificar para a formação em nível de extensão e/ou aperfeiçoamento, segundo a legislação e normas vigentes.

O cursista poderá compor a sua trajetória individual de aprendizagem escolhendo os módulos de focalização— Conhecendo os Povos Indígenas no Brasil Contemporâneo; Marcos Conceituais Referentes à Diversidade Sociocultural—, de 160 h, complementando a carga-horária com os módulos obrigatórios 1, 5 e 6.

Desse modo, o cursista poderá qualificar-se para o recebimento de certificados de aperfeiçoamento em Temáticas das Culturas e História dos Povos Indígenas na área de implementação da Lei 11.645/2008.

15.8 Material didático impresso e outras mídias

Os professores responsáveis pela elaboração do material didático serão denominados Professores-Pesquisadores. O material proposto será composto de 6 (seis) apostilas (módulos 1 a 6). Seu conteúdo e formatação deverão ser específicos para linguagem EaD e relacionar teoria e prática de maneira integrada à plataforma utilizada. A linguagem e o projeto gráfico deverão ser concebidos para atrair e motivar os cursistas na utilização de diferentes mídias, seguindo o padrão da Rede de Educação para a Diversidade. As apostilas serão enviadas por correio para os tutores e estes farão a distribuição aos participantes.

Em relação a outras mídias, o material deve integrar os recursos das tecnologias educacionais (imagens, sons, *clips*, etc) e seu detalhamento e integração no curso se darão simultaneamente à elaboração dos conteúdos e às possibilidades tecnológicas do ambiente virtual de aprendizagem.

15.9 Anexo

I. Relação de Municípios com escolas indígenas em sua rede de ensino

UF	MUNICÍPIO	PAR	ALUNOS	ESCOLAS
AC	JORDAO		510	19
AC	SANTA ROSA DO PURUS		763	16
AC	MARECHAL THAUMATURGO		343	7
AM	ENVIRA	SIM	234	4
AM	ATALAIA DO NORTE	SIM	1851	32
AM	AMATURÁ	SIM	832	13
AM	JURUA		411	4
AM	ALVARÃES		510	7
AM	SANTO ANTONIO DO ICA	SIM	566	4
AM	PAUINI		391	22
AM	FONTE BOA	SIM	114	2
AM	LABREA		823	33
AM	EIRUNEPE	SIM	628	16
AM	IPIXUNA	SIM	527	5
AM	ALTAZES	SIM	1230	10
AM	BENJAMIN CONSTANT	SIM	3941	21
AM	TABATINGA	SIM	5372	42
AM	TAPAUA		500	23
AM	HUMAITA	SIM	383	11
AM	ANAMÃ		59	2
AM	COARI		209	5
AM	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	SIM	9117	214
AM	PARINTINS	SIM	108	5
AM	CAREIRO	SIM	80	3
AM	BORBA	SIM	1279	44
AM	MANAUS	SIM	85	2
AM	MANAQUIRI	SIM	177	5
AM	ITAMARATI		353	5
AM	BARCELOS	SIM	50	1
AM	BARREIRINHA	SIM	1631	37
AM	IRANDUBA	SIM	19	1
AM	BERURI		544	13
AM	NHAMUNDA		264	9
AM	CARAUARI		46	2
AM	TEFE		371	4
AM	MANACAPURU		28	2
AM	SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	SIM	1038	24
AM	MAUÉS	SIM	1728	33
AM	BOCA DO ACRE		191	8
AM	JUTAI	SIM	1501	38
AM	UARINI		364	2
AM	MARAA		666	10
AM	TONANTINS	SIM	1116	20
AM	CAREIRO DA VARZEA	SIM	143	6
AM	JAPURA		348	4
AM	MANICORE	SIM	603	27
AM	SAO PAULO DE OLIVENCA	SIM	4279	39
AP	OIAPOQUE		54	2
BA	SERRA DO RAMALHO	SIM	136	1
BA	BANZAE	SIM	612	13

BA	MUQUEM DE SAO FRANCISCO	SIM	63	1
BA	CURACA	SIM	86	2
BA	EUCLIDES DA CUNHA	SIM	46	2
BA	CAMACAN	SIM	31	2
BA	BELMONTE		25	1
BA	ANJICAL		35	1
BA	ABARE	SIM	213	1
BA	ITAMARAJU		72	1
BA	CAMAMU	SIM	17	1
BA	BELMONTE		25	1
BA	PORTO SEGURO		1538	12
BA	IBOTIRAMA	SIM	66	1
BA	SANTA CRUZ CABRALIA		837	2
BA	GLORIA	SIM	363	6
CE	CANINDE	SIM	13	1
CE	MARACANAU		186	1
CE	CAUCAIA		750	3
ES	ARACRUZ		742	7
PB	MARCACAO	SIM	3303	11
PB	RIO TINTO	SIM	112	1
PB	BAIA DA TRAICAO	SIM	1287	10
MT	SAPEZAL		31	4
MT	CAMPINAPOLIS		1153	33
MT	NOVA NAZARE		266	9
MT	GUARANTA DO NORTE	SIM	577	3
MT	POXOREO		76	3
MT	PARANATINGA		240	8
MT	NOVO SAO JOAQUIM		23	1
MT	NOBRES	SIM	55	1
MT	CANARANA		515	4
MT	BARRA DO BUGRES		155	1
MT	NOVA LACERDA		17	1
MT	BRASNORTE		341	10
MT	BARRA DO GARCAS		587	9
MT	FELIZ NATAL		126	5
MT	CAMPO NOVO DO PARECIS		42	3
MT	JUARA		99	2
MT	TANGARA DA SERRA		372	14
MT	COMODORO		347	2
MT	CONFRESA	SIM	262	1
MT	GENERAL CARNEIRO		110	7
MT	RONDONOPOLIS		68	2
MT	CONQUISTA D'OESTE		101	4
MT	SANTO ANTONIO DO LESTE		75	1
MT	AGUA BOA		75	2
MT	RONDOLANDIA	SIM	488	6
MT	BARÃO DE MELGAÇO	SIM	5	1
MT	NOVA XAVANTINA		473	1
MT	PEIXOTO DE AZEVEDO	SIM	190	1
MS	ELDORADO	SIM	143	1
MS	ARAL MOREIRA		76	1
MS	JUTI	SIM	97	1

MS	ANTONIO JOAO		300	1
MS	BELA VISTA	SIM	66	1
MS	MIRANDA		1721	3
MS	AQUIDAUANA		1469	5
MS	NIOAQUE	SIM	348	1
MS	JAPORA	SIM	631	1
MS	AMAMBAI		1971	3
MS	DOIS IRMAOS DO BURITI	SIM	535	2
MS	PORTO MURTINHO		408	2
MS	CORONEL SAPUCAIA		572	1
MS	CAARAPO	SIM	976	1
MS	PARANHOS		903	2
MS	PONTA PORA		52	2
MS	DOURADINA	SIM	137	1
MS	TACURU	SIM	766	1
MS	BRASILANDIA	SIM	7	1
MS	LAGUNA CARAPA		119	2
MS	DOURADOS	SIM	2969	5
MS	SIDROLANDIA	SIM	291	1
PA	CUMARU DO NORTE	SIM	174	1
PA	MOJU	SIM	69	1
PA	ITUPIRANGA	SIM	35	2
PA	JACAREACANGA	SIM	3431	42
PA	SAO FELIX DO XINGU		572	5
PA	ITAITUBA	SIM	149	4
PA	OURILANDIA DO NORTE		283	4
PA	PARAGOMINAS	SIM	10	480
PA	AVEIRO	SIM	98	1
PA	JACUNDA		22	1
PA	PAU D'ARCO	SIM	94	1
PA	ORIXIMINA	SIM	786	1
PA	SANTA MARIA DAS BARREIRAS	SIM	30	2
PA	TUCURUI		102	1
PA	NOVO PROGRESSO	SIM	61	1
PA	PARAUAPEBAS	SIM	449	2
PA	ALTAMIRA	SIM	815	13
PA	TOMÉ AÇU	SIM	88	8
PA	GOIANÉSIA DO PARÁ		17	1
PA	SANTAREM	SIM	1978	17
MA	GRAJAU		66	3
MA	BOM JESUS DAS SELVAS		23	1
MA	SANTA LUZIA		135	4
PE	POCAO		19	1
PE	OROCO	SIM	34	1
PE	CARNAUBEIRA DA PENHA	SIM	23	1
RR	NORMANDIA	SIM	347	11
RR	BONFIM	SIM	600	5
RR	PACARAIMA	SIM	74	1
RR	UIRAMUTA	SIM	557	16
RR	BOA VISTA		193	3
RR	SAO LUIZ	SIM	54	1
RR	AMAJARI		24	2

RR	ALTO ALEGRE		18	2
RO	ALTO ALEGRE DOS PARECIS		11	1
RO	CHUPINGUAIA		72	2
RO	PORTO VELHO	SIM	110	1
RO	NOVA MAMORE	SIM	69	1
PR	SAO JERONIMO DA SERRA		168	3
PR	PALMAS		122	1
PR	SANTA AMELIA		60	1
PR	TURVO		118	1
PR	MANGUEIRINHA		209	1
PR	NOVA LARANJEIRAS	SIM	313	5
PR	MANOEL RIBAS	SIM	342	1
PR	ESPIGAO ALTO DO IGUACU	SIM	88	1
PR	CANDIDO DE ABREU	SIM	127	1
PR	TOMAZINA		10	1
PR	PARANAGUA		23	1
PR	CHOPINZINHO		146	2
PR	SAO MIGUEL DO IGUACU		123	1
PR	LONDRINA		303	2
SP	BERTIOGA		63	1
SP	SAO PAULO		335	3
SC	IPUACU	SIM	74	1
SC	CHAPECO		74	2
RS	VIAMÃO		218	1
RS	RIO DOS INDIOS		36	1
RS	TRES PALMEIRAS	SIM	83	2
			46711	938

XVI - CURSO DE FORMAÇAO DE PROFESSORES MEDIADORES DE LEITURA

16.1 Apresentação

A leitura é um processo de interlocução entre leitor e autor. O leitor, neste processo, reconstrói o texto com sua leitura, atribuindo a ele a sua significação, baseada em suas leituras anteriores e em suas experiências de vida. Para a formação do leitor, é necessário prever, sempre a mediação. Isso porque somente a presença do livro – por melhor que ele seja – não operará o milagre de, por si só, promover a sua leitura. Também não bastam as experiências pessoais de leitura do mediador, mas é necessário que ele/ela compreenda os mecanismos envolvidos no ato de ler e a forma de interferir para que o ***neoleitor*** adentre o texto cada vez com mais avidez e autonomia.

A Secad/MEC vem discutindo e implementando uma política de fomento à leitura que prevê várias ações voltadas ao ***neoleitor***. Podemos considerar ***neoleitores*** os/as jovens, adultos e idosos que ainda não desenvolveram plenamente suas habilidades e competências de leitura e escrita e que, independente do nível de escolarização, estejam iniciando sua caminhada de leitores. Nessa delimitação cabem desde aqueles que estão saindo do Programa Brasil Alfabetizado, os analfabetos funcionais (que estudaram até a 4ª série, mas atingem no máximo o grau rudimentar de alfabetismo), os 26% dos que completaram entre 5ª a 8ª séries do ensino fundamental, mas permanecem no nível rudimentar, além dos 45% que cursaram ou estão cursando o Ensino Médio, mas permanecem no nível básico de domínio da leitura e da escrita.

Dessa forma, pensar uma política de leitura requer pensar também essa diversidade de saberes sobre a linguagem escrita e as experiências de leitura que trazem os ***neoleitores***, tendo em vista as suas especificidades. Entre eles encontraram os que estão nos níveis rudimentar e básico de alfabetização, assim como os escolarizados que se declaram não-leitores

16.2 Objetivos

16.2.1 Objetivo Geral

Realizar a formação de professores mediadores de leitura da rede pública de ensino básico.

16.2.2 Objetivos específicos

A formação do mediador de leitura prevê momentos em que se integrem:

I - a fruição das obras, em que os livros destinados aos educandos sejam lidos e compartilhados;

II - uma discussão teórica sobre leitura e abordagem do texto do ponto de vista da teoria literária;

III - informações sobre como se dá o processo de leitura, que estratégias cognitivas processos psicológicos e fisiológicos estão envolvidos no ato de ler;

IV - a construção estética dos textos, revelando-lhes o caráter literário, tipo, gêneros textuais e metodologia para outras atividades escolares;

V - situações de leituras na vida do professor, possibilitando a ele a fruição literária e a interface com as outras linguagens em ambientes para além da escola;

VI - a criação de clubes de leituras e de outros ambientes sociais, visando o compartilhamento de experiências, fruição literária, diálogos e leituras de mundo na ampliação de sua competência leitora e no desenvolvimento do gosto pela leitura;

16.3 Público-Alvo

O perfil desejado é amplo, mas focaliza nos profissionais da educação básica das redes públicas de ensino que atuam diretamente ou indiretamente com a prática educacional da escola, inclusive:

- Professores atuando na educação básica com formação mínima em nível médio;
- Outros profissionais da educação básica atuando na escola com formação mínima em nível médio.
- Gestores educacionais responsáveis por coordenação de currículos pedagógicos, formação de professores e diretores e
- outros públicos interessados.
- As instituições públicas devem observar o princípio constitucional de gratuidade e de igualdade de condições de acesso ao ensino (Art. 206, CF).

16.4 Abrangência

O curso pretende atingir professores e demais profissionais da educação de escolas públicas inscritas do ensino básico com as seguintes condições:

V Escolas cujos entes federados tenham manifestado adesão ao "Compromisso Todos pela Educação".

VI Estar situada em município que tenha solicitado o curso de formação pelo PAR.

16.5 Estrutura do Curso

16.5.1 Carga horária

O curso está planejado para ter um total de 90 horas, em dois módulos, com duração média de 3 meses numa distribuição de 30 horas-aula/mês que resulta numa dedicação média de 60 minutos/dia. A estrutura do curso é divida com os seguintes módulos:

Quadro 1. Estrutura dos Módulos

Módulo	**Qtde Horas**	**Sub-Módulos**
Módulo 1 – EAD e Ferramenta Moodle	10 horas	- Conceitual EAD - CTAR – Comunidade de Trabalho-Aprendizagem em Rede
Módulo 2 – A Construção do Eu Leitor/Mediador	15 horas	5 horas – Vivências: 25. Trajetória Individual de Leitura 26. A Leitura na Escola

		10 horas – Processo de Sensibilização: Leitura e Cultura Leitura: aspectos cognitivos e afetivos A leitura na construção da subjetividade e da cidadania
Módulo 3 - Imersão Cultural	25 horas	5 horas – Elementos de Lingüística 20 horas – Leitura de Linguagens Verbais e Não Verbais: Cinema, teatro, música e dança, imagem estática e em movimento, fotografia, arquitetura, hipermídia e cibercultura.
Módulo 4 - Gêneros Textuais	20 horas	5 horas - Intertextualidade 15 horas - Textos Literários: • Figuras de Linguagem • Gênero • Tipos de textos e seus usos
Módulo 5 - **Itinerário e Experimentação de Práticas de Leituras**	20 horas	10 horas – Propostas de Intervenção Pedagógica Metodologia, Públicos (infantil, jovem, adulto, idoso, ***neoleitor***) e espaços de leitura. 10 horas – Seminário de Avaliação

16.6 Construção dos conteúdos

Os conteúdos dos blocos serão construídos juntamente com Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) parceiras (selecionadas no Edital) e a SECAD. Esse material deverá ser desenvolvido em liguagem apropriada para o ensino a distância (EAD) e deverá ser único. A proposta é trabalhar com IPES parceiras, sendo elas responsáveis por atingir as 5 (cinco) regiões do país. Busca-se a elaboração de um conteúdo único, no entanto há de se levar em conta as especificidades locais de cada região, bem como a metodologia da construção do conhecimento e instrumentos de avaliação (Propostas para itinerário para intervenção pedagógica).
Representantes das IPES parceiras virão a Brasília para um encontro onde serão discutidas as diretrizes básicas do material didático, assim como o conteúdo que cada IPES desenvolverá em conjunto respeitando-se os prazos para a entrega do material.

16.7 Material impresso e outras mídias

Os professores responsáveis pela elaboração do material didático serão denominados de Professores Conteudistas. As normas para pagamento de bolsas a esses professores segue a Resolução FNDE nº 044/2006.
O material didático poderá ser apresentado em forma de apostilas com conteúdo e formatação específicos para linguagem EaD, relacionadas teoria e prática de maneira integrada à plataforma utilizada. A linguagem e o projeto gráfico deverão ser concebidos para atrair e motivar o aluno e, na utilização de diferentes mídias, o material permite interagir numa seqüência didática dos módulos.

Em relação a outras mídias, seu detalhamento e integração no curso se darão simultaneamente à elaboração dos conteúdos e às possibilidades tecnológicas do ambiente virtual de aprendizagem.

As apostilas serão enviadas pelo correio para os tutores e estes farão a distribuição aos participantes (alunos, professores da rede e membros da direção).

* * *